



EXTENSÃO RURAL

DEAER - CCR - UFSM, v.22, n.4, out./dez. 2015.

NESTA EDIÇÃO

**AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA E AMBIENTE NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO:
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA AMBIENTAL**

Graziela Freitas Dourado, Maria Izabel Vieira Botelho

**CAPITAL SOCIAL DE PESCADORES E A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO
FORMOSO – PERNAMBUCO**

Fabiano Pimentel Ribeiro, Angelo Brás Fernandes Callou

NEGÓCIO FEIRA LIVRE: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOB A PERSPECTIVA DO FEIRANTE

Aline Pereira Sales Morel, Liviane Tourino Rezende, Ricardo de Souza Sette

**ANALISANDO A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DE TRÊS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS
AGRÍCOLAS**

Cristina Kunkel, Monica Andrioli, Monize Sâmara Visentini

**FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

João Paulo Leão de Carvalho, Luís Mauro Santos Silva

**PERCEPÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO MODELO FEDERADO
DE COOPERATIVAS**

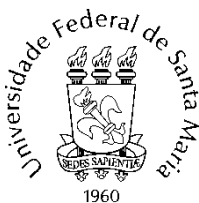
Diego Neves de Sousa, Nora Beatriz Presno Amodeo, Alex dos Santos Macedo, Cleiton Silva Ferreira Milagres

**UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS AGRICULTORES
FAMILIARES A PARTIR DA PLURIATIVIDADE**

Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Clayton Hillig, José Marcos Froehlich



ISSN Impresso 1415-7802
ISSN Online 2318-1796



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.22, n.4, out./dez. 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Clayton Hillig

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Clayton Hillig

Editor da Área Saúde e Trabalho no Meio Rural: Joel Orlando Bevilaqua Marin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Vivien Diesel

Bolsista: Caroline Morsch

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:** 100 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.22, n.4 (out./dez.2015)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por

Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural, vi) Saúde e Trabalho no Meio Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

LATINDEX (Sistema regional de información en linea para revistas científicas de America Latina, El Caribe, España y Portugal)

DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)

E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Eletrônicas Espanholas y Latinoamericanas)

JOURNALS FOR FREE

PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC

REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)

ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library - Elektronische

Zeitschriftenbibliothek)

OAJI (Open Academic Journals Index)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)

SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)

Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Rurais

Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

Campus Universitário – Prédio 44

Santa Maria - RS - Brasil

CEP: 97.119-900

Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694

E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com

Web-sites:

www.ufsm.br/revistas

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>

<http://www.facebook.com/extensao.rural>

<http://www.facebook.com/pages/Extens%C3%A3o-Rural/397710390280860?ref=hl>

SUMÁRIO

AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA E AMBIENTE NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA AMBIENTAL Graziela Freitas Dourado, Maria Izabel Vieira Botelho	9
CAPITAL SOCIAL DE PESCADORES E A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO FORMOSO – PERNAMBUCO Fabiano Pimentel Ribeiro, Angelo Brás Fernandes Callou	24
NEGÓCIO FEIRA LIVRE: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOB A PERSPECTIVA DO FEIRANTE Aline Pereira Sales Morel, Liviane Tourino Rezende, Ricardo de Souza Sette	43
ANALISANDO A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DE TRÊS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS AGRÍCOLAS Cristina Kunkel, Monica Andrioli, Monize Sâmara Visentini	58
FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL João Paulo Leão de Carvalho, Luís Mauro Santos Silva	82
PERCEPÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO MODELO FEDERADO DE COOPERATIVAS Diego Neves de Sousa, Nora Beatriz Presno Amodeo, Alex dos Santos Macedo, Cleiton Silva Ferreira Milagres	104
UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES A PARTIR DA PLURIATIVIDADE Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Clayton Hillig, José Marcos Froehlich	116
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHO	135

SUMMARY

CONCEPTIONS OF NATURE AND ENVIRONMENT IN THE BRAZILIAN SEMIARID ZONE: CONTRIBUTIONS OF ENVIRONMENTAL HISTORY Graziela Freitas Dourado, Maria Izabel Vieira Botelho	9
SOCIAL CAPITAL OF FISHERMEN AND CREATION EXTRACTIVE RESERVE OF RIO FORMOSO, PERNAMBUCO Fabiano Pimentel Ribeiro, Angelo Brás Fernandes Callou	24
BUSINESS “STREET MARKET”: DISCUSSION AND ANALYSIS IN THE PERSPECTIVE OF MARKETER Aline Pereira Sales Morel, Liviane Tourino Rezende, Ricardo de Souza Sette	43
ANALYZING FARMERS PERCEPTION OF THREE MUNICIPALITIES OF NORTHWEST OF RIO GRANDE DO SUL ABOUT THE AGRICULTURAL PRODUCTS AND SERVICES OFFERED Cristina Kunkel, Monica Andrioli, Monize Sâmara Visentini	58
AGRO-EXTRACTIVES’ AMAZONIAN FAMILIES AND ACTIONS OF SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT João Paulo Leão de Carvalho, Luís Mauro Santos Silva	82
PERCEPTIONS ABOUT THE AGRIBUSINESS ARTICULATION IN THE MODEL FEDERATED OF COOPERATIVES Diego Neves de Sousa, Nora Beatriz Presno Amodeo, Alex dos Santos Macedo, Cleiton Silva Ferreira Milagres	104
A STUDY ON THE WORK DIRECTIONS FOR FARMERS FAMILY FROM PLURIACTIVITY Isadora Wayhs Cadore Virgolin, Clayton Hillig, José Marcos Froehlich	116
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	135

AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA E AMBIENTE NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA AMBIENTAL¹

Graziela Freitas Dourado²
Maria Izabel Vieira Botelho³

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca de determinadas concepções de natureza, primeiramente, ressaltando algumas das principais continuidades e rupturas nas significações de natureza no campo da história. Posteriormente, faz-se uma discussão relacionada ao contexto brasileiro apresentando reflexões sobre natureza e ambiente presentes em alguns clássicos das ciências sociais do Brasil. Finalmente, o foco será direcionado às concepções, percepções, visões e significações da natureza e do ambiente da região semiárida do país. Almeja-se contribuir para a compreensão histórica da relação sociedade-ambiente, ao menos no que diz respeito às concepções, percepções ou visões agregadas à natureza e ao ambiente do semiárido brasileiro. Pretende-se provocar reflexão sobre a necessidade de se alcançar uma melhor compreensão histórica da relação sociedade-ambiente, sobretudo em contextos locais, para um maior entendimento da questão ambiental contemporânea. Desta forma, acredita-se que a História Ambiental local possibilita um melhor entendimento do presente como reflexo de ações passadas, o que é uma demanda urgente no caso do semiárido brasileiro.

Palavras-chave: Percepção do Ambiente, História Ambiental Local, Ambiente Semiárido.

¹Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

²Graduada em Engenharia Ambiental (UFV). Mestra em Extensão Rural (UFV). E-mail: graziela_dourado@hotmail.com

³Graduada em Ciências Econômicas (PUC/SP). Mestrado em Sociologia Rural (Unicamp). Doutorado em Sociologia pela (UNESP). Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa. Pós-doutorado em Sociologia do Desenvolvimento Rural pela Universidade de Wageningen, Holanda. E-mail: mbotelho@ufv.br

CONCEPTIONS OF NATURE AND ENVIRONMENT IN THE BRAZILIAN SEMIARID ZONE: CONTRIBUTIONS OF ENVIRONMENTAL HISTORY

ABSTRACT

This article presents a literature review concerning on some conceptions of nature. The discussion starts with some of the main continuities and ruptures on the meanings of nature in History. Subsequently, the discussion is brought to Brazil's context, and its reflections on the concept of nature and environment found in some classics of Brazilian social sciences. Finally the focus turns to the understanding of perceptions, visions, and meanings of nature and environment in the semiarid zone of Brazil. This article aims to contribute to the historical comprehension of the relationship between society and environment, at least with regard to the conceptions, perceptions, or visions aggregated to the Brazilian semiarid nature and environment. It is intended to provoke thought about the necessity of achieving a better historical understanding of the relationship between society and environment, especially in local contexts. Therefore, it is believed that the *local Environmental History* provides a better understanding of contemporaneous environmental issues as a reflection of past actions, which is an urgent demand in Brazilian semiarid region.

Keywords: Perception of the Environment, Local Environmental History, Semiarid Environment.

1. INTRODUÇÃO

Inúmeros foram e são os esforços, realizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, para explicar e decifrar a natureza. Desde o século XVII, a ciência lança seus olhares para o mundo natural (THOMAS, 1996) e, ao longo do tempo, estes olhares sofreram numerosas e complexas modificações.

Na segunda metade do século XX, especificamente na década de 1960, e, no caso brasileiro, na década de 1970, questões ambientais invadem a literatura científica e não científica (GARCÍA, 1999; SOUSA, 2005; FERREIRA, 2006; entre outros). Esta popularização do tema ambiental, que teve como causa a intensificação dos impactos negativos do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, foi protagonizada por um termo que se tornou jargão em diversas áreas do conhecimento: a sustentabilidade. Este termo, carregado de definições bastante amplas e, em muitos casos, demasiado vagas, possui uma debilidade conceitual que implicou, na maioria das vezes, em um retrocesso fatídico ou divagações argumentativas.

Várias foram as tentativas no intuito de esclarecer e objetivar tal conceito, o que levou a muitas discordâncias e, pode-se dizer, a um importante consenso: a impossibilidade de tratar a questão ambiental sob um único ponto de vista. A questão ambiental contemporânea exige um olhar inter, multi e, mesmo, transdisciplinar. Exige um tratamento dos problemas de modo integrado, "para além das disciplinas e das especialidades que caracterizam a ciência e a tecnologia moderna" (FERREIRA, 2006, p. 97), pois, na grande maioria dos casos, a sustentabilidade se refere a múltiplas realidades, muitas delas conflitantes. Desta forma, em concordância com Caporal et al. (2006), acredita-se ser mais adequada e prudente a utilização do termo mais sustentáveis em substituição ao antecedente.

Ademais, pode-se falar também em sustentabilidades já que há diferentes aplicabilidades do termo, referindo-se, inclusive, a realidades distintas e conflitantes.

Em relação às dimensões da inter, multi e transdisciplinaridade da questão ambiental, a ampliação dos estudos sobre o tema, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, algumas vezes de forma articulada, implicou também na diversificação e aumento da complexidade das análises. Pois, percebe-se a heterogeneidade e a subjetividade da forma como se dá a relação da sociedade com o ambiente, na atualidade e nas diferentes culturas. No que se refere aos estudos sobre a relação sociedade e ambiente, sobretudo em termos de pesquisas em Extensão Rural como esta, tem-se uma gama enorme de abrangências e de vieses possíveis. Sejam eles empenhados na resolução de conflitos ambientais (DIEGUES, 1997); na gestão e manejo de recursos naturais comuns ou unidades de conservação (DIEGUES, 2001; OSTROM, 2012); na formulação e avaliação de políticas públicas referentes a questões ambientais (CARVALHO et al., 2009); na legislação ambiental (PEREIRA, 2010); na busca por formas mais sustentáveis de produzir alimentos (CAPORAL et al., 2006) ; no embate entre saberes locais e científicos entre muitos outros (BUIJS, 2009).

Tendo em vista a relevância e atualidade destes diversos temas e a necessidade de se articular diferentes áreas do conhecimento para o enfrentamento dos problemas ambientais contemporâneos, acredita-se ser imprescindível uma melhor compreensão histórica da relação sociedade-ambiente. Isto porque tal compreensão permite uma reflexão sobre os rumos tomados pelas sociedades em determinados contextos e possibilita um melhor entendimento do presente como reflexo de ações passadas. Deste modo, aspira-se, por meio deste artigo, provocar uma reflexão sobre esta compreensão histórica no que diz respeito a concepções, percepções ou visões agregadas à natureza e ao ambiente do semiárido brasileiro. Para tanto, será apresentada uma revisão bibliográfica acerca de algumas concepções de natureza, primeiramente, ressaltando algumas das principais continuidades e rupturas nas significações de natureza na História. Posteriormente, a discussão direciona-se ao contexto brasileiro, apresentando algumas reflexões sobre natureza e ambiente presentes em alguns clássicos das Ciências Sociais brasileira. E, finalmente, o foco será direcionado às concepções, percepções, visões e significações da natureza e do ambiente da região semiárida do Brasil.

Vale lembrar, ainda, que foi realizado um esforço de uma construção analítica de caráter interdisciplinar. Por isso, algumas áreas científicas, além da História, foram essenciais para o suporte deste estudo, como a Sociologia (DIEGUES, 2001; LIMA, 1998; MARTINS, 2000; FERREIRA, 2006; SANTOS, 2008; BUIJS, 2009; SANTOS et al., 2010; SILVA, 2012); a Geografia (AB'SABER, 2003; CLAVAL, 2007; MIRANDA, 2012; PROJETO GEOGRAFAR, 2012); a Antropologia (INGOLD, 2000; VELHO, 2001) a Agroecologia (CAPORAL et al., 2006) e outras.

2. ALGUMAS CONCEPÇÕES DE NATUREZA AO LONGO DA HISTÓRIA

Estudos históricos mostram que a concepção de natureza tem mudado ao longo do tempo e nas diferentes culturas (THOMAS, 1996; BUIJS, 2009; INGOLD, 2002). A análise de artefatos culturais, pinturas, obras literárias, documentos históricos, etc. possibilitou uma melhor compreensão da forma como sociedades lançam seus olhares sobre a natureza (THOMAS, 1996; BUIJS, 2009). Estes estudos mostram como a conceituação de natureza, os significados e valores atribuídos, as emoções evocadas e a preferência por tipos específicos de paisagens dentro de um dado período histórico são construções sociais (BUIJS, 2009). Outros estudos (por exemplo, INGOLD, 2002), argumentam como a interação com a

natureza, mais que a construção social de um conceito, influencia na percepção das pessoas sobre o ambiente. Desta forma, sobretudo nas culturas ocidentais, as dinâmicas das percepções, visões ou representações sobre a natureza estão relacionadas a mudanças teológicas, culturais, científicas e políticas (THOMAS, 1996; BUJJS, 2009).

É gritante a discrepância entre as percepções ocidentais e orientais a respeito do ambiente natural. Culturas como a Hindu atribuem significados sagrados à natureza (RIBEIRO, 2003). Para alguns autores, a visão oriental da natureza e a sensibilidade quanto à sua proteção eram tidas como “[...] obstáculo desencorajador ao império do homem sobre as criaturas inferiores” (Robert Boyle *apud* THOMAS, 1996). Outros autores apontaram o cristianismo ocidental como “a religião mais antropocêntrica que o mundo já viu” (Lynn White *apud* THOMAS, 1996), pois, segundo os preceitos do cristianismo, Deus criara a natureza para servir ao homem. Entretanto, não se pode culpar apenas a religião pela devastação ambiental. Em sua análise sobre o pensamento marxista referente à relação homem/natureza, Thomas (1996) irá afirmar que, “como notaria Karl Marx, não foi sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorarem o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram” (THOMAS, 1996, p. 29). Não se pode, tampouco, culpar somente o capitalismo pela devastação da natureza. Mas os valores inerentes aos modelos socioeconômico e religioso apontados podem, sem dúvidas, ser considerados marco histórico no que se refere à formação do pensamento humano ocidental e às representações sociais sobre a natureza. Não é, de forma alguma, foco desta discussão fazer um julgamento sobre o verdadeiro significado da Bíblia ou o questionamento sobre o cristianismo ser ou não “intrinsecamente antropogênico”. Contudo, concomitante com a argumentação de Thomas (1996) em *O Homem e o Mundo Natural*, houve durante um longo período da história ocidental um forte predomínio das representações sobre a dominação do homem sobre a natureza “e não a [sua] gerência” (THOMAS, 1996, p. 30).

Além das abordagens apontadas, pensadores como Platão, Aristóteles, Hobbes e Descartes podem ser considerados propulsores do pensamento predominante sobre o mundo natural desde o século XVI ao XVIII (THOMAS, 1996). Pensamento que influenciara e influenciará a atribuição de sentimentos e valores em relação à natureza, justificando a sujeição do mundo natural à superioridade e distinção humana (THOMAS, 1996). “Aos animais, que tornamos nossos escravos não gostamos de considerar como semelhantes”, afirmaria Darwin no século seguinte (Charles Darwin *apud* THOMAS, 1996, p.42).

Thomas (1996) chama a atenção para o fato de a distância entre este pensamento erudito e o pensamento das pessoas comuns ser imensa e que, entretanto, “consciente ou inconscientemente”, a distinção central entre homens e animais fundamentava o comportamento de todos (THOMAS, 1996, p.43). Segundo o autor, o racionalismo cartesiano deste período, especialmente do século XVII, fez dos homens senhores e possuidores da natureza. De forma que,

[...] na Inglaterra dos inícios da modernidade era usual considerar o mundo como feito para o homem, e todas as outras espécies como subordinadas a seus desejos. É preciso agora ver de que forma tal pressuposto foi sendo gradualmente minando por uma combinação de processos, alguns dos quais já agiam quando o período começou, outros que emergiram com o correr do tempo. Desses processos, o primeiro foi o desenvolvimento da história natural, o estudo científico dos animais, dos pássaros e da vegetação (THOMAS, 1996, p. 61).

As Ciências Naturais do século XVIII, por meio de tendências classificatórias, tomavam as plantas e os animais a partir de critérios funcionalistas como utilidade, comestibilidade e periculosidade (THOMAS, 1996; SANTOS, 2008). Ainda em relação à postura científica, segundo Thomas (1996), desde o final do século XVII, os conhecimentos locais passaram a ser vistos como “erros populares” ou “erros vulgares” e tornara-se “agressivamente racionalista”. Este mesmo autor argumenta que o final do século XVII foi “um período decisivo na separação das visões popular e erudita do mundo da natureza” (THOMAS, 1996, p. 95). No entanto, como se exemplifica no trecho abaixo, as visões de natureza nunca foram exatamente consensuais:

O século XVII e XVIII presenciaram uma ruptura fundamental com os pressupostos do passado. Ao invés de perceber a natureza em termos basicamente de suas analogias e semelhanças com o homem, os naturalistas começam a tentar estudá-la em si própria. De forma alguma foram indiferentes aos usos humanos da natureza, mas não faziam deles o centro de suas percepções. [...] Os cientistas descartaram a crença de que os fenômenos naturais deviam ser entendidos em termos de seu significado humano, bem como atacaram o erro vulgar segundo o qual as aves, animais e plantas podiam reagir simpaticamente ao comportamento do homem. A convicção de que animais e vegetais tinham um sentido religioso e simbólico permaneceu artigo de fé para muitos camponeses da era vitoriana, mas perdeu apoio de intelectuais; as pessoas cultas passavam agora a acreditar que o mundo da natureza tinha existência própria e independente, e assim devia ser percebido. [...] Não obstante, [...], ao mesmo tempo em que era afastada pelos cientistas, a velha visão voltava, sorrateira, na falácia [...] dos poetas e viajantes românticos, a quem a natureza servia de espelho para seus próprios estados de espírito e de emoções (THOMAS, 1996, p. 108).

Segundo Buijs (2009), três diferentes visões sobre a natureza podem ser reconhecidas nas culturas ocidentais: a natureza funcional (*Functional nature*), a natureza Arcade (*Arcadian nature*) e a natureza selvagem (*Wilderness nature*). A visão funcional da natureza nasce de um pensamento religioso, em que Deus criou a natureza para servir ao homem. Esta visão teológica do mundo gradualmente foi substituída por uma visão racional, onde apenas a ciência poderia compreender a complexidade da natureza. De ambas as formas, os homens vinham em primeiro lugar, e mesmo a importância dada à proteção da natureza estava submetida às necessidades humanas. A visão arcade da natureza pode ser identificada em diferentes períodos históricos. Desde os anciões gregos, elites culturais e políticas descrevem a natureza como algo puro e ideal. Esta visão, que se assemelha muito à ideia romântica de natureza, coloca em foco sua dimensão expressiva e afetiva, de experimentação da beleza e das emoções evocadas por ela. Contudo, segundo Buijs (2009), além deste foco, o conceito romântico era caracterizado também pelo interesse pelo exótico, heterogêneo e selvagem. E, sobre a visão da natureza selvagem, pode-se dizer que somente após o Romantismo – e seus valores modernos – a natureza em seu estado selvagem passa a ser vista como algo não assustador e bonito: “Only when one is no longer dependent on nature, can one start to appreciate it” (BUIJS, 2009, p. 51).

Para um melhor entendimento da visão de natureza nos dias de hoje, o ressurgimento da visão de natureza Arcade durante o Romantismo (aproximadamente entre 1790 e 1850) é importantíssimo, pois foi neste período que surgiram questionamentos filosóficos, éticos e estéticos da percepção da natureza encontradas na atualidade (THOMAS, 1996).

Thomas (1996, p. 217) afirma que o triunfo de uma nova atitude, mais sensível ao mundo natural, “esteve estritamente vinculado ao crescimento das cidades e à emergência de uma ordem industrial [...]”, não somente no que diz respeito à apreciação da natureza, mas também à preocupação moral com os maus-tratos aos animais e à devastação abusiva da vegetação. Para este autor, à medida que a vegetação e “os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção”, este novo sentimento e nova sensibilidade puderam aflorar (THOMAS, 1996, p. 217). Sobre a relação do homem com as árvores e a vegetação em geral, o autor afirma que,

Hoje em dia, quando as matas encolheram a menos da metade do espaço deixado ao desenvolvimento urbano, nossa atitude é muito diferente: consideramos que é melhor plantar árvores que derrubá-las. É no início do período moderno que repousam as origens dessa nova atitude. Evidentemente, não houve uma [...] guinada dramática da destruição para a preservação de árvores. Não obstante, o surgimento de uma atitude mais simpática para com elas é um fato incontestável (THOMAS, 1996, p. 235).

Thomas (1996) estudou o período entre os anos 1500 e 1800 na Inglaterra e afirma que durante este recorte temporal ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual “homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor” (THOMAS, 1996, p. 18). Buijs (2009), por sua vez, realizou sua pesquisa a respeito das representações sociais sobre a natureza emitidas pelos holandeses da sociedade atual, a fim de tirar conclusões sobre a gestão de espaços naturais públicos e, entre outros resultados, o autor chegou à conclusão que “atitudes públicas negativas estão normalmente baseadas não na resistência à mudança” de pensamento e atitude em relação à natureza “ou na falta de conhecimento sobre biodiversidade, mas nas divergentes visões de gestão da natureza” (BUIJS, 2009, p. 215). Estas pesquisas, apesar de se tratarem de estudos específicos e realizados em contextos distintos, contribuem para uma melhor compreensão histórica das concepções e percepções de natureza. Por meio da compreensão da História, é possível apreender valores e significados de uma sociedade e de um tempo associados, no caso específico deste artigo, à natureza e ao ambiente⁴.

⁴ Segundo Ingold (2002), o conceito de ambiente não pode ser nunca confundido com o conceito de natureza, pois, para este autor, “O mundo pode existir enquanto natureza somente para o ser que não pertence a ele, e que pode olhá-lo, da forma que um distante cientista, desde uma distância tão segura que é fácil conviver com a ilusão de que o mundo não é afetado por sua existência”. Ou seja, existe uma diferença primordial entre ambiente e natureza, que seria o fato de no ambiente existir uma intrínseca relação entre este e seu habitante; já na natureza existe uma distância grande o suficiente para que esta relação não seja percebida ou nem mesmo exista. Por isso, optou-se por utilizar o termo *sociedade-ambiente* e não *sociedade-natureza*. Como alguns autores utilizam o conceito de natureza com o significado almejado aqui, em alguns momentos nos referimos à *natureza e ao ambiente* para deixar clara a intenção de analisar o ambiente natural (natureza) fortemente relacionado aos sujeitos que nele vivem (ambiente).

3.A SOCIEDADE E O AMBIENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, as primeiras publicações mais relevantes sobre o tema da relação sociedade-ambiente datam da década de 1980 (FERREIRA, 2006). Entretanto, esta reflexão esteve presente, mesmo que de forma tangencial, no pensamento social brasileiro desde o século XVIII (PÁDUA, 2002). Diferentes autores trataram do tema em suas obras, por meio de diferentes abordagens. As obras de Gilberto Freyre, especialmente aquelas da década de 1930, como *Nordeste*, são consideradas marco na tentativa de compreender o papel que a natureza representa na vida dos brasileiros (SANTOS, 2008). Segundo Santos (2008), em estudo sobre as “Naturezas de Freyre”,

o tema ecologia é parte crucial do debate intelectual e político encaminhado pelo regionalismo tradicionalista para pensar os “modos de ser” do Nordeste num período de intensa transformação social e econômica. Este esforço de pensar um outro Nordeste coaduna-se com um esforço mais amplo de pensar o país a partir de suas peculiaridades, de sua distância – social, cultural, econômica, ecológica – da Europa, do ocidente (SANTOS, 2008, p. 16).

Segundo a autora, a região Nordeste, tida como “signo do ‘atraso’ do país e de um mundo que estava fadado a desaparecer”, foi locus de um dos movimentos de reativação cultural, que ficou conhecido como “movimento regionalista tradicionalista” (SANTOS, 2008, p. 16). Neste sentido, Freyre tinha como proposta uma “sociologia sui generis”, tropical e brasileira que acompanhava uma leitura interpretativa da formação social do Brasil em que “o nãoeuropeísmo, o trópico e o exótico [eram] elementos chaves” (SANTOS, 2008, p. 17). Uma Sociologia na qual as questões socioambientais intrínsecas à formação social do Brasil eram tidas não apenas como os efeitos do projeto colonizador sobre “o meio ambiente dos trópicos”, mas como a configuração dessa ação sobre nossa sociabilidade (SILVA, 2012).

Neste caminho de compreensão da relação sociedade-ambiente no Brasil, dois outros autores, Pádua (2002) e Dean (1996), ambos historiadores, trazem importantes contribuições. Estes autores dedicaram seus esforços à História Ambiental, ou seja, aos estudos históricos cuja ênfase centra-se nos acontecimentos históricos que modificaram e, ao mesmo tempo, foram modificados pelo ambiente. Duas das obras destes autores citados, *Um sopro de destruição* e *A ferro e fogo*, respectivamente, tratam de estudos sobre a História Ambiental brasileira.

Pádua (2002) chama atenção para a presença de um pensamento crítico sobre o problema da destruição do ambiente natural, já nos séculos XVIII e XIX, ao contrário do pensamento convencional, que aponta a emergência desta reflexão crítica apenas na segunda metade do século XX. Ao realizar suas pesquisas, o autor se surpreende com o número de pensadores brasileiros preocupados com a questão ambiental, como foi o caso de intelectuais como Joaquim Nabuco e José Bonifácio. Nesse sentido, é importante frisar que este pensamento crítico ambiental esteve sempre acompanhado de um discurso político, cientificista, antropocêntrico e economicista, que, segundo Pádua (2002), foi herdado do ideário iluminista do século XVIII. Desta forma, não se via a destruição do ambiente como se vê hoje, como um “preço do progresso” e sim como um “preço do atraso” (PÁDUA, 2002, p. 13). Ou seja, a crítica ambiental identificada por Pádua (2002) referia-se à herança colonial de extrema exploração do território, à falta de planejamento e de preocupação com as consequências no ambiente existentes e, por outro lado, era carregada de um discurso progressista que defendia a modernização das práticas em vista do menor impacto no ambiente.

Pádua (2002) afirma que existiam, no Brasil, quatro visões dominantes sobre a natureza:

1) a visão que desvalorizava o meio natural e não se importava com sua destruição, seja pela indiferença ou pela desqualificação ativa [...]; 2) a visão que reconhecia a grandeza do meio natural, mas considerava que sua exuberância excessiva impedia o pleno desenvolvimento da sociedade humana [...]; 3) a visão que louvava a pujança do meio natural, mas considerava a sua destruição um preço a pagar pelo progresso [...]; 4) a visão que louvava intensamente o meio natural em termos abstratos e retóricos, ao mesmo tempo em que ignorava o seu desaparecimento concreto (PÁDUA, 2002, p. 28).

Estas visões trazem à tona mais uma questão levantada pelo autor que se refere à dificuldade de pôr em prática a crítica ambiental proposta por ditos intelectuais brasileiros – apesar de muitos deles ocuparem cargos influentes – no intuito de frear a devastação do ambiente. De acordo com o autor, esta dificuldade se dava em função do choque entre as ideias destes pensadores e os interesses imediatos da elite socioeconômica brasileira (PÁDUA, 2002).

Dean (1996), por sua vez, teve como objetivo uma abordagem distinta. O autor procurou realizar “[...] um estudo da relação entre a floresta e o homem” (DEAN, 1996, p. 28), entre a Mata Atlântica e a sociedade brasileira. Esta análise torna-se interessante para a compreensão histórica da concepção de natureza no Brasil à medida que a história da Mata Atlântica – ou da devastação da Mata Atlântica, como ressalta o autor – coincidiu com o período de formação do Brasil e, desta forma, expressa a forma com que o brasileiro se relacionou com o ambiente natural desde 1500 até os dias de hoje. Como o título de sua obra sugere, a história de ocupação do litoral brasileiro ou a história da Mata Atlântica foi regida a “ferro e fogo”.

A expressão popular a ferro e fogo que inspirou o título do livro de Dean (1996) aparece, também, nas obras de Freyre, quando este discorre sobre a relação da cana-de-açúcar com a paisagem do Nordeste, ao afirmar que o litoral nordestino foi “um espaço territorial erigido a ferro, a fogo e à escravidão” (SILVA, 2012, p. 7, grifos adicionados). Em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, clássico da literatura brasileira, a expressão aparece novamente com a função de adjetivar a relação do homem com o ambiente, sinalizando uma relevância e preocupação em torno da agressividade histórica do homem para com ambiente natural brasileiro.

Esta preocupação dominou-o por muito tempo. Mostram-no-lo as cartas régias de 17 de março de 1796, nomeando um juiz conservador das matas; e a de 11 de junho de 1799, decretando que “se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes (da Bahia e Pernambuco) que têm assolado a ferro e fogo preciosas matas [...] que tanto abundavam e já hoje ficam a distancias consideráveis etc.” (CUNHA, 1903, p. 34, grifos adicionados).

Através de uma ampla investigação histórica, Dean (1996) aponta os vários períodos da biografia brasileira – como a era do ouro, do diamante; a introdução do gado; a expansão do café e até mesmo aspectos como a dificuldade de lidar com a presença de formigas cortadeiras – que resultaram, na década de 1990, em apenas quase 10% remanescentes de Mata Atlântica. O relatado pelo autor se traduz na forte correspondência entre a formação e ocupação do Brasil e a devastação do ambiente natural. Fato que, segundo Ferreira (2005), culminou em uma das questões centrais que têm orientado as pesquisas em Sociologia Ambiental no Brasil: “como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuarem em relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais?” (FERREIRA, 2005, p. 110).

Resta-nos, então, compreender como se deu a relação sociedade-ambiente em um nível ainda mais local, o semiárido brasileiro, buscando compreender quais

acontecimentos influenciaram os caminhos tomados e como estes interferiram nas relações.

4. A SOCIEDADE, O AMBIENTE SEMIÁRIDO E OS SERTÕES

Data de 1847 a primeira publicação sobre o tema “o sertanejo e as secas”, ou sobre questões sociais da seca, na região semiárida brasileira (AB’SABER, 1999). Campos e Studart (1997)⁵ citam, neste sentido, uma célebre frase de Dom Pedro II: “venderei a última pedra da minha coroa antes que um nordestino venha a morrer de fome”, fazendo alusão ao fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas, praticada desde os tempos do Império. Há uma enorme disponibilidade de literatura técnica, científica e literária sobre os temas das secas, do semiárido e do sertão nordestinos, fato que ilustra a imensa relevância e, inclusive, atualidade do tema, seja em termos ambientais, econômicos, sociais, etc.

Nota-se, no entanto, uma mudança na tendência dos estudos sobre esta temática, que antes eram voltados para o “combate à seca” e agora se tem como objetivo a “convivência com o semiárido” (SILVA, 2006; VELLOSO, 2000). Esta mudança reflete um avanço em termos técnicos e políticos. Porém, ainda há um longo caminho a se percorrer e muitas pesquisas se tornam, assim, necessárias.

Sobre esta temática, é pertinente chamar atenção para os distintos usos da palavra *sertão* disponíveis na literatura. Segundo Lima (1998), a etimologia da palavra *sertão* refere-se à palavra *deserto* ou *desertão*, de forma a conotar dois significados, um espacial e outro social. O primeiro significado diz respeito à localização espacial longínqua, o interior do país, última parte a ser ocupada e colonizada. E o segundo, à dispersão populacional, a um local pouco povoado (LIMA, 1998). Ainda segundo a autora, pode-se encontrar na literatura brasileira três definições distintas de *sertão*: 1) áreas despovoadas do interior do país (pertencentes a qualquer região brasileira); 2) atividade econômica e padrões de sociabilidade da chamada “civilização do couro”; e 3) à área semiárida do nordeste brasileiro. A compreensão desta miscelânea de significados, sobretudo os significados de *sertão* e *semiárido*, ajuda a entender a história brasileira, e alguns dos significados e valores simbólicos atribuídos ao semiárido e ao ambiente semiárido.

O sertão foi ignorado, “De sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo”, assim afirmou Euclides da Cunha em *Os Sertões* (CUNHA, 1903, p. 16). Este clássico da literatura brasileira dedica seus dois primeiros capítulos à descrição d’A TERRA, do ambiente do sertão e d’O HOMEM, o sertanejo. No primeiro capítulo, ao descrever o ambiente do sertão, Euclides da Cunha chama atenção para a dicotomia perceptível ao longo do ano: “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes[...]” (CUNHA, 1903, p. 31). Euclides da Cunha reitera, ainda: “Da extrema aridez à exuberância extrema”, pois para o intelectual brasileiro “a morfologia da terra” do sertão violava “as leis gerais dos climas” ao permitir que dois ambientes contrastantes existissem em um mesmo ambiente (CUNHA, 1903, p. 32).

O autor traz outra interessante observação, desta vez, no capítulo em que descreve o homem, denunciando, assim como Dean e Freyre, o estabelecimento de uma relação “a ferro e fogo” com o ambiente. Deste modo, Cunha (1903) afirma:

⁵CAMPOS, J.N. B.; STUDART, T.M.C., 1997. Droughts and water policy in Northeast of Brazil: background and rationale: water policy. Universidade de São Paulo, São Paulo. Vol. 11(29): 127-154. Citado por Cirilo et al. (2009).

Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável — o homem. Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos. Começou isto por um desastroso legado indígena. Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental — o fogo. [...]

Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder. Engravesceu-o ainda com o adotar, exclusivo, no centro do país, fora da estreita faixa dos canaviais da costa, o regímen francamente pastoril.

Abriam-se desde o alvorecer do século 17, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora.

Abria-os, de idêntico modo, o fogo livremente aceso, sem aceiros, avassalando largos espaços, solto nas lufadas violentas do nordeste. Aliou-se-lhe ao mesmo tempo o sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. Afogado nos recessos de uma flora estupenda que lhe escurentava as vistas e sombreava perigosamente as tocaias do tapuia e as tocas do canguçu temido, dilacerou-a golpeando-a de chamas, para desafogar os horizontes e destacar bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam, balizando a marcha das bandeiras (CUNHA, 1903, p. 24).

O autor reflete sobre a forma predatória pela qual o homem se fixou no sertão, adicionando assim, fatores históricos e sociais à “aridez” do ambiente. “Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho” acrescenta o autor (CUNHA, 1903, p. 60). E chama atenção, ainda, para o fato de, primeiramente os índios e, posteriormente e, mais enfaticamente os colonizadores, terem desenvolvido uma forma devastadora de exploração do território brasileiro.

O autor traz, também, registros históricos sobre sucessivos decretos e cartas régias que, desde 1713, visavam “severa proibição ao corte das florestas” (CUNHA, 1903, p. 33), pois àquela época já se havia notado uma direta relação entre o desmatamento e o agravamento das secas do sertão nordestino. “Imaginem-se os resultados” refletia o autor “de semelhante processo aplicado, sem variantes, no decorrer de séculos” (CUNHA, 1903, p. 33).

A relação sociedade-ambiente no Nordeste brasileiro, sobretudo no nordeste semiárido, além da intensa exploração, semelhante ao resto do Brasil, se diferencia pela forte associação realizada (racional ou irracionalmente, consciente ou inconscientemente, concreta ou simbolicamente) entre o atraso regional e a aridez do ambiente (LIMA, 1998; VELLOSO, 2000; SOUSA, 2005; SILVA, 2012; IPEA, 2013; BURITI e AGUIAR, 2008; entre outros). Fato que pode ser justificado, como sugerem Buriti e Aguiar (2008) e Pietrafesa (2011), pela discrepância entre as paisagens semiáridas e a autorepresentação oficial do Brasil como “país verde”⁶.

Por outro lado, são crescentes e notáveis os esforços voltados à mudança desta forma de ver o semiárido. A tese de doutoramento, *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do*

⁶ Alguns autores chamam atenção para a relação existente entre a sensibilidade à conservação de matas e florestas tropicais e uma espécie de “imagem idílica de Éden terrestre”, fato que localiza biomas como a caatinga e o cerrado, devido a seus aspectos visuais, em posições menos favorecidas (BURITI, 2008; PIETRAFESA, 2011). Diegues (2001), também chama atenção para esta questão, ao criticar a utilização de valores estéticos ocidentais na tomada de decisão sobre a delimitação de Unidades de Conservação.

Desenvolvimento, defendida por Silva (2006), explicita este fato por meio da análise das políticas públicas destinadas ao semiárido nordestino, separando-as em três grandes momentos históricos:

- a) o período que compreende o processo de colonização e de ocupação do espaço Semi-árido, com a consolidação do complexo econômico sertanejo, até o primeira metade do século XX, quando crises climáticas pressionaram o governo para o combate à seca;
- b) a partir dos anos 1950, com as constatações do atraso econômico regional do Nordeste em relação ao centro-sul do país, a opção governamental foi pela modernização econômica, consolidando a política hídrica de suporte à irrigação e de reestruturação da grande propriedade rural, ao mesmo tempo em que se mantiveram as ações emergenciais nas secas;
- c) no final do século XX, com a constatação da ocorrência de mudanças na realidade econômica e social na região e, ao mesmo tempo, da permanência dos problemas sociais que se agravam nos períodos de estiagens prolongadas. Essas constatações são permeadas por novas propostas, em que as políticas regionais tendem a passar por mais um momento de transição, com a disputa entre diferentes concepções de desenvolvimento para o Semi-árido (SILVA, 2006, p. 34).

Semiárido já não se escreve da mesma forma, mas ainda vivenciamos este terceiro período e ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas. Pode-se acrescentar, nesta perspectiva, que estudos sociológicos e antropológicos, como por exemplo, reflexões sobre os meios de vida da população (SCHNEIDER, 2010) e sobre a adequação e continuidade das políticas públicas destinadas à região (SILVA, 2006).

Vem-se ampliando o espaço público não estatal atuante no contexto semiárido, a exemplo da ASA (Articulação do Semiárido), criada em 2001, e outras entidades que desenvolvem trabalhos e projetos atrelados ao desenvolvimento da região, desde ações autônomas até articulações com o governo e com a iniciativa privada. Esses novos atores políticos e sociais laçam um novo olhar, desta vez, direcionado à *convivência com o semiárido* e não mais ao combate à seca.

Entretanto, persistem e prevalecem os interesses privados mais poderosos (PONTES e MACHADO, 2009) e ainda são raras e dispersas as iniciativas de convivência com semiárido (ANDRADE et al., 2015). Além disso, é notável a associação da região como um local de atraso fortemente arraigada ao ambiente semiárido na concepção dos brasileiros e nas ciências sociais brasileiras (LIMA, 1998).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Ambiental versa sobre o papel e o lugar da natureza nas sociedades. Desta forma, esta área do conhecimento procura interpretar os fatos históricos a partir da realidade visualizada na paisagem. À medida que interliga aspectos naturais e físicos do ambiente com os aspectos socioculturais e político-econômicos, a História Ambiental busca a inter e a multidisciplinariedade. Com isso, atua como um grande pano de fundo de um determinado contexto e se revela um elemento capaz de imprimir uma maior coesão, conectando diferentes conceitos e temas abordados em muitos dos problemas ambientais contemporâneos.

O breve levantamento acerca das concepções de natureza e ambiente, ao longo da História, na sociedade brasileira e no semiárido, ilustram possibilidades de se fazer interlocuções entre diferentes áreas das ciências naturais e outras das ciências sociais. A partir do exposto, acredita-se serem necessárias mais pesquisas sobre uma História Ambiental local. Estudos com um foco na relação sociedade-ambiente com ênfase nas dimensões locais enriqueceria enormemente a compreensão de uma determinada realidade e um determinado problema.

Existe uma enorme carência por pesquisas na região semiárida brasileira, sejam elas de cunho técnico, econômico-político, socioculturais, etc. Sabe-se que a região apresenta uma fragilidade física e tendência à desertificação e degradação do solo, o que facilita a ocorrência de impactos ambientais, econômicos e sociais bastante negativos. Além disso, ainda há muito a se compreender acerca das percepções dos sujeitos, que lá residem, sobre o ambiente que os circunda. Ao passo que o principal objetivo da História Ambiental é compreender como a natureza afetou o ser humano e, igualmente, como as sociedades afetaram o ambiente, acredita-se que ela possa ser uma ferramenta fundamental para pesquisas sobre os diversos problemas (sócio-políticos, econômicos e) ambientais da região.

Parte-se, conforme enfatizado anteriormente, do pressuposto de que uma compreensão histórica, sobretudo local, permite uma reflexão sobre acontecimentos passados e rumos tomados pelas sociedades em determinados contextos. De tal modo, defende-se que a utilização da História Ambiental como instrumento de análise possibilita a evidência de rupturas e continuidades nos processos sociais, o que permite um melhor entendimento do presente como reflexo de ações passadas, assim como, a (re)significação e relativização de problemas ambientais contemporâneos no tempo. É assim, facilita a definição de caminhos mais sustentáveis a se tomar.

6. REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Referências bibliográficas do Nordeste seco. **Estudos Avançados**, v.13, n.36, 1999.

ANDRADE, Á. A. X.; SILVA, G. B.; ANDRADE, N. A. X. O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO E SEU REFLEXO NA HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PNAE EM BOQUIRA-BA. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria, v.22, n.2, abr./jun. 2015.

BUIJS, A. **Public Natures**: social representation of nature and local practices. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Wageningen University. Alterra, Wageningen, UR.

BURITI, C. O.; AGUIAR, J. O. (2008) Secas, migrações e representações do semi-árido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. **Revista Textos e debates UFRR**, edição online, v. 1, n. 15. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/747>. Acesso em 10 de julho de 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: Universidad de la República (Uruguay) e Universidade Federal de Santa Maria. **Extensão e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria, 2006.

CARVALHO, E. B.; NODARI, E. S. **Rememorar o sertão**: a percepção ambiental de lavradores no "sertão" paranaense. UFSC, Santa Catarina, 2007. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Ely%20de%20Carvalho_%20Eunice%20Nodari.pdf . Acesso em 2013.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C.; MOREIRA, G. G. (2009) Políticas públicas para meio ambiente no semi-árido brasileiro. Regressão Logística com o Modelo PER. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 12, p. 67-84. Disponível em: http://www.redibec.org/IVO/rev12_05.pdf . Acesso em outubro de 2015.

CIRILO, J. A.; MONTENEGRO, S. M.G.L.; CAMPOS, J. N. B. **A questão da água no semiárido brasileiro**. Departamento de Engenharia Rural, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-811.pdf>. Acesso em 2012.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Editora da UFSC, 3ª edição. Florianópolis, 2007.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Três (Biblioteca do Estudante), 1903.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da destruição da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais IN. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (orgs.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP. Papirus (Coleção turismo), 1997.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Sao Paulo: HUCITEC, 2001.

FERREIRA, L. C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

GARCÍA, E. **El Tampolin faustico**: ciencia, mito y poder en el desarrollo sostenible. Colección Gorgona, Ediciones Tilde. 1ª edición, Valencia, 1999.

INGLÓD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihoods, dwelling and skills. ROUTLEDGE, Taylor and Francis Group. London and New York, 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. (2013) **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Companhia das letras, 7ª Ed., São Paulo, 2012.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1998.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo : Hucitec, 2000.

MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades São Leopoldo, 2007.

MIRANDA, R. M. Questão agrária em Ibicoara-BA: antes e depois da barragem do apertado. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG, 2012.

OSTROM, E.; POTEETE, A. R.; JANSSEN, M. A. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo, Editora SENAC, 2011.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

PEREIRA, M. C. N.; SAITO, C. H. (2010). **A geopolítica e as ilusões sobre a democracia e participação social na gestão de recursos hídricos: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu (BA) como estudo de caso**. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro5/.../GT9-130-73-20100808085334.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2012;

PROJETO GEOGRAR. UFBA. Disponível em: www.geografar.ufba.br/. Acesso em 2012.

PIETRAFESA, J. P.; SILVA, S. D. **Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

RIBEIRO, M. A. **Tesouros da Índia para a civilização sustentável**. Belo Horizonte, Rona Editora, 2003.

SANTOS, A. C. V. R. **As naturezas de Freyre: natureza e ecologia em “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UNICAMP, Campinas, SP.

SANTOS, T. R.; GERMANI, G. I. **Disputas pela mediação da luta na terra na Bahia: O caso do Assentamento Caxá – Marcionílio Souza (BA) – 1984-2010**, 2010. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/c470692575a393237d2056702bfa2b76.pdf>. Acesso em 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SILVA, R. M. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós Graduação da Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, T. A. A. O pensamento ambiental de Gilberto Freire: Contribuições para uma ecologia dos trópicos. **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém - PA – Brasil, 2012.

SOUSA, M. S. R. **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí**.

2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí. Teresina, Piauí.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitude em relação às plantas e animais, 1500 - 1800. 3ª Ed. São Paulo: Campanhia das Letras, 1996.

VELHO, O. B.; INGOLD, A. Passos na construção de um paradigma ecológico. **Revista Mana**, v.7, n.2, p.133-140, 2001.

VELLOSO, T. R. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional**: a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (**DNOCS**). 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CAPITAL SOCIAL DE PESCADORES E A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE RIO FORMOSO – PERNAMBUCO

Fabiano Pimentel Ribeiro¹
Angelo Brás Fernandes Callou²

RESUMO

As reservas extrativistas constituem áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais, geridas por um Conselho Deliberativo que deve administrar de modo sustentável o uso dos recursos naturais e implantar estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Os pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso, Estado de Pernambuco, escolheram a estratégia de criação de uma reserva extrativista para conservar seus territórios pesqueiros. O objetivo deste estudo é analisar o capital social desses pescadores, na perspectiva do desenvolvimento local. Para isto, foi utilizada a estratégia metodológica de estudo de caso, abrangendo observações de campo e a realização de entrevistas estruturadas. A confiança, a cooperação e a formação de grupos e redes sociais entre os pescadores da Colônia Z-7 se apresentaram como aspectos importantes na análise do capital social. A análise indicou que a política ambiental de criação de reservas extrativistas, em alguma medida, promove o desenvolvimento local por meio do reconhecimento das populações tradicionais como gestores de seus territórios.

Palavras-chave: Capital Social, Desenvolvimento Local, Reserva Extrativista.

¹Graduação em Engenharia de Pesca (UFRPE). Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). E-mail: fabiano.ribeiro@icmbio.gov.br

²Graduação em Engenharia de Pesca (UFRPE). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Ciências da Comunicação (USP). Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: abcallou@gmail.com

SOCIAL CAPITAL OF FISHERMEN AND CREATION EXTRACTIVE RESERVE OF RIO FORMOSO, PERNAMBUCO

ABSTRACT

Extractive reserves are areas of the public domain to use granted to traditional populations, managed by a deliberative board which shall manage sustainably use natural resources and deploy structures aimed at improving the quality of life of communities. Fishermen Colônia Z-7 Rio Formoso, Pernambuco, chose the strategy of creating an extractive reserve in order to preserve their fishing territories. The aim of this study is to analyze the social capital of these fishermen, from the perspective of local development. We used the methodological strategy case study, covering the field observations and semi-structured interviews. The trust, cooperation and group and social networks formation among fishermen Colônia Z-7 is presented as important aspects in the analysis of social capital. Analysis indicated that environmental policy of creating extractive reserves, to some extent, promotes local development through the recognition of traditional communities as managers of their territories.

Keywords: Social Capital, Local Development, Extractive Reserve.

1. INTRODUÇÃO

Diversos problemas ambientais no Litoral Sul do Estado de Pernambuco, principalmente os que estão relacionados com o desenvolvimento industrial no entorno do Porto de Suape, como a interferência na pesca artesanal e o desmatamento do manguezal, vêm influenciando diretamente as atividades tradicionais das comunidades costeiras (QUINAMO, 2010).

O modelo de desenvolvimento adotado no litoral sul de Pernambuco está plasmado como um processo que trará benefícios para as populações locais residentes nesta região, baseado na industrialização, ideia que é disseminada, tanto pelo setor privado, como pelo setor estatal. Nesse modelo, as licenças ambientais prévias, de instalação e de operação, são passíveis de ser questionadas quanto ao mérito da questão (RAMALHO, 2009).

Como contraponto a esse modelo de desenvolvimento, os pescadores da Colônia Z-7 de Rio Formoso demandaram ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a criação de uma Reserva Extrativista (Resex). Este tipo de unidade de conservação vai determinar que seja “consolidado o cadastro da população tradicional, iniciada a formação do Conselho Deliberativo e a construção da primeira fase do Plano de Manejo” (BRASIL; ICMBIO; IN 03, 2007, p. 4).

Esta determinação tem uma importância considerável, na medida em que exige uma participação ativa, não apenas dos membros do Conselho Deliberativo, mas também das categorias sociais que elegem esses membros. Isto devido ao Conselho Deliberativo de uma Resex ter, em sua maioria, representantes das populações tradicionais da unidade. (BRASIL; ICMBIO; IN 02, 2007, p.4).

Como se pode observar, a fase inicial de criação de uma Resex em Rio Formoso é essencial de ser analisada, considerando que os pescadores da Colônia Z-7, ao iniciar esse processo de criação, terão que dispor de um considerável capital

social, tanto para o êxito na consolidação da criação da unidade, quanto para os futuros desafios de gestão na perspectiva do desenvolvimento local e, portanto, da sustentabilidade ambiental. O capital social, como uma das dimensões importantes do desenvolvimento local (FRANCO, 2001; SILVEIRA, 2001; PAULA, 2001; JARA, 2001; JARA 1999; TRUSEN, 2002), aqui

[...]se refere aos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem a *parceria* (i.e., o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação) e o *empoderamento* (ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade de as populações influírem nas decisões públicas). (FRANCO, 2001, p. 158, grifos do autor).

Os objetivos básicos da Resex, de acordo com o Artigo 18 da Lei 9.985, consistem em “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 1). Ora, assegurar o uso sustentável de recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das populações significa que a noção de Desenvolvimento Local e, portanto, de Sustentabilidade Ambiental, como encerra o conceito, está na essência da filosofia de uma Resex, considerando, aqui, Sustentabilidade na perspectiva de Leff (2010, p. 28):

[...] não me refiro apenas aos valores mais gerais da ética de nossa civilização ocidental – pré-moderna, moderna ou pós-moderna – mas aos valores atribuídos à natureza, aqueles que dão sentido às sociedades tradicionais – muitas das quais sobrevivem hoje em dia reconstruindo suas culturas, arraigadas ao território e aos ecossistemas que transformaram, não apenas através de um processo de evolução biológica, mas atribuindo significados à natureza. É este vínculo cultura-natureza que vem se rompendo pela imposição da contundente realidade do mercado.

A solicitação da criação da Resex em Rio Formoso constitui uma formalização no processo de inclusão dos pescadores artesanais, dessa região, na gestão de seus territórios tradicionais.

A estratégia de buscar a criação de uma unidade de conservação, no âmbito da esfera estatal, neste caso o Governo federal, para contrapor um modelo de desenvolvimento adotado pelo próprio Estado, carrega consigo um alto grau de complexidade, ainda mais considerando ser a Resex uma unidade de conservação que deve ser gerida pelos povos e comunidades tradicionais³ que a solicitaram.

Dessa maneira, é de se perguntar: como a *confiança*, a *cooperação* e os *grupos e redes* dos pescadores da Colônia Z-7 interferem na construção do capital social, no processo de criação da Resex no município de Rio Formoso, em Pernambuco?

³Povos e Comunidades Tradicionais “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, p. 316).

O objetivo deste estudo é analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Reserva Extrativista no município de Rio Formoso, Estado de Pernambuco.

2. O LOCAL DA PESQUISA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Rio Formoso, situado a 90 km do Recife, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, inserido em resquícios do bioma Mata Atlântica, com seus estuários e restingas, apresentou, de acordo com o senso do IBGE (2010), uma população de 22.151 habitantes, distribuídos numa área de 227 km².

O município possui uma população de jovens de 15 a 29 anos de 3.090 pessoas, cerca de 14% do total de habitantes da cidade (IBGE, 2010). Segundo o IBGE (2009), um total de 13.373 pessoas da população rio-formosense reside nas áreas urbanas, enquanto 8.778 de moradores vivem na zona rural do município.

Com relação à dinâmica econômica de Rio Formoso, o serviço, com 60%, é a principal atividade, seguido da indústria com 32% e da agropecuária com 8% (BRASIL; IBGE, 2010). Neste contexto, considera-se que a atividade pesqueira está relacionada com o serviço, a indústria e a agropecuária, uma vez que muitos pescadores são guias turísticos, trabalham na atividade da cana-de-açúcar e também são pequenos agricultores.

No processo de investigação, para alcançar o objetivo do presente estudo, foi utilizada a estratégia metodológica de estudo de caso, como dizem Laville e Dionne (1999, p. 156), “[...] na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os estudos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos”.

Para isso, foi realizado um levantamento de documentos oficiais, do Governo federal, acerca das Resex, como também foi realizado um levantamento da literatura, acerca do capital social, do desenvolvimento local e da sustentabilidade, em jornais e periódicos, impressos e digitais disponíveis na internet.

O itinerário teórico-metodológico se inicia com a ideia de *campo* de Bourdieu (1996), definida pelo autor como um campo de forças sociais inserido no espaço social. No presente trabalho, o campo investigado é o ambiental, com seus diversos atores sociais, em que o que está em jogo é a criação, por demanda dos pescadores artesanais, de uma Reserva Extrativista.

Como os conflitos, dentro de um determinado campo, obedecem a uma dinâmica de acumulação, ou dispersão, de capital social, o recorte amostral foi adotado, devido aos pescadores artesanais constituírem uma população tradicional, e serem, todavia, possuidores de um *habitus*, ou seja, um motivador de ações originado a partir de incorporações inconscientes da estrutura social. (BOURDIEU, 1989, p. 61)

O *habitus*, portanto, como elemento de distinção social, inspirou a escolha desses pescadores artesanais na perspectiva de identificar interações sociais capazes de mobilizar determinado capital social em busca da criação de uma Reserva Extrativista.

Para categorização do conceito de capital social, foram articulados alguns autores, que apesar de partir de abordagens diferentes da de Bourdieu, possibilitaram a análise aqui proposta, a exemplo de Putnam (2001) e Sennett (2012). Assim, o projeto de análise do capital social se concretizou, com a elaboração das categorias *confiança*, *cooperação* e *grupos e redes*.

A observação de campo consistiu na presença do pesquisador em duas reuniões ordinárias mensais da Colônia de Pescadores Z-7, em Rio Formoso, em 30 de setembro e 25 de novembro de 2012, e na participação no IV Encontro Nacional

da Rede Mangue Mar Brasil, no período de 7 a 9 de dezembro de 2012. Estas observações de campo foram compostas por “notas descritivas,” contendo registros *in loco*, e, em momento posterior, foram feitas as “notações analíticas,” segundo Laville e Dione (1999, p. 180), que consistiram em lembretes e anotações mais elaboradas.

Foram realizadas cinco viagens para o município de Rio Formoso, no período de 31 de outubro a 25 de novembro de 2012, para a realização de 11 entrevistas estruturadas com os pescadores da Colônia Z-7, que foram aplicadas de maneira não probabilista, ou seja, é o caso da “amostra típica”, de acordo com Laville e Dionne (1999).

3. CAPITAL SOCIAL: UM CAPITAL MULTIDIMENSIONAL

O fato de os pescadores artesanais da Colônia Z-7 constituírem uma população tradicional, que busca a criação da Resex de Rio Formoso, possibilita a análise do capital social na dimensão das relações sociais no âmbito da atividade pesqueira local, como também novas formas de sociabilidade que estão sendo construídas por esses pescadores.

Putnam (2001) e Sennett (2012), ao abordar dinâmicas sociais que tangem a formação do capital social, condicionam as relações de confiança e cooperação como categorias importantes de análise desse capital. Em outras palavras, esses autores abordam o capital social em sua dimensão endógena à cultura. Putnam (2001, p. 93) evidencia essa postura, ao pontuar que:

Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza, por la misma razón que el dinero é más eficiente que el trueque. La confianza es el lubricante de la vida social.

Por sua vez, Sennett (2012, p. 93), na medida em que considera que existe capital social em abundância apenas em comunidades que tenham uma cultura comum, aborda a cooperação intimamente ligada com a competição, em que esta articulação se dá no “espectro das trocas,” que são divididas em cinco tipos:

[...] *trocas altruísticas*, implicando autossacrifício; *trocas ganhar-ganhar*, nas quais ambas as partes se beneficiam; *trocas diferenciadas*, nas quais os parceiros se conscientizam de suas diferenças; *trocas de soma zero*, nas quais uma das partes prevalece em detrimento da outra; e *trocas tudo para um só*, nas quais uma das partes anula a outra (grifo nosso).

É justamente nas trocas *ganhar-ganhar*, *diferenciadas* e de *soma zero*, em que se dão as trocas dialógicas, mas é nas *trocas diferenciadas*, em que se evidencia a cooperação genuína, em que acontecem, de acordo com o autor,

[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa; podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação. (SENNETT, 2012, p. 105)

Nessa visão, Putnam (2001) e Sennett (2012) possibilitam a análise da confiança e da cooperação, sob uma perspectiva da cultura tradicional dos pescadores da Colônia Z-7. Se considerarmos, porém, Freitas (2008), observam-se

abordagens críticas ao trabalho de Putnam, das quais as mais consistentes, segundo o autor, são as críticas de Evans (1996) e Fox (1996), ambos defensores de uma abordagem neo-institucionalista. Diz ele:

E, a partir dessa discussão, observou-se a polarização teórica das abordagens interpretativas do capital social: o culturalismo e o neo-institucionalismo. Ou seja, em contraposição ao impulso cultural de Putnam, tem-se que a *intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social*. Com a mesma abordagem, Cunha (2002) refere que a conformação (criação ou elevação) do capital social em determinados territórios dependeria da intervenção do Estado (FREITAS, 2008, p. 96, grifo nosso).

Evans (1996 apud FREITAS, 2008) pontua que os diferentes níveis de organização social demandam uma intervenção do Estado, não como agente regulador, mas sim como ativista político mobilizador do capital social.

Não podemos deixar de considerar, no presente estudo, portanto, o papel que o Estado tem no processo de criação do capital social, ao instituir formalmente um instrumento de gestão compartilhada com a sociedade, a exemplo do Conselho Deliberativo da Resex.

Bourdieu observa que o capital social pode ser considerado como estoque de créditos tangíveis ou não, podendo ser acessado a partir de estruturas, e nas relações de trocas em que o material e o simbólico são indissociáveis. Ou seja, “[...] se trata aqui de latotialidad de recursos basados en la pertinencia a un grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 148). O autor observa as estratégias de utilização do capital social para uma projeção na estrutura social. O próprio Bourdieu (1998, p.150), ao definir capital político, indica essa abordagem, ou seja, o capital social como instrumento de poder:

[...]el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extension de la rede de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital (econômico, cultural o simbólico) poseído por aquellos con quienes está relacionado.

Nesse sentido, Bourdieu (1998) nos chama atenção para o esforço de mobilização do indivíduo para se vincular com pessoas, e dessa conexão converter em vantagem, seja ela individual ou de um grupo, material ou imaterial. O capital social, por esse enfoque, ganha consistência com a pontuação de Bourdieu (1996, p. 50), acerca da desigual distribuição do poder no espaço social: “O *campo do poder* [...] é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente [...]” (grifo nosso).

Bourdieu (1998), ao observar o capital social como um manancial de recursos que emergem no âmbito das relações sociais, e que pode ser acessado individual ou coletivamente, e transformado em benefício, também, individual ou coletivo, e ainda que esse acesso esteja inserido no campo de disputa de poder com objetivo de projeção na sociedade, possibilita a análise do capital social na sua dimensão exógena, ou seja, pela forma como os *grupos e redes* podem influenciar a construção do capital social, a partir de novas sociabilidades.

A ideia de campo de Bourdieu abrange o conceito de estratégia no âmbito dos padrões de interação, em que os indivíduos adotam estratégias para se

apropriar de outros campos de poder, e assim são realizadas articulações entre atores de diversos campos sociais.

Desta forma, Bourdieu contribui para a análise do capital social no presente trabalho, a partir da categoria *grupos e redes*, especificamente na observação de como as redes sociais condicionam a participação dos pescadores da Colônia Z-7 em discussões que enriquecem as suas experiências no contexto de criação, implantação e gestão de uma Resex. Em outras palavras, de acordo com Bandeira (2006 apud SANTOS V., 2007, p. 660), “[...] foi incorporado à discussão um [...] tipo de capital social, denominado *linking*, constituído por redes que estabelecem elos verticais que ligam as comunidades [...] às instâncias onde são tomadas as decisões que afetam o seu bem-estar”.

Considerando o contexto, no qual pescadores artesanais buscam preservar seus territórios, por meio da criação de uma Resex, o modelo proposto por Oakerson (1986) possibilita a visualização da complexidade do processo, na medida em que abrange várias dimensões do uso compartilhado de recursos.

De acordo com Oakerson (1986), os padrões de interação entre os indivíduos, marcados por estratégias e perspectivas de retorno em relação ao comportamento do outro, interferem em outras dimensões, como a escolha do modelo de gestão do uso dos recursos a ser adotado, quais tipos de regras são pertinentes para determinadas localidades e com a capacidade natural (física, biológica) de renovação desses recursos. Desta forma, padrões de interação que têm como pano de fundo a reciprocidade, ou seja, confiança, cooperação e grupos e redes se mostram elementos importantes do capital social que se articulam com o modelo proposto por Oakerson.

Para análise do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, a seguir a seção *Análise da confiança dos pescadores da Colônia Z-7*.

4. ANÁLISE DA CONFIANÇA DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

O processo de aprendizagem, desde o ofício da confecção das artes de pesca até a comercialização do pescado, se mostrou um fator importante nas relações de confiança. Os pescadores da Colônia Z-7, ao ser perguntados “Com quem aprendeu a pescar?” relataram que os pais e os familiares são as pessoas responsáveis pelos ensinamentos passados acerca das atividades da pesca.

Esse processo denota um grau de confiança interpessoal construído entre pessoas da família, principalmente os pais dos pescadores. Infere-se, neste sentido, que essas relações de confiança no processo de aprendizagem das atividades pesqueiras, como dimensão do capital social, são importantes na criação da Resex de Rio Formoso. A isso, Storper apud Santos V. (2007) denomina de *bonding*, ou seja, relações interpessoais com pessoas mais próximas, entre elas, pais, filhos, amigos e colegas de trabalho.

A confiança interpessoal desenvolvida pelos pescadores da Colônia Z-7, portanto, no âmbito da atividade pesqueira, apresenta-se como aspecto positivo na formação do capital social, pois como se refere Putnam (2001, p. 93), “Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza [...]”.

Os conhecimentos da faina pesqueira, passados de geração a geração, se desdobram em diversos aspectos, igualmente importantes para a criação de uma Resex que envolve a pesca artesanal, como é o caso da compreensão dos pescadores da dinâmica do ecossistema marinho-estuarino e as interpretações do ambiente natural. A atividade da pesca artesanal, que é própria das populações

tradicionais, consiste numa dimensão do capital social em que as formas do saber-fazer marítimo e sua transmissão pelos familiares e amigos denotam uma confiança interpessoal intrínseca à atividade. Ramalho (2012, p. 268-269), em seu estudo “A arte pesqueira: território da mestranga e do saber-fazer marítimo,” ao falar das relações de aprendizagem, dos pescadores artesanais, reafirma esse pensamento:

Sem dúvida, na pesca artesanal, os laços de família e a prática da mestranga amparam, alimentam e se projetam, umbilicalmente, nos usos do ambiente aquático [...]. Todos os pescadores, devido à socialização entre eles desse saber-fazer, sentem-se e se autointitulam, [...] de artistas do mar, porque pescar, de alguma maneira, já é arte, não no mesmo nível do mestre.

Esse processo de aprendizagem, portanto, dialoga com a noção de sustentabilidade, como aponta Leff (2010, p. 29): “[...] é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura.” Essa aprendizagem, articulada à noção de sustentabilidade ambiental, parece evidente entre os pescadores da Colônia Z-7, quando questionados sobre os aspectos que prejudicam a faina de pesca em Rio Formoso. São diversos os aspectos apontados, dentre eles:

A pesca de camboa que prejudica muito. Turismo desordenado, nos fins de semana, com as lanchas e motos aquáticas. Também tem grandes desmatamentos e aterros, principalmente os grandes empreendimentos, mas não há fiscalização (Entrevistado 1).

Poliuição da usina, veneno que colocam para matar o mato, mas mata os peixes. Não tem mais camarão. Suape causa escassez de peixe, [...] há dez anos tinha muito peixe, que vinha do norte, mas o porto de Suape prejudicou. Ainda existe pesca com veneno (Entrevistado 2).

Os barcos de catamarã e as lanchas que ficam no meio do rio, principalmente; no verão, os pescadores não podem dar o lance com suas redes (Entrevistado 4).

A redinha que botam para pegar caranguejo, a zoadá das lanchas, as ondas que as lanchas fazem quase viram nossas canoas (Entrevistado 6).

Como se pode observar, os pescadores relataram problemas enfrentados em seus cotidianos, dentre os quais: diversos grupos que se utilizam de artes de pesca diferenciadas capturando várias espécies de pescados e que disputam um mesmo espaço natural. Muitos pescadores, que se utilizam de múltiplas artes de pesca, apontam a utilização de *camboa*⁴ como prejudicial. Registrou-se a indicação

⁴A camboa é um tipo de “armadilha fixa constituída de panagens ou esteiras, que são colocadas nas enseadas dos manguezais nas marés altas, presas em estacas fincadas na lama. Nas preamares, com o vazamento das águas, grande diversidade de pescado fica retida nas redes ou esteiras ou nas suas proximidades”. (IBAMA, 2002, p.133)

da captura de caranguejos com *redinha*,⁵ e a utilização de malha pequena nas redes, como prejudiciais à atividade pesqueira no estuário.

Observaram-se, também, problemas entre diferentes atividades, como os relacionados ao turismo desordenado no estuário de Rio Formoso, que disputa o mesmo espaço natural utilizado pelos pescadores artesanais, evidenciando a complexidade da análise do capital social, a partir do ponto de vista do uso dos recursos naturais como *bem comum*.⁶

Da mesma forma, esses problemas denotam um fator de enfraquecimento na confiança dos pescadores, na medida em que diversas questões estão relacionadas à ausência de gestão dos usos dos recursos naturais, seja pela ausência de legislação específica, seja pelo não cumprimento das normas existentes, corroborando, dessa forma, com a pontuação de Freitas (2008, p. 96), no sentido de que “[...] a intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social.”

A presente análise se mostra ambivalente, pois permite visualizar aspectos positivos e negativos acerca da confiança como elemento do capital social. Neste sentido, é que surge a necessidade de ampliar a abordagem da confiança para uma dimensão que vai além das relações tradicionais desses pescadores, como é a perspectiva neoinstitucionalista do capital social.

Os pescadores da Colônia Z-7, ao ser questionados sobre “Quem é o mais responsável por essa situação?”, ou seja, referentes à pesca predatória, poluição, desmatamentos, turismo desordenado, etc., responderam que são diversos os responsáveis, desde os próprios pescadores até os órgãos governamentais, passando pelos empreendedores do turismo. Dizem os pescadores entrevistados:

As pessoas da comunidade, porque aterram o mangue. As pessoas de fora desmatam, e os órgãos ambientais dão licença a essas pessoas. Praia da Pedra foi toda interditada, o proprietário da terra fechou o acesso (Entrevistado 1).

O governo, porque não fiscaliza e porque licenciou o Porto de Suape (Entrevistado 2).

Os donos de bares e os donos das embarcações de turismo (Entrevistado 4).

Os proprietários das lanchas (Entrevistado 10).

A partir dessas observações por parte dos pescadores entrevistados, deduz-se que o Estado contribui para o enfraquecimento da confiança comunitária, pela ausência na fiscalização da atividade pesqueira, pelo não cumprimento da legislação ambiental e pela falta de ordenamento do uso do estuário de Rio Formoso, por diversas categorias de usuários. Esta ausência do Estado prejudica diretamente a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 na comunidade, na medida em que fica evidente a impunidade em relação aos crimes ambientais, gerando, desta maneira, um sentimento de desconfiança prejudicial ao desenvolvimento local.

⁵Redinha é um tipo de “amadilha produzida com fios de nylon [...], armada com auxílio de raízes de mangue (*Rhizophoramangle*), cuja vegetação também é utilizada na marcação das galerias. A redinha é utilizada na captura do caranguejo-uçá” (*Ucidescordatus*). (IBAMA, 2000, p.55)

⁶De acordo com Oakerson (1986), o uso de um *bem comum* é compartilhado. Os problemas de uso compartilhado geralmente tornam-se aparentes quando há alguma alteração significativa no padrão e/ou nível de utilização. Tal mudança muitas vezes é associada com a escassez do recurso. Se a comunidade de usuários é incapaz de trabalhar através de acordos existentes para responder adequadamente à mudança, a competição destrutiva ou conflito podem emergir.

Considerando a confiança nas dimensões interpessoal e comunitária, observaram-se circunstâncias que interferem no capital social dos pescadores da Colônia Z-7, como um processo dinâmico, que ora fortalece, ora enfraquece esse capital. Neste contexto, a cultura tradicional dos pescadores artesanais, pelos processos de aprendizagem, passados de geração a geração, constitui fator de fortalecimento da confiança interpessoal, mas, ao mesmo tempo, essa confiança se mostrou restrita aos familiares e amigos, não se estendendo à comunidade em geral.

Em outra dimensão, o Estado, pela sua ausência no ordenamento do uso dos recursos naturais e pela ausência na fiscalização ambiental, acaba por fragilizar a confiança comunitária dos pescadores da Colônia Z-7.

Ao considerar, portanto, a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 como elemento fundamental do capital social no processo de criação da Resex, é imprescindível pensar acerca da complexidade na qual a atividade pesqueira está inserida.

De um modo geral, a confiança dos pescadores da Colônia Z-7 se mostrou incipiente para a participação desses pescadores como protagonistas no Conselho Deliberativo da Resex, na medida em que a maior expressão dessa confiança se deu na dimensão cultural das relações interpessoais, limitadas às pessoas mais próximas. Esta complexidade na análise da confiança dos pescadores da Colônia Z-7 nos leva a considerar como está sendo constituída a cooperação entre esses pescadores, uma vez que “Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM 1996 apud PAULA, 2001, p. 142).

5. A COOPERAÇÃO COMO DESDOBRAMENTO DA CONFIANÇA DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

Para abordar a cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, como categoria de análise do capital social, eles foram questionados se “Nos últimos anos, tentaram resolver algum problema da sua comunidade junto com outras pessoas?”, de modo que três pescadores responderam que não se mobilizaram para resolver problemas comuns; e nove responderam que tinham se mobilizado coletivamente para reivindicação de duas bacias de sedimentação à Compesa, por meio do Ministério Público. E um entrevistado citou a cooperação para conseguir acesso a uma política pública. Como seguem, alguns relatos:

Há dois anos tinha um problema com a Compesa, fizemos um mutirão de 700 pessoas, fechamos a pista, e a Compesa foi multada e foi obrigada a fazer outra bacia de sedimentação, foi a força do povo que fez isso (Entrevistado 3).

Juntamos com o pessoal da colônia para arranjar o Projeto Chapéu de Palha para os pescadores (Entrevistado 4).

A cooperação dos pescadores da Colônia Z-7 se mostrou em ações pontuais, como a reivindicação de melhora no sistema de esgoto para o Ministério Público e de acesso ao Programa Chapéu de Palha do Governo do Estado de Pernambuco. Nestes dois casos, os pescadores agiram em circunstâncias em que todos estavam em condição de igualdade, ou seja, não houve competição, mas sinergia de ações para o alcance da melhora no serviço de tratamento de esgoto da comunidade e acesso a um programa de Governo, denotando, desta forma, que

essas ações coletivas foram, em alguma medida, pressionadas por uma situação de exclusão social.

Esse tipo de cooperação se aproxima, em parte, ao que Sennett (2012) denominou de “trocas altruísticas.” Este termo, porém, se enquadraria perfeitamente, caso os pescadores entrevistados tivessem agido de forma genuína e não esperassem nada em troca. Entretanto, os pescadores da Colônia Z-7 esperavam o reconhecimento de suas reivindicações e o atendimento de suas necessidades.

Estes fatos pontuais de cooperação, portanto, evidenciados pelos pescadores entrevistados a partir de circunstâncias que unem todas as pessoas, as quais a insatisfação com o serviço público de saneamento básico e o desejo de acesso ao Programa Chapéu de Palha, em alguma medida, enfraquecem o capital social uma vez que se aproximam muito mais da cooperação forçada do que da cooperação genuína (SENNETT, 2012). Aspecto que poderá tornar mais complexa, a inserção dos pescadores da Colônia Z-7 como protagonistas no Conselho Deliberativo da Resex.

No âmbito da faina de pesca, os pescadores da Colônia Z-7 ao ser perguntados “Você pesca isolado(a) ou em grupo?,” a maioria respondeu que pesca em grupos, de duas a três pessoas, e são formados por familiares e amigos. Eis alguns relatos:

Tanto só, quanto em grupo, geralmente com duas pessoas (Entrevistado 3).

Com mais um companheiro, às vezes a minha esposa vai (Entrevistado 4).

Pesco com minha esposa, quando ela não vai, eu vou só (Entrevistado 6).

Vou com minha esposa (Entrevistado 7).

Pesco com o marido e a amiga (Entrevistado 10).

Os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram cooperativos em suas relações no âmbito das atividades pesqueiras, na medida em que essas atividades se dão coletivamente entre pessoas mais próximas. Há que se destacar a participação das mulheres na faina pesca, evidenciando uma estrutura de pesca familiar mais homogênea com relação à questão de gênero, ou seja, a mulher exercendo papel principal na atividade pesqueira. Os pescadores mais experientes, ou os mestres, ensinam e trabalham, e, dessa forma, estabelecem uma relação vertical e horizontal com os pescadores aprendizes.

Ou seja, o mestre, no próprio ato de pescar, exerce sua profissão e a transmite ao aprendiz. A faina de pesca constitui, dessa maneira, um campo cooperativo, em que todas as pessoas que participam são beneficiadas. Isto é: o manuseio da arte de pesca é possibilitado, a captura é aumentada e o transporte facilitado, apesar de suas diferenças no papel da atividade pesqueira.

Esse tipo de *cooperação genuína* se assemelha ao que Sennett (2012, p.105) denominou de trocas diferenciadas, em que o equilíbrio entre a competição e a cooperação é mais provável e em que acontecem “[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa, [que] podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação”.

A *cooperação genuína*, própria da cultura tradicional da faina da pesca artesanal, constitui fator positivo na construção do capital social. O saber-fazer

cooperativo dos pescadores da Colônia Z-7, no âmbito da faina de pesca, é intimamente ligado ao ambiente natural e, dessa forma, contribui para a gestão dos recursos naturais baseada na sustentabilidade ambiental, pois

[...] pensar em práticas de gestão pesqueira é vê-las mais bem traduzidas, em larga medida, pelo saber-fazer marítimo contido e transmitido pelos mestres de pescaria, em sua arte, que guardam profundo conhecimento da ecologia local do mar, rios e estuários [...] (RAMALHO, 2012, p. 295).

A cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, lastreada pelo saber-fazer tradicional da faina de pesca, constitui fator positivo na formação do capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex, na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que “O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem” (PAULA, 2001, p. 144).

Com o intuito de aprofundar a compreensão acerca da cooperação no âmbito da faina de pesca, perguntou-se aos pescadores: “Em sua opinião, a pesca pode melhorar?,” no sentido de investigar se na perspectiva de melhora na pesca está inserido algum indicio de prática cooperativa. A maioria dos pescadores respondeu afirmativamente, indicando a existência de normas e regras e o cumprimento delas para uma melhora na atividade pesqueira, a exemplo da criação da Resex, fiscalização ambiental, ordenamento pesqueiro, etc. Assim se referem alguns dos pescadores entrevistados:

Sim, a questão é os empreendimentos deixarem. Se nós conseguíssemos que se respeitassem os territórios dos pescadores, e a legislação fosse cumprida [...] (Entrevistado 1).

Sim, criando a Resex vai melhorar, porque vai ter normas, e a maioria dos acentos são das comunidades e poderão reivindicar os seus direitos (Entrevistado 2).

Sim, se tiver uma fiscalização, melhora (Entrevistado 3).

Com o turismo, não tem como melhorar, tem que ter uma fiscalização [...] (Entrevistado 6).

O fato de os pescadores apontarem uma expectativa de melhoria da atividade pesqueira pela necessidade de se criarem novas regras para o uso do estuário de Rio Formoso, que vão desde a proteção dos territórios pesqueiros até a criação da Resex, passando pelo ordenamento do turismo, como também pela necessidade de fazer com que as regras existentes sejam cumpridas por todas as pessoas que utilizam o estuário de Rio Formoso, a exemplo da legislação ambiental, indica uma carência de capital social. A ausência de normas que equilibrem a cooperação e a competição, ou seja, a inexistência de *trocas diferenciadas* (SENNETT, 2012) para além da faina de pesca, indica uma fraca cooperação genuína, portanto, um fator negativo para o fortalecimento do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso.

Essa fraca cooperação, em uma dimensão mais ampla da faina de pesca de Rio Formoso, é mais plausível de ser explicada pelo papel institucional na dispersão do capital social, ou seja, na ausência do Estado na gestão dos territórios

tradicionais, constituindo, assim, fator negativo para a formação desse capital na perspectiva do desenvolvimento local.

A faina da pesca se mostrou como um campo de cooperação genuína que se perpetua ao longo do tempo pelo saber-fazer tradicional dos pescadores artesanais e, conseqüentemente, como um fator positivo para formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7. Essa cooperação está intimamente ligada ao ambiente natural, principalmente pela construção de regras tradicionais de manejo pesqueiro que, além de evidenciar um profundo conhecimento da dinâmica dos recursos pesqueiros, amplia-se para além das relações entre familiares e amigos.

Por outro lado, a análise da cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, a exemplo da análise da confiança, deve ser pautada pela complexidade das circunstâncias da atividade pesqueira. Ou seja, o aspecto da ausência do Estado constitui fator do enfraquecimento da cooperação dos pescadores da Colônia Z-7 pela má qualidade dos serviços públicos oferecidos à comunidade, pela ausência e pelo não cumprimento das normas institucionais.

Mesmo assim, a análise do papel do Estado não se mostra pragmática, nem muito menos linear, pelo contrário, se torna mais complexa na medida em que o próprio Estado também passa a ser percebido como solução para os problemas da região, considerando que a criação de grande parte das regras e normas sociais se formaliza pelo Estado, a exemplo do Programa Chapéu de Palha do Governo estadual e da criação de uma Resex, que é uma política pública ambiental do Governo federal. Neste sentido, “[...] não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão”. (FREITAS, 2008, p. 96)

Diante do exposto, torna-se fundamental aprofundar a análise de como se deu a mobilização dos pescadores da Colônia Z-7 para solicitarem a criação da Resex de Rio Formoso. Em outras palavras, compreender como essa nova maneira de relação, entre sociedade, organização não governamental e Estado, interfere na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, indicando dessa maneira, a relevância da análise do capital social desses pescadores em sua dimensão exógena.

6. GRUPOS E REDES: A DIMENSÃO EXÓGENA DO CAPITAL SOCIAL DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-7

Diferentemente das categorias confiança e cooperação do capital social, na dimensão das relações tradicionais da comunidade pesqueira analisada nos itens anteriores, a categoria *grupos e redes*, apresentada neste item, aborda o capital social em sua dimensão exógena, ou seja, o modo como os pescadores da Colônia Z-7 ao se relacionar com outros grupos sociais do campo ambiental ampliam esse capital, reinventando sua cultura.

Essa categoria de análise dialoga com o modelo de análise dos problemas de propriedade comum de Oakerson (1986, p.26), em que os padrões de interação dos indivíduos podem interferir nas modalidades de gestão de um recurso comum. Neste caso, os pescadores da Colônia Z-7 estariam reivindicando um tipo específico de gestão do uso dos recursos naturais para o Estado.

Na observação de campo, constatou-se que diversos assuntos foram abordados na Assembleia Ordinária da Colônia Z-7, dentre os quais: a viagem que as pescadoras farão pelo Projeto Chapéu de Palha, do Governo do Estado de Pernambuco; a luta dos pescadores para garantir seus territórios, que estão sendo apropriados por empreendimentos particulares, que inclusive impedem o acesso à praia; a mortandade de sururu que ocorreu no estuário, e que ninguém quantificou e

não se sabe a causa; a questão dos viveiros e da poluição dos rios; e a importância que tem a participação dos pescadores no processo de criação da Resex no estuário de Rio Formoso.

A Colônia Z-7, dessa forma, se mostrou como um espaço onde os pescadores têm possibilidade de se expressar e de acessar informações acerca das políticas públicas voltadas à atividade pesqueira artesanal, como também se revelou como um espaço de comunicação com outros atores sociais. A presidente da Colônia Z-7 relatou a importância da integração da instituição que preside na Rede Mangue Mar/PE para o início do processo de criação da Resex de Rio Formoso, conforme entrevista concedida:

A Rede Mangue Mar/PE ajuda as colônias para se organizarem e participarem efetivamente das lutas. Possibilita estarmos em articulação com outras instituições. Também nos apoia no processo de criação de uma Resex federal, e nos ajuda a combater uma manobra do Estado de criar uma APA estadual, justamente para impedir a criação da Resex (Entrevistado 1).

Essa ligação, pela qual os líderes dos pescadores da Colônia Z-7 se integram à Rede Mangue Mar/PE, estabelece um tipo de comunicação, que liga esses pescadores a diversos atores sociais, como pesquisadores, gestores estatais e organizações não governamentais, e proporciona outras formas de organização e mobilização. Deste modo, evidencia-se outro aspecto do capital social que se materializa pela apropriação propriamente dita da política pública ambiental de criação da Resex pelos pescadores de Rio Formoso, a partir da articulação da Diretoria da Colônia Z-7 com esses diferentes atores sociais.

A articulação da Colônia Z-7 com a Rede Mangue Mar/PE constitui uma forma de diálogo para resolução de conflitos sociais, em que os pescadores buscam desempenhar um novo papel, por meio de outras formas de mobilização e participação. Assim descreve um articulador da Rede Mangue Mar/PE:

A Rede Mangue Mar/PE auxilia a comunidade na organização dos eventos para discussões da criação da Resex. Disponibiliza para a comunidade um espaço na internet onde podemos nos comunicar. Também nos comunicamos por telefone, e cartas-convite. As maiores dificuldades de agirmos em rede é a falta de tempo e a falta de disponibilidade das pessoas em participar. A falta de recursos financeiros não possibilita que possamos agendar reuniões ordinárias (Entrevistado 12).

Os pescadores artesanais de Rio Formoso, ao assumir uma postura de defesa da atividade pesqueira e dos seus territórios, se integraram à Rede Mangue Mar/PE que forma de uma rede virtual de comunicação para atuar e mobilizar atores sociais em defesa dos direitos dos pescadores artesanais do litoral de Pernambuco.

Nesse sentido, deduz-se que a participação desses pescadores na Rede Mangue Mar/PE se constitui positiva na construção do capital social em sua dimensão exógena, uma vez que contribui para o protagonismo dos pescadores da Colônia Z-7 no Conselho Deliberativo da Resex, considerando que o surgimento da Rede Mangue Mar/PE está intimamente ligado com a demanda da criação da Resex de Rio Formoso pelos pescadores da Colônia Z-7.

A Rede Mangue Mar/PE subsidiou a Colônia Z-7 na solicitação formal de criação de uma Resex no município de Rio Formoso, e ao mesmo tempo essa rede

foi criada, em parte, para a apropriação dessa política pública ambiental por esses pescadores.

A demanda pela criação da Resex em Rio Formoso, por meio de um abaixo-assinado feito pelos pescadores, de certa forma materializou essa apropriação da política pública ambiental a partir das relações construídas no âmbito da rede se considerarmos que “[...]el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extensión de la red de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital [...] poseído por aquellos con quienes está relacionado” (BOURDIEU, 1998, p. 150).

Essa nova disposição de organização social, em rede, pelos pescadores da Colônia Z-7, constitui um elemento significativo, pois se cria uma nova forma de luta, como se refere Franco (2001, p.157), se são construídas “[...] comunicações em vários níveis, articulando, em rede, pessoas e grupos humanos e praticando formas diretas e participativas de democracia – isso, certamente, gerará Capital Social.

Dessa forma, observa-se que a Rede Mangue Mar/PE vem fortalecendo o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex. Isto se prende ao fato de que os pescadores, por meio das lideranças da Colônia Z-7, se instrumentalizam para alcançar novos papéis na estrutura social de que participam, ou seja, os pescadores da Colônia Z-7 podem aumentar seu capital social pelo ganho de “capital político”(BOURDIEU, 1996, p. 31).

Esse resultado, em alguma medida, constata o modelo de análise sugerido por Oakerson (1986), que prevê que as interações sociais interferem nos modelos de gestão de um bem comum.

Nesse sentido, deduzimos que a dimensão exógena do capital social, a partir dos *grupos e redes*, está correlacionada com o capital social em sua perspectiva neoinstitucional, considerando que todo o processo de formação da Rede Mangue Mar/PE girou em torno da política pública ambiental de criação das Resex de Pernambuco, inclusive a Resex de Rio Formoso, que por sua vez contribuiu para a formação do Capital Social.

Diante da discussão no âmbito da categoria de análise *grupos e redes*, salientamos a importância da dimensão exógena do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, que evidencia o Estado, através da política pública de criação da Resex como condicionador, pelo menos em parte, do surgimento da Rede Mangue Mar/PE, e esta, por sua vez, um fator positivo na formação do capital social da Colônia Z-7.

7. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso, Pernambuco. A incipiente confiança na comunidade em geral é um fator que interfere negativamente na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7. Além disso, o Estado, pela sua ausência no ordenamento e na fiscalização dos usos dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, acaba por potencializar a deterioração da confiança desses pescadores na comunidade em geral, contribuindo também para a degradação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7 no processo de criação da Resex de Rio Formoso.

A cooperação forçada também interfere negativamente na formação do capital social e, conseqüentemente, na inserção desses pescadores no processo de criação da Resex, mais especificamente, para atuarem como protagonistas no Conselho Deliberativo. No capital social dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, a

confiança e a cooperação, na dimensão comunitária, colocam em evidência o aspecto fraco desse capital.

Por outro lado, a transmissão do modo de fazer dos pescadores artesanais da Colônia Z-7 para os pescadores aprendizes, caracterizada pela intimidade com o ambiente natural, constitui um estoque de capital social que poderá contribuir para a gestão ambiental do Conselho Deliberativo da Resex de Rio Formoso. A confiança interpessoal no âmbito da aprendizagem na faina pesqueira é um elemento positivo para a formação desse capital.

Soma-se a isso, que os pescadores da Colônia Z-7 se mostraram cooperativos em suas relações no âmbito das atividades pesqueiras, na medida em que essas atividades se dão coletivamente entre pessoas mais próximas, pois os pescadores mais experientes ensinam e trabalham simultaneamente.

A confiança e a cooperação dos pescadores da Colônia Z-7, portanto, na dimensão da faina de pesca, lastreada pelo saber-fazer tradicional intimamente ligado ao ambiente natural, constituem fator positivo desse capital social para participação desses pescadores no Conselho Deliberativo da Resex.

A participação desses pescadores na Rede Mangue Mar/PE constitui uma nova forma de sociabilidade construída, que vai além das relações dos pescadores na faina de pesca, contribuindo para a construção do capital social em sua dimensão exógena uma vez que subsidia em alguma medida o protagonismo dos pescadores da Colônia Z-7 no Conselho Deliberativo da Resex.

Para a compreensão do papel do Estado na formação do capital social dos pescadores da Colônia Z-7, deve-se observá-lo em suas diversas faces, ora deixando lacunas em sua função de ordenar e fiscalizar o uso dos recursos naturais no estuário de Rio Formoso, ora dispondo de políticas públicas que condicionam a participação das populações tradicionais na gestão de seus territórios.

Diante do exposto, emerge a seguinte questão: será que podemos inferir que a política pública ambiental de criação de reservas extrativistas contribui para o desenvolvimento local?

8. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **Las formas del capital**. Editora Piedra Azul. Lima-Peru. 1998. cap. 4,p.131-163. Disponível em: http://www.academia.edu/1360865/LAS_FORMAS_DE_CAPITAL_. Acesso em 29 de abril de 2011.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

FRANCO, A. **Capital social**. Brasília: Millennium, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Assistência Médica Sanitária** 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 29 de agosto de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Boletim Técnico-Científico do Cepene**. Tamandaré, 2000. v. 8, n.1, p.55-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarinado Nordeste do Brasil – 2001**. Tamandaré, 2002, p. 197.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in022007.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 3, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos, para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias: Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in032007.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001.

JARA, C. J. **Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade**. Brasília: IICA, 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri (tradutores). – Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis** / Enrique Leff; Silvana Cobucci Leite (tradutora). São Paulo: Cortez, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras

providências. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

OAKERSON, R. J. A Model for the Analysis of Common Property Problems. In: **Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management**. Washington, D.C., 1986. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.

PAULA, J. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. **Desenvolvimento local**. Dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORMOSO. **A história da cidade**. Disponível em: <http://rioformoso.webnode.com.br/sobre-nos/>. Acesso em 16 de julho de 2011.

PUTNAM, R. D. Lacomunidad próspera. El capital social y la vida pública. In: HERREROS, F.; FRANCISCO, A. (Orgs.). **Capital Social**. Zona Abierta 94/95 (2001) p. 89-104.

QUINAMO, T. **Considerações sobre a destruição de mangue em Suape**. Informativo Mangue Mar/PE, 18 mai. 2010. Disponível em: <http://manguemarpernambuco.blogspot.com.br/search?q=Assim,+a+quest%C3%A3o+ambiental+de+Suape+n%C3%A3o+pode+ser+vista+de+forma+isolada>. Acesso em 29 de abril de 2011.

RAMALHO, C. W. N. A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo. In: MOURA, A. S. (Org.). **Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012, p.263-299.

RAMALHO, C. W. N. **As reservas extrativistas assegurarão os territórios dos pescadores?** O caso do litoral Pernambucano. 2009. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro5/.../GT5-746-793-20100527162038. Acesso em 08 de janeiro de 2012.

SANTOS, V. B. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. ISSN 1982-4602. p. 654-679.

SENNETT, R. **Juntos**. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação; Clovis Marques (tradução). Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, C. M. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. In: SILVEIRA, C. M; REIS, L. C. **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001, p. 31-42.

TRUSEN, C. Desenvolvimento local integrado: uma introdução conceitual e metodológica. In: TRUSEN, C.; PINHEIRO, M. R. B. **Planejando o desenvolvimento local**: conceitos, metodologias, experiências. Belém: Prorenda Rural, 2002, p. 13-28.

NEGÓCIO FEIRA LIVRE: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOB A PERSPECTIVA DO FEIRANTE

Aline Pereira Sales Morel¹
Lívia Tourino Rezende²
Ricardo de Souza Sette³

RESUMO

Esse estudo tem como propósito principal identificar a realidade do negócio feira livre da cidade de Lavras, a partir da perspectiva dos feirantes. Para tanto, foi feita uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, sendo utilizadas as técnicas de observação não participante, entrevistas em profundidade e aplicação de questionários. Os resultados evidenciam que, embora satisfeitos com a profissão e com o ambiente de trabalho, estes profissionais ainda esbarram em dificuldades estruturais no seu cotidiano, que poderiam ser resolvidas a partir da adoção de algumas mudanças. Outra característica observada durante a pesquisa é o distanciamento e a desunião do setor estudado, que acaba agravando os problemas e dificuldades. Espera-se que esta pesquisa subsidie ações de melhoria dos problemas levantados, bem como estimule novos debates e a comunhão de interesses, benéficos não apenas para o fortalecimento deste canal, como também para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: comercialização, feira-livre, feirantes, pequenos produtores familiares.

BUSINESS “STREET MARKET”: DISCUSSION AND ANALYSIS IN THE PERSPECTIVE OF MARKETER

ABSTRACT

This paper have as main purpose to identify the reality of the business street marketing from Lavras, according marketer perspective. For this, we made a quantitative and qualitative research, being used non-participant observation, interviews and questionnaires. The results showed that although satisfied with the profession and the workplace, these people still face structural problems that could be resolved with the adoption of some changes. Another feature observed during the research is the detachment and disunity of the sector, which has just compounding the problems and difficulties. It is hoped that this research subsidize actions for improvement and resolution of the issues raised, as well stimulate new discussions

¹Graduada em Administração (UFLA). Mestre em Administração (UFLA). Doutoranda em Administração (UFLA). E-mail: alinepereirasales@gmail.com

²Graduada em Administração (UFLA). E-mail: livi.rezende@yahoo.com.br

³Graduado em Agronomia (UFLA). Mestre em Administração (UFRJ). Doutor em Administração (FGV-SP). Professor Titular do Curso de Administração (UFLA). E-mail: ricsouza@dae.ufla.br

and incite communion of interests, beneficial not only for the strengthening of this marketing channel, as also for the development of the region.

Keywords: commercialization, fair dealers, small family producers, street marketing.

1. INTRODUÇÃO

A feira livre representa uma das formas mais antigas de comercialização de produtos agrícolas. Existem registros de que os povos sumérios já faziam uso desse processo de comercialização há 3.000 anos.C., por meio de trocas e barganhas em locais específicos da cidade, em um dia determinado da semana (ANGULO, 2003; CARVALHO; REZENDE; REZENDE, 2010).

Ainda que com o passar do tempo as feiras livres tiveram seu espaço reduzido pelo crescimento de outros canais de comercialização, como os supermercados, observa-se que, ainda hoje, este canal desempenha um papel fundamental na consolidação econômica e social da agricultura familiar, sob a perspectiva do feirante, e socioeconômico cultural, sob a perspectiva do consumidor (GODOY; ANJOS, 2007b; ANGULO, 2003).

Algumas peculiaridades fazem das feiras livres um ambiente de comercialização singular, que atrai milhares de consumidores até os dias de hoje. Dentre elas, a oferta de produtos diferenciados (produzidos de maneira artesanal e em pequena escala) e as relações de amizade e confiança estabelecidas entre vendedores e compradores ao longo do tradicional ato de “fazer a feira”.

Mesmo com tantos diferenciais e atributos competitivos, o crescimento e desenvolvimento das feiras livres ainda é cerceado pela falta de conhecimento, informação e recursos por parte dos feirantes que, por não possuírem condições de promover suas vendas e atrair clientes, perdem espaço para grandes canais de comercialização.

Por essa razão e, considerando a importância econômica, social e cultural das feiras livres, tem-se como propósito principal deste estudo identificar a realidade do negócio feira livre da cidade de Lavras, a partir da perspectiva dos feirantes. Entende-se que a realização desse levantamento trará luz a aspectos ainda inexplorados nesse campo, além de fornecer informações que podem subsidiar ações para o fortalecimento, desenvolvimento e valorização desse canal.

Na próxima sessão serão apresentadas a origem, as principais características e as peculiaridades das feiras livres. Em seguida, é feita uma contextualização da cidade de Lavras e da sua feira livre. Os procedimentos metodológicos são descritos em seguida e, posteriormente, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Por fim, são feitas as considerações finais do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Negócio feira livre: origens, desenvolvimento e caracterização

A palavra feira deriva do latim *feria*, que significa dia de festa, sendo utilizada para designar o local escolhido para efetivação de transações de mercado em dias fixos e horários determinados. É um formato de varejo que não possui lojas físicas e, por essa razão, ocorre em instalações provisórias montadas nas vias públicas, localizadas em pontos estratégicos da cidade, em dias e horários determinados (COLLA; STADUTO; ROCHA JÚNIOR; RINALDI, 2007; COELHO;

PINHEIRO, 2009).

As feiras representam um elemento importante na estruturação social do meio urbano, uma vez que possuem uma dinâmica específica de ocupação e espaço. Pode-se dizer que o surgimento das cidades está estreitamente atrelado às feiras, uma vez que, a partir das trocas comerciais, um novo formato de agrupamento humano veio a se formar (VEDANA, 2004).

Além disso, a feira é um canal que promove o relacionamento direto entre produtor e consumidor final, fazendo com que o produtor possa identificar de maneira mais fácil as necessidades e desejos de seu cliente e, desta forma, aprimorar aspectos produtivos e estruturais (COLLA et al., 2007; COELHO; PINHEIRO, 2009). Ribeiro et al. (2005, p.6), de acordo com observações feitas na feira de Minas Novas, ressaltam que para os consumidores “nenhum estabelecimento de verdureiro profissional, ou sacolão, substitui a feira, porque é nela que encontram os produtos que fazem parte de seus costumes alimentares”.

Além das relações entre os comerciantes e seus clientes, o relacionamento entre feirantes também é algo a ser destacado. Sato (2007, p.99) resalta que a feira livre deve ser entendida como “um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição, e na execução de regras tácitas”. O autor ainda acrescenta que:

[...] a proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si [eles] constroem regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados (SATO, 2007, p.99).

Uma característica peculiar a ser acrescentada é o caráter lúdico intrínseco à feira que, muito além de um espaço de comercialização, constitui-se também em um ambiente de encontros, conversas, articulações e diversão. Ribeiro et al. (2005, p.7), descrevem que muitos homens vão à feira por lazer, “para comer pastel, ver amigos e conversar fiado”. Para esses autores, assim também como para Angulo (2003), as feiras representam mais do que pontos de comercialização, sendo também um espaço de socialização, imbricado de símbolos e de traços culturais.

Todo esse conjunto de propriedades e singularidades faz da feira livre um canal que garante aos produtores rurais a comercialização da sua produção, que de outra forma seria difícil nesse tipo de economia de pouca liquidez e que proporciona aos consumidores, a garantia de abastecimento regular, de qualidade e, em especial, adaptado aos seus hábitos alimentares. Além disso, ganham também os comerciantes locais, com a aquisição de bens de consumo por parte dos feirantes, que usam a renda proveniente de suas vendas, o que favorece a permanência do dinheiro em âmbito municipal (RIBEIRO et al., 2005).

Neste sentido, considerando todos os fatores mencionados, deve-se entender a feira livre, acima de tudo, como um negócio que, como tal, precisa receber a aplicação de princípios administrativos, de forma a garantir melhores condições para sobrevivência em um mercado tão competitivo como o que estão inseridos.

2.2. Negócio feira livre: a diferenciação como meio de sobrevivência

A partir do aumento populacional urbano decorrente do fenômeno

conhecido como êxodo rural, a feira livre passou a perder espaço para formatos permanentes de comércio varejista, como *shopping centers* e supermercados, que cresceram e passaram a diversificar seu rol de serviços ofertados (COELHO; PINHEIRO, 2009).

Godoy e Anjos (2007a), afirmam que com a internacionalização do capital e liberalização dos mercados ocorrida no fim da década de 1960, o governo brasileiro passou a apoiar a criação de lojas de autosserviço, a fim de controlar os preços fixados pelos estabelecimentos comerciais de alimentos vigentes, como armazéns, empórios, mercearias e feiras, até então líderes em vendas no varejo. Segundo Jesus (1991, apud SATO, 2007), já em 1989, cerca de 78,2% do volume de alimentos comercializados no varejo brasileiro era feito pelos supermercados. Ainda assim, a feira resiste em pequenas regiões, onde se constitui como uma das principais formas de comercialização. Geralmente, o impacto das feiras costuma ser inversamente proporcional ao tamanho do município (RIBEIRO et al., 2005).

Para Vedana (2004, p.11), a rotina diária de “fazer a feira” contém diversos elementos simbólicos que podem explicar à frequência dos consumidores à feira, como a relação de confiança entre o feirante e o consumidor e as relações sociais que se estabelecem entre ambos e, até mesmo, uma ideia de “pureza” do alimento comprado em virtude da “possibilidade de tocá-lo, escolhê-lo, experimentá-lo com todos os ‘sentidos’”. Além disso, a autora ainda menciona que este contato direto entre o consumidor e o alimento a ser comprado, assim como as piadas e brincadeiras feitas entre feirantes e dos feirantes com seus clientes, confere às feiras livres um caráter diferenciado, se comparado com os supermercados ou outros estabelecimentos comerciais. Na feira, “os fregueses trocam receitas e apalham os alimentos que estão soltos em cima da banca – nada das embalagens plásticas do supermercado” (VEDANA, 2004, p. 48).

Godoy e Anjos (2007a, p. 366) ressaltam, ainda, que a troca de conhecimentos e experiências entre o rural e o urbano e, em especial, entre os próprios trabalhadores rurais, faz da feira livre um canal de comercialização distinto dos demais. Assim, o sentimento de unidade existente no ambiente da feira livre – onde as relações entre os próprios feirantes e entre eles e seus consumidores apresentam alto grau de confiança – torna este canal um ambiente de comercialização singular. Com base em observações feitas ao longo de sua pesquisa os autores afirmam ser “corriqueiro aos feirantes atender os consumidores da banca do vizinho, vender os produtos do colega, fazer o troco e colocar o dinheiro na gaveta deste”.

A feira também se apresenta como um canal de distribuição de produtos diferenciados, cuja produção é feita a partir de métodos “artesanais”, o que não acontece na produção em escala feita pelos grandes proprietários, que abastecem os demais canais de comercialização. Assim, a possibilidade de encontrar produtos naturais a preços mais acessíveis pode ser um importante atrativo as feiras, o que faz da produção e comercialização de alimentos orgânicos uma nova alternativa para manutenção e expansão das feiras-livres.

2.3. A produção orgânica como meio de expansão das feiras livres

A busca desenfreada por índices de produtividade cada vez mais altos alavancada a partir da década de 70, acelerou o processo de mecanização das práticas agrícolas e fez emergir um mercado de alimentos produzidos a partir da utilização intensiva e desordenada de insumos artificiais, como agrotóxicos e fertilizantes. Entretanto, esse modelo de produção em massa, já mostra sua insustentabilidade, tanto por seus efeitos econômicos e sociais, quanto pelos efeitos

ambientais (SCHULTZ; NASCIMENTO; PEDROZO, 2001; RICOTTO, 2002).

Neste cenário, surgem soluções compensatórias para a degradação já estabelecida, entre elas, a conversão de uma agricultura dita “convencional” para um modelo orgânico, que tem como proposta o respeito à “sustentabilidade do local ao qual está inserida” (ASSIS, 2006, p.77). Assim, tornou-se notória a expansão da produção e comercialização de produtos orgânicos no mundo todo. Brandenburg (2004, p. 273) advoga ser “justamente o mercado que contribui para reorganizar o sistema produtivo e acena com a perspectiva de maior espaço para os produtos orgânicos”. Lago et al. (2006) acrescentam que a própria definição do termo orgânico já indica se tratar de um produto diferenciado.

Campanhola e Valarini (2001) apontam cinco razões para o aumento da demanda por estes produtos, sendo elas: 1) a preocupação dos consumidores com a própria saúde e com o risco de ingestão de alimentos contendo substâncias químicas; 2) a organização de movimentos ambientalistas, representados pelas ONGs, em prol da certificação e criação de espaços para comercialização de alimentos orgânicos pelos próprios agricultores; 3) a influência de seitas religiosas em defesa do equilíbrio espiritual humano por meio da ingestão de alimentos saudáveis e cuja produção tenha sido realizada em harmonia com a natureza; 4) ações contra a agricultura moderna, efetuadas por grupos organizados; 5) o uso de ferramentas de marketing utilizadas por grandes redes para induzir a demanda de produtos orgânicos em segmentos específicos de consumidores.

Este mercado emergente representa uma oportunidade de expansão da comercialização desse tipo de produto nas feiras livres. Um estudo realizado por Camargo Filho et al. (2004) revelou que 90% dos agricultores orgânicos brasileiros são pequenos produtores familiares e que eles são responsáveis por 70% da produção orgânica brasileira. Já em relação à comercialização destes produtos, dos 611 pontos de comercialização de alimentos orgânicos brasileiros, 36,66% são associações e feiras livres (o que representa mais que percentual de supermercados – que é de 33,22%). Os outros 30,12% representam as lojas especializadas e as entregas em domicílio (SEBRAE-RJ, 2004 apud BUAINAIN e BATALHA, 2007).

Cabe, então, aos demais feirantes aproveitarem esse nicho de mercado, assim como todas as vantagens competitivas desse modelo, para ampliar a oferta e se consolidar como principal meio de distribuição desses produtos.

Para tanto, Campanhola e Valarini (2001, p. 94-95) propõem em seu trabalho ações que contribuem para o aproveitamento das novas oportunidades por parte dos pequenos agricultores. Assim, de acordo com os autores, caberia ao setor público e às suas instituições: a) criar mecanismos para facilitar o acesso ao crédito; b) oferecer assistência técnica e extensão rural; c) desenhar políticas públicas que incentivem e apoiem a produção orgânica; d) incentivar a criação de pontos de venda exclusivos para pequenos agricultores; e) oferecer incentivos monetários para criação de pequenas agroindústrias para processamento de produtos orgânicos.

Já os pequenos produtores, deveriam se organizar e criar mecanismos para implantação ou fortalecimento de associações e cooperativas, buscar ampliar os canais diretos de comercialização desse tipo de produto (visando consumidores e varejistas locais), além de estabelecer suas próprias marcas comerciais, que deveriam ser sempre fortalecidas pelo aumento da credibilidade junto aos clientes, gerando fidelização (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001).

Por fim, os autores acrescentam que a efetivação das ações acima mencionadas, poderia ser auxiliada por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que colaborariam na capacitação e financiamento dos agricultores, assim

também como nos estudos de “marketing” para identificação das atividades mais prósperas e delineamento de estratégias de propaganda e venda dos produtos.

De fato, somente a partir de ações concretas em favorecimento daqueles que têm poucos recursos disponíveis para produção, é que o comércio nas feiras livres se consolidará. Desta forma, torna-se fundamental entender a feira livre como uma ação social, que proporciona benefícios econômicos e sociais aos pequenos proprietários rurais, e, como um negócio, gerador de emprego e renda para o município.

Neste contexto, em que a cada um cabe uma parcela de responsabilidade, a participação da academia, por meio da realização de pesquisas científicas, pode contribuir para o esclarecimento de pontos obscuros e trazer à luz o importante papel desempenhado pelas feiras livres no equilíbrio socioeconômico das cidades e na manutenção de sua identidade cultural. Nesta pesquisa, buscar-se-á, a partir da compreensão do negócio feira livre sob a perspectiva dos feirantes, oferecer subsídios para tomada de decisão em prol do fortalecimento, desenvolvimento e da valorização deste importante negócio local.

2.4. A feira livre de Lavras

A feira livre de Lavras, cidade pertencente à mesorregião do Campo das Vertentes no estado de Minas Gerais, teve início em 1966, por iniciativa da Secretaria da Agricultura do Município, juntamente com a Empresa de Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (EMATER). A Secretaria Municipal doou 20 barracas contendo uma banca e uma cobertura de lona e a EMATER se encarregou de mobilizar um grupo de pequenos produtores rurais a iniciarem atividades como feirantes.

Em princípio, os pequenos produtores disponibilizavam para comercialização os produtos que tinham em suas propriedades e o que poderiam produzir num curto espaço de tempo, como frutas, legumes, cereais, queijos, linguiças e derivados de suínos. Posteriormente, os próprios trabalhadores rurais foram planejando sua produção e introduzindo verduras, doces e demais iguarias, comumente vendidas nas feiras.

A feira de Lavras começou a ser realizada aos sábados nas proximidades da praça central da cidade e, cerca de um ano depois, já acontecia aos sábados e às quintas feiras, em locais diferentes. Posteriormente, as feiras começaram a acontecer nas terças, quintas e sábados, em pontos estratégicos da cidade. Os locais de realização das feiras na cidade variaram bastante ao longo do tempo (praças, ruas e galpões), em virtude da necessidade de se adaptar o número crescente de consumidores e feirantes à capacidade dos locais onde as feiras estavam instaladas, que passaram a ficar tumultuados e a congestionar as vias de tráfego da cidade. Também em função desse crescimento, o número de feiras aumentou ainda mais, sendo atualmente realizadas seis feiras semanais: às terças-feiras na Praça Dr. Jorge, quartas-feiras no bairro Jardim Floresta, às quintas-feiras nos bairros Pitangui e Jardim Glória, e as sextas e sábados no Mercado Municipal da cidade.

A feira livre lavrense tem a função de suplementar o abastecimento do município por meio da comercialização varejista de gêneros alimentícios. Além disso, sabe-se, que é justamente nesses pequenos mercados locais que a comercialização do excedente da produção familiar se verifica. Outro aspecto de grande relevância a ser ressaltado, diz respeito à atribuição da feira livre como espaço de socialização e de expressão cultural. Neste sentido, pode-se afirmar que a feira livre de Lavras representa um patrimônio cultural da cidade, que preza pelo

antigo hábito interiorano de “fazer a feira” e preserva os laços de amizade estabelecidos entre os próprios feirantes e entre estes e os consumidores ao longo do tempo.

Também faz-se necessário enfatizar as feiras livres como campo fértil de atuação no mercado de trabalho. Segundo informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Lavras, estima-se que a feira livre de Lavras gere renda para aproximadamente 70 famílias, sendo que, a maioria delas vive exclusivamente dos recursos oriundos da atividade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de promover um olhar mais amplo sobre o negócio feira livre, o tratamento das informações dessa pesquisa se amparou em uma perspectiva híbrida, ou seja, foram utilizados métodos qualitativos e quantitativos.

Para justificar e validar a interlocução entre métodos qualitativos e quantitativos, pode-se diferenciá-los em relação à sua contribuição para a pesquisa científica. Malhotra (2006) defende que a pesquisa qualitativa é por um lado, de natureza exploratória, uma vez que sua pretensão é levantar o projeto em pauta. Por outro lado, segundo o mesmo autor, a pesquisa quantitativa é conclusiva, ou seja, auxilia na confirmação das hipóteses levantadas, que poderão sofrer alterações provocadas pela formatação promovida pela pesquisa qualitativa.

Desta forma, a realização desse estudo envolveu, inicialmente, uma etapa de observação não participante revelada, de forma a possibilitar aos pesquisadores o reconhecimento do ambiente e a aproximação com os feirantes locais. Posteriormente, foi feita a coleta de dados a partir da aplicação de questionários semiestruturados, elaborados com base nos trabalhos de Leite, Seabra Júnior, Santos, Theodoro e Lima (2008); Costa, Silva, Feiden e Campolin (2008); Rocha, Costa, Castoldi, Cecchetti e Calvete (2010); Coutinho, Neves, Neves e Silva (2006); Coêlho e Pinheiro (2009); Godoy e Anjos (2007b); e Silva Filho (2003).

Após a realização de um pré-teste, algumas perguntas foram reformuladas ou removidas, totalizando 72 questões. A primeira seção de perguntas abordou questões sócio demográficas dos entrevistados. Em uma segunda seção, foram feitas perguntas sobre a rotina de trabalho, a motivação com a profissão e o tempo de atuação nela. Já na terceira seção, foram abordadas questões sobre as variáveis de influência no trabalho, como estrutura, canais de comercialização e instituições de fomento e apoio.

O critério utilizado para escolha dos respondentes foi a presença do feirante no dia da aplicação dos questionários e a disponibilidade deste em participar do estudo, caracterizando-se, assim, como uma amostragem não probabilística por conveniência. Desta forma, dos 72 feirantes cadastrados junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Lavras durante a realização deste estudo, fizeram parte da presente pesquisa 34 deles, sendo 22 participantes da feira de sexta-feira, realizada no Mercado Municipal, e 12 da feira de terça-feira localizada na Praça Dr. Jorge.

Por fim, para um maior aprofundamento de algumas questões observadas mediante aplicação do questionário, foram realizadas entrevistas em profundidade com 10 feirantes, que detalharam sua atuação como profissional, bem como as dificuldades e os desafios enfrentados no exercício da profissão. Após serem transcritas, realizou-se a análise qualitativa das respostas obtidas. Os resultados oriundos desse processo encontram-se descritos no tópico seguinte.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise do perfil sócio demográfico dos feirantes revelaram que o sexo masculino é predominante na atividade e que a maioria dos trabalhadores é natural de Lavras, sendo grande parte deles residentes na cidade. A faixa etária apresentou variação significativa, estando a maioria dos feirantes com idade entre 20 e 40 anos. Em relação ao estado civil, grande parte dos feirantes se declarou casado ou em união estável. O número de filhos oscilou entre 0 e 2 filhos, sendo que 57,6% dos respondentes declararam não possuir filhos dependentes ou possuir apenas um filho dependente. Já a renda mensal proveniente da feira variou entre R\$510,00 e R\$1530,00, sendo que 93,9% não possui carteira assinada. A Tabela 1 apresenta os percentuais obtidos para cada uma das variáveis supramencionadas.

Tabela 1 - Distribuição sócio demográfica dos feirantes de Lavras.

Sexo	60,6% masculino
Cidade Natal	60,6% Lavras
Faixa Etária	60,6% de 20 a 40 anos
Estado Civil	60,6% casados
Número de filhos	78,8% de 0 a 2 filhos
Número de familiares que trabalham na	72,8% pelo menos um
Estudando no momento	90,9% não
Renda mensal proveniente da feira	63,7% de R\$510,00 a R\$1.530,00

Fonte: dados da pesquisa

Em geral, os entrevistados afirmam ter pelo menos um familiar trabalhando na feira. A grande maioria não está estudando no momento e 69,7% afirmam nunca ter participado de cursos relacionados à profissão que exercem. Entretanto, nenhum dos respondentes demonstrou real interesse em participar de palestras, seminários e cursos sobre assuntos de interesse da classe. A justificativa predominante apontada pelos feirantes para tal posicionamento é referente à falta de tempo para estudar e/ou fazer cursos.

Quando questionados sobre o negócio feira livre, 57,5% dos respondentes afirmaram trabalhar como feirante por um período compreendido entre 2 e 10 anos; 51,5% participam de 1 a 2 feiras por semana (a grande maioria participa das duas maiores feiras da cidade, a feira realizada aos sábados no Mercado Municipal e às terças-feiras na Praça Dr. Jorge); 54,5% não realiza outro tipo de atividade.

Aspectos motivacionais também fizeram parte da análise do negócio como, por exemplo, qual motivo levou o entrevistado a escolher a profissão de feirante. Continuidade no negócio da família e oportunidade de complemento de renda (por já obter posse de propriedade rural) foram as razões apontadas por 54,6% dos feirantes para escolha da atividade. De maneira geral, os feirantes se mostram satisfeitos com a profissão, como pode ser observado no Gráfico 1.

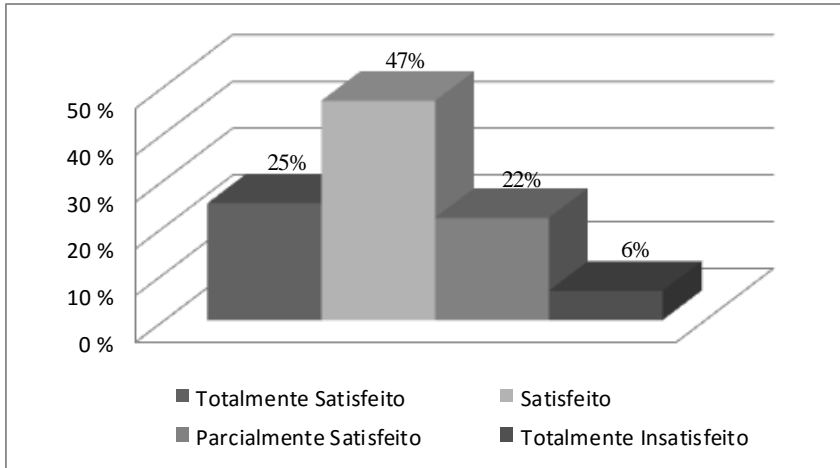


Gráfico 1 - Satisfação dos feirantes com a profissão

Fonte: dados da pesquisa

Quando indagados sobre o que mais gostam na profissão, 66,7% mencionaram a relação com o público, as amizades conquistadas e o “bate papo” que acontece durante a feira. Esse resultado corrobora os aspectos ressaltados por Colla et al. (2007), Coêlho e Pinheiro (2009), Ribeiro et al. (2005). Já no que tange a relação com os demais feirantes, 90,9% dos respondentes a julgam como excelente ou boa, corroborando Sato (2007) e Godoy e Anjos (2007).

A última seção de perguntas objetivou compreender a opinião dos participantes sobre variáveis que influenciam diretamente no trabalho e como eles se posicionam perante tais variáveis. O Gráfico 2 apresenta as maiores dificuldades mencionadas pelos respondentes nas atividades como feirante, sendo os aspectos “levantar cedo” e “intempéries climáticas” as mais significativas, totalizando 51,5% das respostas.

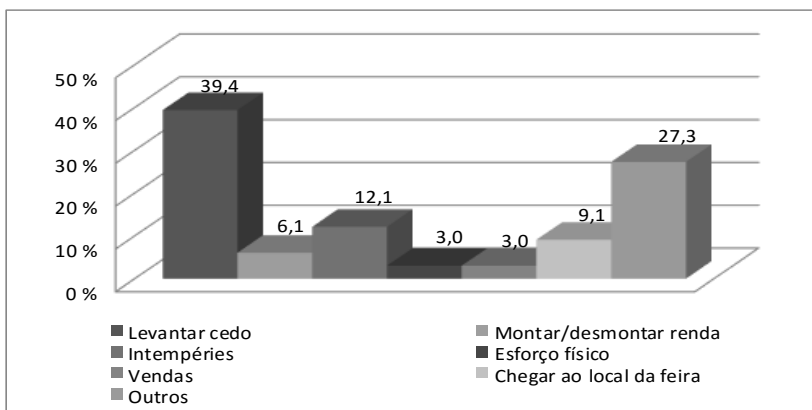


Gráfico 2 - Maiores dificuldades encontradas pelos feirantes ao exercício das atividades.

Fonte: dados da pesquisa

Já em relação ao bem estar físico e psicológico dos respondentes, observou-se que a grande maioria (63,6%) não pratica atividades físicas, sendo que as atividades de lazer mais usuais são assistir televisão e ouvir música; 69,7% afirmam não possuir nenhum problema de saúde.

No que tange a satisfação com as condições físico-estruturais disponíveis, de forma geral, os feirantes mostram-se satisfeitos, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Satisfação dos feirantes com as condições físico-estruturais disponíveis.

Estrutura da	66,8% se dizem totalmente satisfeitos, muito satisfeitos ou
Localização da	63,6% estão totalmente satisfeitos ou muito satisfeitos
Limpeza da feira	54,6% estão totalmente satisfeitos ou satisfeitos
Segurança da	63,6% estão totalmente satisfeitos, muito satisfeitos ou

Fonte: dados da pesquisa

Os feirantes demonstraram também certa resistência em utilizar os supermercados como canal complementar de comercialização. De todos os que responderam o questionário, 63,6% nunca utilizaram esse canal e 57,6% afirmam não ter vontade de fazer uso dele, nem de nenhum outro meio, justificando que o preço pago não é compensatório e que não dispõe de produção regular para o abastecimento frequente requisitado pela rede supermercadista. Esta é uma das razões que justifica a necessidade de oferecer a esses produtores novas alternativas, conforme ressaltado por Campanhola e Valarini (2001).

Uma observação interessante é que 66,7% dos feirantes acreditam que seus clientes estão totalmente satisfeitos com o serviço prestado, sendo a relação de amizade e confiança apontada como diferenciais competitivos frente aos outros canais de comercialização. Outra razão mencionada por 81,8% dos respondentes como fator competitivo, que faz com que os clientes deem preferência à feira livre, é a qualidade dos produtos comercializados no local, sendo bastante destacado o caráter orgânico dos produtos ali comercializados, conforme foi mencionado por Vedana (2004).

A esse respeito, 89,9% dos feirantes se dizem produtores das mercadorias vendidas, sendo que 66,7% deles são proprietários da terra. Contudo, tal aspecto é alvo de questionamentos e queixas por parte de muitos feirantes, que acusam outros colegas de comercializar produtos oriundos do Centro de Abastecimento (CEASA) de Belo Horizonte. Eles se consideram injustiçados por concorrerem com produtos não orgânicos, comprados a preços bem abaixo do preço de custo da produção em pequena escala. Além disso, não consideram honesto ludibriar os clientes, fazendo-os acreditar que estão comprando produtos de origem orgânica. Apesar de nítidas as diferenças entre feirantes produtores e não produtores, dos 34 respondentes apenas um admitiu comercializar produtos advindos do CEASA; todos os demais afirmaram utilizar de agricultura própria e 45,5% disseram cultivar os alimentos de maneira orgânica.

Outra característica peculiar a ser ressaltada se refere à forma de definição dos preços praticados na feira, que é realizada sem nenhum tipo de orientação por 78,8% dos respondentes. Em tese, a grande maioria (75,7%) diz seguir os movimentos de mercado e concorrência. Na prática, é feita uma observação do preço atual dos produtos nos supermercados e verdurões locais, sendo colocados preços abaixo do observado; caso algum outro feirante esteja com o preço ainda

inferior, o preço é ajustado para o mesmo valor. Assim, tem-se na feira uma padronização de preços, considerada como uma forma mais “competitiva” de comercialização (ainda que os preços estejam abaixo do preço de custo). Mais uma vez, faz-se notória a importância de oferecer a esses trabalhadores capacitação e apoio para o exercício de sua função.

No que tange a expectativa de produção para os anos seguintes, 54,5% dos feirantes esperam manter a produção, em virtude da demanda constante e da baixa expectativa de crescimento da mesma. Estas constatações partem da própria experiência e intuição dos feirantes, sem nenhum tipo de orientação especializada em 78,8% dos casos. De todos os respondentes, 63,6% dizem já ter pelo menos ouvido falar da EMATER, mas, apenas 36,4% já utilizaram dos serviços desse órgão ou dos serviços de outro órgão auxiliar do produtor. A grande maioria não conhece nada a respeito e, tampouco, sabe explicar suas finalidades, atribuições e competências.

Já em relação a linhas de financiamento, 54,5% diz conhecer algum órgão financiador, embora apenas 18,2% tenham feito uso do mesmo. Ainda assim, 66,7% afirmam não ter vontade de realizar financiamentos, por insegurança de contratar dívidas e pelo pagamento de juros.

Um fato relevante observado na pesquisa diz respeito às diferenças entre os feirantes pertencentes aos gêneros masculino e feminino, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Diferenças entre os feirantes de acordo com o gênero.

	Gênero masculino	Gênero feminino
Fontes Alternativas de Renda	75% possuem outras fontes de renda além da feira	46% possuem outras fontes de renda além da feira
Canais Alternativos de Comercialização	50% já utilizaram o supermercado como canal alternativo 35% afirmam ter vontade de utilizar outros canais, como os supermercados	8% já utilizaram o supermercado como canal alternativo 54% afirmam ter vontade de utilizar outros canais, como os supermercados
Satisfação com a Profissão	84% estão totalmente satisfeitos ou satisfeitos 40% consideram o trabalho estressante	54% estão totalmente satisfeitas ou satisfeitas 54% consideram o trabalho estressante
Dificuldades da Profissão	50% mencionaram a variável “levantar cedo” como sendo a maior dificuldade	23% mencionaram a variável “levantar cedo” como sendo a maior dificuldade, sendo revelados fatores diversos como acesso à feira; fregueses inconvenientes; conciliação entre o trabalho de casa, o trabalho como feirantes e o cuidado com os filhos; carregamento e descarregamento dos produtos e plantio dos alimentos.

Fonte: dados da pesquisa

Por fim, quando analisadas as respostas dos feirantes quanto ao que

poderia ser mudado ou aprimorado em termos de estrutura para melhorar a qualidade do ambiente das feiras livres, descobriu-se que quase todos os feirantes que participam da feira livre localizada no Mercado Municipal anseiam pela abertura de mais uma entrada para feira, que deve se situar “nos fundos” do Mercado. A justificativa apontada diz respeito à necessidade de uma melhor distribuição do fluxo de clientes que, segundo os próprios feirantes, costumam comprar os produtos apenas nas bancas localizadas na parte “da frente” do Mercado, o que prejudica os feirantes localizados mais “aos fundos”. Outro fator apontado pelos trabalhadores é a falta de segurança, visto que, em caso de emergência, a existência de apenas uma entrada não seria suficiente para dar vazão ao número de pessoas presentes no local e, mais uma vez, seria um fator prejudicial aos trabalhadores localizados na parte “dos fundos” do Mercado.

Já os feirantes que participam da feira livre localizada na Praça Dr. Jorge reclamam da falta de banheiros nas dependências da feira, que gera um grande desconforto para todos os trabalhadores do local, uma vez que, na ausência destes, essas pessoas se veem obrigadas a pedir para utilizar o banheiro de um posto de gasolina situado próximo a essa praça. Assim, foi pedida a disponibilização de banheiros químicos no dia de realização da feira, para que os feirantes não precisem depender da estrutura de terceiros.

Um ponto de interesse comum salientado pelos feirantes é referente à necessidade de realização de um controle efetivo sobre as mercadorias comercializadas na feira, de forma a coibir a entrada de produtos oriundos do Ceasa. Tal fato, conforme mencionado anteriormente, gera um sentimento de injustiça perante os produtores das mercadorias, que não conseguem competir em preço com os não-produtores. Além disso, a venda de alimentos produzidos de maneira convencional como se fossem produzidos de maneira orgânica, também incomoda esses feirantes, que consideram uma “traição” à confiança dos clientes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao fato de as feiras livres serem compostas por uma grande quantidade de pequenos agricultores, que não possuem condições de fazer uma promoção da feira para atrair novos consumidores e nem condições de se organizarem sem a ação dos órgãos públicos, iniciativas em prol do desenvolvimento e valorização desses trabalhadores são muito pertinentes.

Neste contexto, é fundamental que a feira livre passe a ser percebida como uma ação social de grande valor para a comunidade, pois, além de um patrimônio cultural da cidade e um canal de comercialização diferenciado, a feira ainda oferece uma alternativa econômica e social para muitos pequenos proprietários rurais. Além disso, quando entendida como um negócio, esse canal de comercialização passa a representar um forte instrumento de políticas públicas e um grande gerador de emprego e renda para o município.

Nesse estudo procurou-se identificar a realidade do negócio da feira livre de Lavras, a partir da perspectiva dos feirantes. De posse dos dados obtidos, pode-se constatar que, embora bastante satisfeitos com a profissão e com o ambiente de trabalho, esses profissionais ainda esbarram em dificuldades estruturais no seu cotidiano, que poderiam ser resolvidas a partir da adoção de algumas mudanças.

Outra característica observada durante a pesquisa é o distanciamento e a desunião do setor estudado, o que acaba agravando os problemas e dificuldades. Não existe uma organização em prol dos feirantes, nem mesmo regras e controles formais, o que dificulta a intermediação de conflitos e a comunhão de interesses. Destarte, espera-se que a realização desta pesquisa traga luz a essas questões e,

assim, subsidie ações de melhoria e resolução dos problemas levantados (a exemplo de Siqueira et al., 2013), bem como estimule novos debates e incite a comunhão de interesses, benéficas não apenas para o fortalecimento deste canal, como também para o desenvolvimento da região.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

ANGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 2, jul-dez. 2003.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v.10, n. 1, 2006.

BRANDENBURG, A. Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In: CALZAVARA, O.; Lima, R. O. (Org.). **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina: Eduel, 2004. p. 253-277.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. (Coord.). **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: IIC: MAPA/SPA, v.5, 2007.p. 108.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 18, n.3, p. 69-101, set-dez. 2001.

CAMARGO FILHO, W. P.; CAMARGO, F. P.; CAMARGO, A. M. M. P.; ALVES, H. S. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n.2, fev. 2004.

CARVALHO, F. G.; REZENDE, E. G.; REZENDE, M. L. Hábitos de compra dos clientes da feira livre de Alfenas-MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 131-141,2010.

COELHO, J.D.; PINHEIRO, J. C. V. Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará. In: Congresso de Economia e Sociologia Rural, 47.Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

COLLA, C.; STADUTO, J.A.R.S.; ROCHA JÚNIOR, W.F.; RINALDI, R.N.A. Escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel - PR. In: Congresso de Economia e Sociologia Rural, 45., Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

COSTA, M. S.; SILVA, M.; FEIDEN, A.; CAMPOLIN, A. I. Perfil socioeconômico de feirantes brasileiros e bolivianos que comercializam hortaliças folhosas em feiras-livres no município fronteiriço Corumbá-Brasil/Bolívia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Mato Grosso do Sul, v. 3, n. 1, 2008.

COUTINHO, E.P.; NEVES, H.C.N.; NEVES, H.C. N.; SILVA, E. M. G. Feiras livres do brejo paraibano: crise e perspectivas. In: Congresso de Economia e Sociologia Rural, 44.Fortaleza.**Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

GODOY, I.W.; ANJOS, F.S.A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007a.

GODOY, W.I.; ANJOS, F.S. O perfil dos feirantes ecológicos de Pelotas-RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007b.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007.

LAGO, A.; LENGLER, L.; CORONEL, D. A.; SLVA, T. N. Agricultura familiar de produtos orgânicos: um olhar sob a ótica do marketing. **Revista Extensão Rural**, DEAR/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIII, jan-dez. 2006.

LEITE, L.A.P.; SEABRA JÚNIOR, S.; SANTOS, J.E.; THEODORO, V.C.A.; LIMA, L.C. Perfil socioeconômico dos comerciantes de espécies hortícolas da Feira Central de Cáceres/MT/Brasil. **Horticultura Brasileira**, v. 26, n. 2, jul-ago. 2008.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

RIBEIRO, E.M.; CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L.H.; CALIXTO, J.S.; ARAÚJO, D.P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E.B. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 2, n. 2, jun. 2005.

RICOTTO, A. J. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

ROCHA, H.C.; COSTA, C.; CASTOLDI, F. L.; CECCHETTI, D.; CALVETE, E. O.; LODI, B. S. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Ciência Rural**, v.40, n.12, p. 2593-2597, dez. 2010.

SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, p. 95-102, 2007.

SCHULTZ, G.; NASCIMENTO, L. F. M; PEDROZO, E.A. As cadeias produtivas de alimentos orgânicos dos municípios de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou distribuição. In: Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares, IV., Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** Ribeirão Preto: EGNA, 2003. Disponível em: < <http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Schultz.pdf>>. Acesso em 13 de julho de 2011.

SILVA FILHO, C. F. Mercado varejista: um estudo das feiras livres no município de Campinas – SP. **Cadernos da FACECA**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 35-51, jul-dez. 2003.

SIQUEIRA, H. M.; LACERDA, M. G. F.; RODRIGUES, R.; BIANCARD, C. C. S. Comercialização solidária da produção familiar de alimentos em Alegre-ES. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, DEAER – CCR – UFSM, v. 21, n. 3, set./dez. 2013.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basic of qualitative research: grounded theory procedures and techniques**. Londres: Sage. 1990.

VEDANA, V. **“Fazer a feira”**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

ANALISANDO A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DE TRÊS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS AGRÍCOLAS

Cristina Kunkel¹
Monica Andrioli²
Monize Sâmara Visentini³

RESUMO

Este trabalho visa identificar, em municípios na região de Santa Rosa-RS, como os agricultores percebem a estrutura comercial no setor de máquinas e implementos agrícolas, que os atende e fornece subsídios para o desenvolvimento de suas atividades. Para tanto, elaborou-se um estudo descritivo e quantitativo, utilizando o método survey para a coleta dos dados com 65 agricultores dos municípios de Alecrim, Cândido Godói e Santo Cristo. Dentre os resultados da pesquisa, identificou-se que a maioria dos respondentes prefere realizar a manutenção do seu maquinário em suas propriedades ao invés de concessionárias. Os agricultores de Cândido Godói e de Santo Cristo utilizam mais os serviços oferecidos por empresas do município em que residem do que os agricultores de Alecrim. Com relação aos motivos que levam esses agricultores a escolher um estabelecimento comercial, tem-se destaque para a qualidade dos produtos e do atendimento oferecidos. Esses resultados são interessantes para empresas da região, a fim de melhorar sua oferta de produtos e serviços, bem como buscar maior competitividade. Também são relevantes para futuros empreendedores, que tenham interesse de atuação neste ramo.

Palavras-chave: máquinas agrícolas, implementos agrícolas, agricultores.

ANALYZING FARMERS PERCEPTION OF THREE MUNICIPALITIES OF NORTHWEST OF RIO GRANDE DO SUL ABOUT THE AGRICULTURAL PRODUCTS AND SERVICES OFFERED

ABSTRACT

The following study aims to identify, at cities of Santa Rosa's region, how farmers perceived the commercial structure of agricultural machinery and implements sector, which advise and provide them with subsidies to development their activities. To this end, a descriptive and quantitative research was elaborated, using survey method to collect data among 65 farmers from the cities of Alecrim, Cândido Godói and Santo

¹ Graduanda em Administração (UFFS – Campus Cerro Largo). E-mail: cristinakunkel@hotmail.com

² Graduanda em Administração (UFFS – Campus Cerro Largo). E-mail: andrioli.monica@gmail.com

³ Graduada em Administração (UFSM). Mestre em Administração (PPGA-UFSM). Doutora em Administração (PPGA-UFRGS). Professora Adjunta do Curso de Administração (UFFS – Campus Cerro Largo). E-mail: monize.visentini@uffs.edu.br

Cristo. The results of the research indicate that most of the farmers prefer to do the machinery maintenance on their own property instead of taking the machinery to concessionaires. Although, farmers from Cândido Godói and Santo Cristo are more susceptible to use the services provided by their cities companies, than farmers from Alecrim. Regarding the leading reasons to choose a commercial establishment, quality of products and service offered were highlighted. Results present importance for agricultural companies of Santa Rosa's region, for it allows improvement of products and services offers, as well as the competitiveness. They are also relevant to future entrepreneurs interested in this line of work.

Keywords: agricultural machinery, agricultural implements, farmers.

1. INTRODUÇÃO

Vian e Andrade Júnior (2010), contextualizando as técnicas de produção agrícola, destacam que, nos primórdios, as mesmas eram rudimentares e manuais, mas com o passar dos anos foram se aperfeiçoando, através do desenvolvimento de alguns equipamentos agrícolas, puxados por animais, até chegar aos equipamentos utilizados atualmente. Essas mudanças se fizeram necessárias para suprir a demanda de alimentos, pois há cada vez menos pessoas no campo e, conseqüentemente, menos mão de obra. Com a evolução paralela da tecnologia e da indústria, percebeu-se o aprimoramento nas técnicas de produção agrícola. Com a criação de máquinas e equipamentos agrícolas, houve um grande aperfeiçoamento nas técnicas produtivas, diminuindo a mão de obra e o tempo gasto na produção agrícola (VIAN; ANDRADE JÚNIOR, 2010).

Segundo Vian et al. (2013), com a evolução do setor de máquinas e implementos agrícolas, foi crescente a oferta ao mercado destes equipamentos de tecnologia avançada, o que contribuiu para o aumento da produtividade no meio rural. Quando se analisa o cenário brasileiro, o setor de máquinas e implementos agrícolas apresenta relevância, especialmente, quando se trata do aumento na geração de empregos e arrecadação de impostos (OLIVEIRA, 2008). Especificamente, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), este setor é um "importante fornecedor de bens de capital para o agronegócio gaúcho e brasileiro", justificando a importância de estudá-lo (PASCOAL; PEDROSO, 2007, p. 4).

Outro fator relevante relacionado a este setor é que, com a utilização das máquinas e implementos agrícolas, é possível que se tenha mais de uma safra por ano. "O setor de máquinas atravessa uma fase de transformação da agropecuária brasileira, que tende a demandar cada vez mais equipamentos maiores, com nível mais elevado de tecnologia, dado o crescimento da agricultura de precisão, e capazes de proporcionar um melhor aproveitamento da segunda safra" (FERO, 2014, p. 2).

A evolução do meio rural também ocorreu na região noroeste do estado do RS, caracterizada pela produção agrícola voltada, principalmente, para o plantio de soja, milho, trigo e produção leiteira. Conforme pesquisa desenvolvida por Mallmann e Lago (2012), com agricultores de um município dessa região, a vida dos agricultores antes de possuírem máquinas e implementos agrícolas era cansativa, e exigia esforço físico; entretanto, atualmente, a vida no campo é justamente o oposto. Neste sentido, Stefanoski et al. (2013) salientam que além das tecnologias embutidas nos maquinários e implementos agrícolas, os agricultores também dão preferência por sementes selecionadas e certificadas; buscando garantir, assim, que se houver condições climáticas adequadas, haverá germinação e produtividade.

Segundo Castilhos (2007), é nesta região do estado do RS que está concentrada a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, sendo esta aglomeração percebida a partir da década de 1970. Essa autora destaca que a diversidade de produção industrial da região revela a presença de três grupos: o de máquinas agrícolas (colheitadeiras, semeadoras, pulverizadoras, secadoras e outras) e de tratores; o dos fornecedores de peças e componentes; e o de produtores de implementos agrícolas (ferramentas e equipamentos manuais ou traçadores). Além de relevância industrial para o setor agrícola, a região noroeste também representa um polo na cultura de grãos. De acordo com indicadores da EMATER (2014), no município de Santa Rosa, localizado na região noroeste do estado do RS, são cultivados mais de 660 mil hectares de soja, 159 mil hectares de milho e aproximadamente 3,5 mil hectares de trigo.

Tendo em vista o impacto econômico gerado por este setor, acredita-se ser relevante investigar como os agricultores atuantes nos municípios da região noroeste percebem a oferta de serviços e produtos agrícolas, como máquinas, implementos e peças. Para tanto, delimitou-se um corte nesta investigação, estudando a percepção de agricultores de três municípios da região da Grande Santa Rosa sobre estrutura comercial no setor de máquinas e implementos agrícolas. Esses municípios são: Alecrim, Santo Cristo e Cândido Godói, que possuem uma porcentagem alta da população residente no meio rural em relação à porcentagem do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para que as empresas deste setor sejam competitivas no mercado, é necessário que visem à inovação constante, através da utilização de tecnologia de ponta, assim como a busca do contato com o cliente final para saber o que este realmente precisa, desenvolvendo produtos para atender às suas necessidades (OLIVEIRA, 2008).

A partir desta discussão, o problema de pesquisa deste estudo define-se como: “De que forma os agricultores de Santo Cristo, Alecrim e Cândido Godói percebem a oferta de máquinas, implementos, peças e serviços agrícolas nos seus municípios e região?”. A partir deste questionamento norteador, este estudo visa identificar como os agricultores dos municípios pesquisados, localizados na região de Santa Rosa – RS, percebem a estrutura comercial no setor de máquinas e implementos agrícolas, que os atende e fornece subsídios para o desenvolvimento de suas atividades.

A população rural do Brasil é de 15,6%, no Rio Grande do Sul este índice é de 14,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2010). Já nas cidades pesquisadas a de menor índice foi Santo Cristo (45,9%), seguida pela cidade de Alecrim (69,3%). Por outro lado, Cândido Godói possui 71,8% de sua população residente no meio rural. Tendo em vista a população que reside no meio rural desses municípios, este estudo justifica-se por compreender a percepção dos agricultores quanto ao suporte que recebem das empresas dos respectivos municípios para o desenvolvimento das suas atividades agrícolas.

Além disso, acredita-se que os resultados deste estudo irão possibilitar aos empresários do setor de máquinas e implementos agrícolas dos três municípios pesquisados um panorama acerca das principais necessidades destes agricultores. Tais resultados tornam-se relevantes, na medida em que as empresas do ramo de máquinas agrícolas, para serem competitivas, devem realizar pesquisa de mercado e de tendências de consumo, se antecipar às mudanças de mercado, contando com pessoas que possuam conhecimento do que fazem, bem como possibilitem assessoria técnica qualificada (OLIVEIRA, 2008).

No que tange à discussão acadêmica acerca desta temática, Mallmann e Lago (2012) descrevem as mudanças ocorridas com a introdução das novas tecnologias no meio rural que são relatadas pelos agricultores do município de Cerro

Largo (RS). Já Castilhos et al. (2008), enfatizam as indústrias que produzem máquinas e equipamentos agrícolas situadas no Rio Grande do Sul, dando prioridade à história das empresas com suas respectivas fusões e aquisições. Em contrapartida, Oliveira (2008) discute a importância do marketing no pré-desenvolvimento de máquinas agrícolas, para que estes produtos tenham um diferencial competitivo e também satisfaçam as necessidades dos clientes. Indo ao encontro destes estudos, de ampliar e qualificar a discussão acadêmica acerca deste setor econômico, esta pesquisa visa contribuir na ampliação do conhecimento acerca das características e necessidades dos agricultores da região estudada.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo é apresentada a fundamentação teórica que dará suporte para a pesquisa, sendo discutida a evolução da indústria de máquinas agrícolas no Brasil, bem como as principais máquinas utilizadas atualmente neste setor.

2.1. Evolução da indústria de máquinas agrícolas no Brasil

O homem não nasceu agricultor, em sua origem, sabia apenas caçar e coletar frutos, mas com sua evolução começou a desenvolver técnicas e instrumentos para cultivar a terra, que foram aperfeiçoadas de acordo com suas necessidades (MAZOYER; ROUDART, 2001). Até o século XVIII os instrumentos utilizados pelos agricultores eram rudimentares e feitos artesanalmente. Porém, com a crescente demanda de alimentos, essas técnicas foram aperfeiçoadas para que a demanda fosse atendida (VIAN et al., 2013).

No cenário nacional, foi durante o Governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 50, que a indústria ganhou impulso, em consequência do “Plano de Metas”, que visava compensar o atraso da economia brasileira em relação aos outros países industrializados (AMATO NETO, 1985). Juntamente com a implementação da indústria automobilística surge a indústria de máquinas agrícolas, que inicia sua produção no ano de 1960. Até então havia uma grande dependência em relação à importação destes produtos (AMATO NETO, 1985). Para ilustrar esta situação, a Tabela 1 apresenta dados das vendas nacionais e da produção de tratores sobre rodas e de colhedoras no país, no período entre 1960 e 2014.

Tabela 1 - Venda e produção de tratores e colheitadeiras de 1960 à 2014.

Período	Tratores de rodas		Colheitadeiras de grãos	
	Vendas nacionais	Produção	Vendas nacionais	Produção
1960	37	37	0	0
1965	8.401	8.401	0	0
1970	14.586	14.326	0	0
1975	57.101	58.301	0	0
1980	50.195	57.974	5.410	6.003
1985	40.736	43.398	5.775	6.427
1990	21.241	24.223	2.350	2.971
1995	17.584	21.044	1.423	2.371
2000	24.291	27.546	3.628	4.296
2005	17.543	40.871	1.533	4.229
2010	55.707	71.763	4.507	7.007
2014	55.230	64.783	6.433	7.623

Fonte: ANFAVEA (2015)

A produção teve evolução constante até meados de 1980. Após estes episódios de crescimento, a produção e as vendas tiveram uma redução. Amato Neto (1985, p. 4) destaca que “a partir de 1979 aconteceram profundas alterações no sistema de crédito rural para investimentos, redundando em crescentes e contínuos cortes nos volumes de venda do setor, situação esta que persiste no ano de 1985”. Os anos seguintes possuem variações na produção e vendas. A grande maioria da produção nacional foi destinada à venda nacional e apenas uma pequena parte foi destinada à exportação.

A partir do ano de 2000, as vendas de tratores de rodas e colheitadeiras de grãos aumentaram. De acordo com Felipe, Lima e Rodrigues (2009), uma das consequências para esse aumento foi criação do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA). O Programa MODERFROTA teve início no ano de 2000, sendo responsável pelo aumento da demanda por máquinas agrícolas, ocasionando o crescimento de consumo em unidades, excetuando-se o ano de 2005, no qual houve baixa rentabilidade das culturas. Através desse Programa foi possível renovar mais um terço da frota de maquinários agrícolas do País, maquinários esses com mais tecnologia (FELIPE; LIMA; RODRIGUES, 2009). Esses autores ainda discorrem que o aumento das vendas, no período dos anos 2000, também foi ocasionado pela melhoria da renda agrícola, pois, nesse período, os preços dos produtos agrícolas estavam elevados. Com a utilização de maquinários com maior tecnologia e potência é possível aumentar a oferta de alimentos com um custo competitivo, pois os serviços são executados em menor tempo e com custos mais baixos (VEGRO; FERREIRA, 2008).

2.2 Principais máquinas utilizadas atualmente

Para gerar vantagem competitiva às empresas do ramo agrícola é necessário conhecer quem são os agricultores, que tipos de máquinas e implementos agrícolas possuem e suas necessidades (MAZOYER; ROUDART, 2001). Agricultores são as pessoas que trabalham no campo, utilizando-se das técnicas de plantio, tratamento, colheita e venda de alimentos/grãos. As ferramentas utilizadas no campo e analisadas nesta pesquisa são as peças, máquinas e implementos agrícolas, bem como as respectivas assistências técnicas.

Neste estudo, considera-se peça como uma parte de um implemento ou máquina agrícola. Conforme Silveira (1989), se pode encontrar vários tipos de máquinas que ajudam o homem no campo, facilitando o seu trabalho e reduzindo ao máximo o esforço do agricultor. Sabe-se que uma das máquinas mais utilizadas no meio rural é o trator, que transfere energia para os mais variados implementos agrícolas, fazendo-os funcionar. Implemento agrícola é um acessório mecânico que acoplado a um trator realiza movimentos próprios ou induzidos para realização de sua função (SANTOS FILHO; SANTOS, 2001). Reis et al. (2005) observaram uma tendência de aumento de vendas de tratores maiores, de maior potência e maior número de funções, pois o espaço de cultivo do solo aumentou.

Para fazer o plantio mecanizado, utiliza-se uma plantadora/semeadora, que tem uma grande importância, já que a colheita depende de uma boa semeadura (SILVEIRA, 1989). Conforme Machado (2005 *apud* ABNT 1996, p. 107).

A semeadora é a máquina agrícola que realiza a operação de semeadura de espécies vegetais, cuja reprodução é feita por meio de sementes. Suas principais funções são dosar as sementes, abrir o sulco de semeadura, depositar as sementes no fundo do sulco e cobri-las com uma camada de terra.

Para fazer o tratamento das plantas contra doenças e insetos é utilizado o pulverizador, um implemento que tem a função de distribuir igualmente gotículas de defensivo sobre as superfícies a serem tratadas. No manuseio do pulverizador, é necessária a proteção individual, incluindo luvas, roupas adequadas, máscaras e botas para evitar o contato direto com o defensivo, que é prejudicial à saúde (SILVEIRA, 1989).

Após o preparo do solo, semeadura e tratamento, realiza-se a colheita. Nesta etapa usa-se a colhedora, a qual são atribuídos os “esforços de colheita, limpeza e armazenamento dos grãos juntos ao tanque graneleiro para posterior descarga em locais de armazenamento secundário apropriado” (PEDÓ; ESTEVES, 2013 p. 15).

A manutenção e conservação de maquinários são práticas de revisão e restauração, para recuperar ou preservar a capacidade funcional dos equipamentos (DANTAS, 2010). Conforme este autor, a manutenção é dividida em três categorias: manutenção preventiva, feita para prevenir; manutenção preditiva, na qual calcula-se o tempo de duração de uma peça, por exemplo, e depois faz-se a manutenção preventiva; e a manutenção de rotina, efetuada diariamente. Reis et al. (2005) complementam que precisa ser realizada a manutenção periódica, pois os motores podem ser danificados pelas impurezas, temperatura e desgaste. Essa manutenção deve ser criteriosa, seguindo as indicações do fabricante (SILVEIRA, 1989).

Sabe-se que após vários anos de uso do solo, é preciso repor seus nutrientes, através do distribuidor de fertilizante. De acordo com Silveira (1989), este é acoplado a um trator, o qual transfere potência, fazendo com que ele funcione. Há

vários tipos de distribuidor de fertilizante, sendo mais utilizado no Brasil o distribuidor com disco rotativo.

Já no que diz respeito ao preparo e armazenamento de forragens (plantas e grãos para alimentação animal), os agricultores utilizam a ensiladora, implemento que tritura e lança as forragens para as carretas, para posteriormente ser levado para o silo ou diretamente no local de alimentação dos animais (FERREIRA et al., 2003). Esses autores ainda destacam que as ensiladoras são bastante utilizadas em pequenas propriedades rurais devido ao baixo custo de aquisição, operação e manutenção, e que estas são acopladas a um motor elétrico, através de um micro trator ou trator.

Já a enfardadora “é a máquina que coleta o feno em leiras e o comprime, tornando-o mais denso, formando os fardos” (ALONÇO; MACHADO; FERREIRA, p. 161, 2007). O manuseio desta máquina é fácil, sendo acoplada a um trator, necessitando de pouca mão de obra; o armazenamento dos fardos é prático e possui baixo investimento.

Essas máquinas e implementos são apenas alguns dos instrumentos que os agricultores podem possuir em sua propriedade para facilitar seus serviços, e são importantes de serem discutidas nesta seção para nortear a análise dos resultados desta pesquisa.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como descritiva, que, segundo Cooper e Schindler (2011), visa à descrição de fatos ou atributos da amostra da pesquisa. A abordagem usada é quantitativa, que possibilita analisar um número grande de amostra, focando em descrever, explicar e prever (COOPER; SCHINDLER, 2011). Como método de coleta de dados utilizou-se o levantamento (ou survey), que consiste na coleta de dados em forma de um questionário estruturado com perguntas padronizadas e com ordem predeterminada para todos os respondentes (MALHOTRA, 2012). O questionário foi baseado no trabalho de Kirchner et al. (2012), que aplicaram a metodologia SERVPERF, a fim de avaliar, na óptica do cliente, a qualidade dos serviços oferecidos por uma empresa do ramo agrícola na região das Missões (RS).

O questionário foi submetido ao processo de validação de conteúdo, que, conforme Hair Junior et al. (2007), envolve a consulta a uma pequena amostra de respondentes, geralmente especialistas no assunto a ser tratado, para julgar a adequação dos itens escolhidos para representar o tema abordado. Assim, solicitou-se a avaliação de dois professores do Curso de Agronomia e três do Curso de Administração de uma Universidade Federal, situada no interior do RS. Esses especialistas realizaram comentários e sugestões de melhorias para o aperfeiçoamento de algumas questões. Os ajustes sugeridos foram implantados, a fim de melhor adequar o instrumento à amostra investigada.

A aplicação do questionário foi realizada através de um instrumento auto preenchido, o qual, de acordo com Mattar (2005), os próprios pesquisados leem e preenchem sem intervenção do entrevistador, sendo os questionários levados até a residência dos pesquisados. O período de aplicação compreendeu de 29 de novembro de 2013 a 03 de janeiro de 2014, alternando o município.

Quanto aos procedimentos de amostragem, utilizou-se a amostragem não probabilística por conveniência, que permite ao pesquisador escolher sua população amostral (AAKER; KUMAR; DAY, 2011). A amostragem por conveniência é uma forma rápida e barata de obter informações, dando liberdade para o pesquisador coletar grupos de amostras convenientes (AAKER; KUMAR; DAY, 2011). Em

decorrência dos recursos para a realização da pesquisa e da impossibilidade de deslocamento pela zona rural de todos os municípios pertencentes à região da grande Santa Rosa, foi necessário realizar um corte na amostra, sendo selecionados alguns dos municípios com maior densidade de agricultores da região investigada.

Assim, foram selecionados os agricultores dos municípios de Alecrim, Cândido Godói e Santo Cristo, que possuíam propriedades rurais de pequeno e médio porte, para que houvesse uma maior amplitude de respostas. De acordo com Pontual (2011), é considerada pequena propriedade rural com até 30 hectares, dependendo de sua localização. Nesse sentido, Alcantara Filho e Fontes (2009) afirmam que há variações entre regiões, pelo fato de que a produtividade da terra em algumas regiões do país ser diferente de outras, ou seja, em alguns Estados do país é necessário que se tenha uma grande extensão de terra para que uma família possa sobreviver. Assim, neste estudo, propriedades com até 30 hectares foram consideradas de pequeno porte, as de médio porte são caracterizadas entre 30 e 50 hectares e as que possuíam mais de 50 hectares foram classificadas como de grande porte.

Todos os questionários foram aplicados ao proprietário da propriedade rural, sendo este o responsável pela manutenção de seus respectivos equipamentos e pela compra dos mesmos. Nos municípios de Alecrim e Cândido Godói foram aplicados 25 questionários em cada um e no município de Santo Cristo foram aplicados 15 questionários, totalizando 65 questionários válidos. A investigação de um número maior de agricultores foi limitada, pois muitos dos agricultores visitados não estavam disponíveis para responder ao estudo no momento da visita das pesquisadoras nas propriedades rurais.

Esses municípios situam-se no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, especificamente na região da Grande Santa Rosa. O município de Alecrim, com base nos dados do IBGE (2010), possui 314.743 km² e uma população de 7.045 habitantes, sendo quase 70% residentes do meio rural. Já o município de Cândido Godói possui área de 246.276 km² e população 6.535 habitantes, 72% residindo na zona rural. O maior dentre os três municípios é Santo Cristo, que possui área de 366.886 Km² e 14.378 habitantes, sendo que quase 46% deles residem no meio rural. No Quadro 1 há a descrição das distâncias entre os municípios pesquisados e entre esses municípios e a cidade de Santa Rosa, a fim de situar o leitor na área de abrangência desta pesquisa.

Quadro 1- Distância entre os municípios pesquisados.

Alecrim:	<ul style="list-style-type: none"> • Distante 46,5 Km de Santa Rosa • Distante 25 Km de Santo Cristo • Distante 44 Km de Cândido Godói
Cândido Godói:	<ul style="list-style-type: none"> • Distante 31,9 Km de Santa Rosa • Distante 24,8 Km de Santo Cristo • Distante 44,1 Km de Alecrim
Santo Cristo:	<ul style="list-style-type: none"> • Distante 20 Km de Santa Rosa • Distante 24,3 Km de Cândido Godói • Distante 24,9 Km de Alecrim

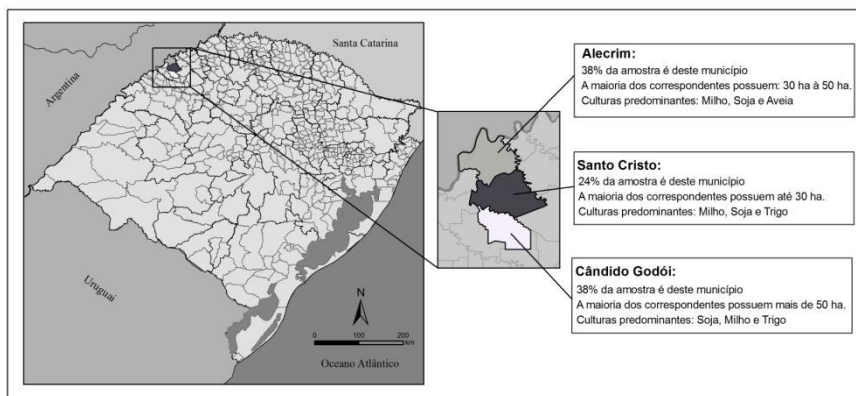
Fonte: Google Mapas (2015)

Como se pode perceber, a distância entre os municípios pesquisados não é grande. O acesso principal dos três municípios é por rodovia asfaltada e, alguns acessos secundários, são por estrada de chão.

Para a análise dos dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e de testes de hipóteses através dos softwares “Microsoft Office Excel 2010™” e “Statistical Package for the Social Sciences™ – SPSS 21.0”.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados dos dados coletados. Foram aplicados 67 questionários, dos quais dois foram descartados com a finalidade de chegar mais próximo possível da realidade, pois nestes questionários havia questões relevantes que estavam incompletas. No Infográfico 1 são apresentados os dados referentes ao perfil dos agricultores pesquisados.



INFOGRÁFICO 1 - Perfil dos respondentes de cada município pesquisado

Fonte: Elaborado pelas autoras

Considerando os 65 questionários válidos, obteve-se, em Alecrim e em Cândido Godói, 38% de questionários respondidos e em Santo Cristo 24% dos respondentes. No Infográfico 1 também é possível identificar o porte das propriedades da amostra. No município de Alecrim, as propriedades são, em sua maioria, de médio porte, sendo que 40% delas possuem entre 30 ha e 50 ha. Diferente de Cândido Godói que, das 25 propriedades pesquisadas, 46% possuem mais de 50 há e do município de Santo Cristo, no qual, 47% das propriedades possuem até 30 ha.

Dentre as propriedades que compõem a amostra, várias possuem maiores extensões de terras, permitindo desse modo que possa ser cultivado mais de um tipo de cultura. A Tabela 2 apresenta as culturas predominantes em cada município estudado.

Tabela 2 - Culturas predominantes em cada município.

Cultura	Município			Total
	Santo Cristo	Cândido Godói	Alecrim	
Soja	87%	88%	72%	82%
Milho	100%	88%	100%	95%
Trigo	67%	84%	32%	60%
Aveia	47%	60%	72%	62%
Azevém	47%	48%	56%	51%
Outro	7%	24%	16%	17%
Total de respondentes	15	25	25	65
% Total	24%	38%	38%	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras

A maioria dos respondentes (95%), independente do município, planta milho, 82% plantam soja, 62% plantam aveia (para alimentação do gado leiteiro) e 60% cultivam trigo. Este resultado vai ao encontro aos dados publicados pela EMATER (2014), de que as culturas mais plantadas são soja, milho e trigo na região da grande Santa Rosa. A alta incidência do cultivo do milho nesta região é também explicada pelo fato de que os produtores rurais produzem este cereal para subsidiar a produção de leite, aves e suínos (BRUM; LUFT, 2008). O estado do Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor de leite (GRAEF; BÜTTENBENDER, 2014), sendo que na mesorregião noroeste (região em que estão situados os municípios pesquisados) está concentrada cerca de 66% da produção de leite do estado (GRAEF; BÜTTENBENDER, 2014; PUDELL, 2006). Nesta questão os respondentes podiam assinalar mais de uma alternativa, conseqüentemente, a soma das porcentagens é superior a cem por cento (100%).

Sabe-se que, para o cultivo da terra, cada vez mais os maquinários e implementos agrícolas estão ganhando espaço, por proporcionarem ao operador maior agilidade, precisão e facilidade na hora do trabalho. A Tabela 3 apresenta as principais máquinas e implementos agrícolas utilizadas pelos agricultores investigados.

Tabela 3 - Análise dos principais maquinários e implementos agrícolas.

Maquinário/Implemento	nº de respondentes	% dos respondentes
Trator	65	100%
Colhedora	30	46%
Distribuidor de Esterco	15	23%
Roçadora	24	37%
Ensiladora	28	43%
Desensiladora	2	3%
Pulverizador	58	89%
Plantadora	60	92%
Plataforma de milho	12	18%
Distribuidor de fertilizante	42	67%
Grade/Subsolador/Arado	51	78%
Enfardadora	1	2%
Outros	13	20%

Fonte: Elaborada pelas autoras

Dentre os respondentes, todos possuem tratores, sendo que alguns possuem mais de um. Esta alta incidência de tratores nas propriedades rurais é justificada pelo fato de esta ser uma máquina que produz potência, que pode ser transferida para implementos que funcionam exclusivamente se acoplados a ela. Quanto às colhedoras, apenas 46% dos respondentes as possuem. Uma possível explicação para este resultado é a proporção da amostra representada por pequenas propriedades. Isso porque, o custo de aquisição e manutenção é um fator que interfere na compra da colhedora e, por este motivo pode não ser viável tê-la em pequenas propriedades rurais, sendo mais rentável terceirizar o serviço de colheita. Conforme Bottega et al. (2015), o custo total de uma colhedora, considerando a aquisição da plataforma de soja e milho, varia entre R\$ 431.500,00 à R\$ 830.500,00, sendo esses dados obtidos pelos autores no ano de 2012 em revendas autorizadas no estado do Paraná, e os preços variando em função de haver diferentes marcas, modelos, potências e sistemas de trilha.

Com base na Tabela 3, pode-se observar que aproximadamente 23% dos respondentes possuem distribuidor de esterco. Uma das possíveis justificativas para este baixo índice, segundo os pesquisados, é o fato de que alguns municípios dispõem este serviço mediante pagamento de uma taxa, sendo este um custo de manutenção a menos para os agricultores. Quanto às roçadoras, apenas 37% dos pesquisados as possuem, o que pode ser justificado pela disponibilidade de roçadoras manuais, que facilitam o manuseio e são mais econômicas e de custo baixo. Já a ensiladora está presente em 43% das propriedades. Este é mais útil para os agricultores que trabalham com gado leiteiro, para o preparo e o armazenamento de forragens. Quanto à desensiladora, por não ser prioridade de compra da amostra da pesquisa, foi encontrada em apenas duas das propriedades investigadas.

Sabe-se que dentre as formas de controlar pragas e insetos, tem-se a aplicação de agrotóxicos. Para obter a eficácia desses produtos, faz-se necessário a aplicação quando as condições climáticas são adequadas, sem perder tempo. Dessa maneira é relevante a utilização de um pulverizador, o que corrobora o achado de que 89% dos pesquisados o possuem. A plantadora também é um implemento necessário para os agricultores que cultivam grãos. Conforme a Tabela 3, a maioria dos pesquisados (92%) possuem este equipamento, sendo que alguns possuem duas, o que é facilmente justificado em virtude da extensão de terras de alguns entrevistados.

O distribuidor de fertilizante, que é importante para repor os nutrientes do solo, está presente em 67% das propriedades pesquisada. Já a enfardadeira foi detectada em apenas 1 propriedade (2%). Este implemento é utilizado para fazer fardos de forragens específicas e a aquisição apresenta custos elevados. Assim, segundo os pesquisados, é mais viável terceirizar este serviço. Também foi identificada a utilização de outros implementos para o preparo do solo, como a grade, o subsolador e o arado, sendo que a maioria utiliza uma ou mais destas ferramentas. Implementos como esses proporcionam maior facilidade no cultivo no campo, entretanto, não garantem a produtividade, já que no meio rural há uma grande dependência de fatores climáticos para se obter uma boa safra (REDIN, 2011).

Segundo Pudell (2006 p. 60), o setor de máquinas e implementos agrícolas “possui grande dependência em relação ao comportamento da agricultura como um todo, isto devido à insuficiência de linhas de crédito destinadas ao crédito rural e também pelas oscilações dos preços dos produtos agrícolas”. De acordo com o mesmo autor, esse setor, juntamente com os agricultores, pressionam o Governo Federal e Estadual para que liberem mais linhas de crédito para a atividade no meio rural.

Com tantos maquinários e implementos agrícolas é preciso realizar manutenção dos mesmos para evitar possíveis imprevistos e danos maiores. Constatou-se que 97% os respondentes realizam manutenção periódica das ferramentas de trabalho que possuem. Esta manutenção é realizada em diferentes locais, como se observa no Gráfico 1.

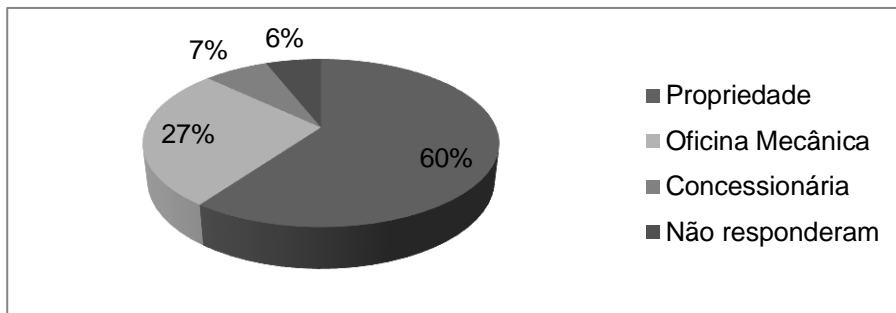


Gráfico 1- Locais em que os agricultores realizam a revisão das máquinas e implementos agrícolas.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Independente do município, 60% dos agricultores preferem realizar a manutenção em sua propriedade, uma das possíveis justificativas é a difícil locomoção das máquinas e implementos agrícolas dentro da cidade. Já 27% deles preferem realizar a revisão em uma oficina mecânica, porque lá encontram todas as peças que precisam, conforme comentários dos agricultores durante a pesquisa. Apenas uma minoria (7%) realiza a manutenção em uma concessionária, principalmente porque as máquinas ainda estão em garantia. Este tipo de manutenção, realizada pelos agricultores, caracteriza-se por ser do tipo preventiva e de rotina (DANTAS, 2010).

Na Tabela 4, pode-se visualizar a cidade em que os agricultores realizam a manutenção de seus equipamentos. Nesta Tabela, o total das linhas é superior a 100% (cem por cento), pois era permitido assinalar mais de um município em que os entrevistados realizam a revisão. O município da revisão da máquina/implemento refere-se à cidade que possui uma assistência/revenda autorizada da marca ou a cidade em que o agricultor julga possuir a manutenção de acordo com suas preferências. Houve casos em que os agricultores possuíam dois tratores, por exemplo, e cada um era de uma marca diferente. Se um estava na garantia, é necessário leva-lo até a empresa que oferece este tipo de serviço, já o outro trator, que não está mais na garantia, pode ser levado ao local mais conveniente para o agricultor.

Tabela 4 - Municípios em que os agricultores realizam a revisão

		Municípios em que realizam a revisão dos implementos/máquinas						
		Santo Cristo	Santa Rosa	Porto Lucena	Alecrim	Cândido Godói	Outro	Total
M U N I C Í P I O	Santo Cristo	12 (86%)	4 (29%)	0	0	0	0	14
	Cândido Godói	0	0	0	0	24 (100%)	0	24
	Alecrim	5 (20%)	10 (40%)	1 (4%)	15 (60%)	0	2 (8%)	25
	Total	17 (27%)	14 (22,2%)	1 (1,6%)	15 (23,8%)	24 (38,1%)	2 (3,2%)	63*

Fonte: Elaborado pelas autoras

* Dois entrevistados não responderam a esta pergunta.

Segundo a Tabela 4, nenhum dos agricultores pesquisados do município de Cândido Godói se desloca para fazer a revisão de seu maquinário, o que indica que nesta cidade a oferta desse tipo de serviço é satisfatória aos entrevistados. No município de Santo Cristo, 85,7% dos respondentes realizam a revisão no próprio município, e os demais realizam este tipo de serviço em Santa Rosa. Já no município de Alecrim, apenas 60% realizam a manutenção no próprio município, e os demais se deslocam para Santa Rosa, Santo Cristo e Horizontina para realizar a manutenção em concessionárias.

A Tabela 5 procura identificar a percepção dos agricultores com relação ao preço das peças e implementos agrícolas em cada município investigado. Essa análise pode contribuir para que se compreendam melhor os resultados da Tabela 4.

Tabela 5 - Frequência da percepção de preços entre os três municípios*.

Cidade	Revisão do maquinário		Troca de peças			Implementos agrícolas		
	Adeq ¹ .	Caro	Barato	Adeq.	Caro	Barato	Adeq.	Caro
Santo Cristo	3 (20%)	12 (80%)	0	3 (20%)	12 (80%)	0	4 (27%)	11 (73%)
Când. Godói	11 (46%)	13 (54%)	0	8 (33%)	16 (67%)	0	10 (43%)	13 (57%)
Alecrim	15 (60%)	10 (40%)	1 (4%)	10 (40%)	14 (56%)	1 (4%)	8 (32%)	16 (64%)
Total	29 (45,3%)	35 (54,7%)	1 (1,6%)	21 (32,8%)	42 (65,6%)	1 (1,6%)	22 (34,9%)	40 (63,5%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

¹Adeq. (abreviação de "Adequado")

*No município de Cândido Godói algumas questões não foram respondidas

Analisando-se o município de Alecrim, percebe-se que a maioria dos respondentes (60%) aponta que a revisão do maquinário possui um preço adequado

e 44% e 36% percebem o preço da troca de peças e dos implementos agrícolas, respectivamente, como barato ou adequado. Já nos outros dois municípios, a maior parte dos respondentes indica que os preços das revisões, das trocas de peças e dos implementos são caros. Este resultado pode justificar aquele encontrado na Tabela 4, de que em Alecrim há mais casos de agricultores que realizam a manutenção fora de seu município, podendo realizar “pesquisa de preço” antes de contratar o serviço, não sendo a percepção do preço tão alto para esses respondentes. Já nos municípios de Cândido Godói e Santo Cristo percebe-se que boa parte dos agricultores opta pela comodidade de utilizar o serviço ofertado pelas empresas localizadas na própria cidade, mesmo que haja a percepção de preço mais elevada.

Nota-se também, na Tabela 5, que, referente à revisão do maquinário, nenhum dos respondentes marcou a alternativa “barato”, demonstrando que há uma similaridade de percepções em relação ao preço. Na avaliação do preço da revisão, a maioria dos respondentes (54,7%), independente do município, aponta que este tipo de serviço é caro.

Com o ato da revisão do maquinário (manutenção preventiva), tem-se a necessidade de trocar algumas peças, que podem apresentar o risco de interromper o processo de utilização da máquina/implemento como um todo. Ao avaliar o preço das peças que precisam ser trocadas, 65,6% dos respondentes julgaram caro. Isto pode ser justificado pela necessidade de utilizar peças originais para a reposição, a fim de se ter o melhor funcionamento do equipamento.

Indiferente do município, mais de 60% acreditam que o preço das peças e implementos é caro. Uma das possíveis justificativas, de acordo com os entrevistados, é que se comparar o preço de uma semeadora nova, por exemplo, com o preço de um carro novo, a diferença é muito significativa. Conforme Stefanoski et al. (2013), o que impede, muitas vezes, os agricultores de inovar no meio rural é o preço elevado de aquisição da nova tecnologia.

A partir da identificação de que uma parte dos agricultores não compra em apenas um município, buscou-se melhor compreender em que municípios realizam a aquisição dos produtos e serviços que necessitam. Na Tabela 6 são apresentadas essas relações. Nesta Tabela a soma das porcentagens também é superior a 100%, pois os agricultores tinham a opção de assinalar mais de uma alternativa, indicando que se deslocam para comprar em mais de um município.

Tabela 6 - Município em que os agricultores pesquisados compram as peças

		Santo Cristo	Santa Rosa	Alecrim	Cândido Godói	Outro	Total
Santo Cristo	Frequência	11	12	0	1	0	15
		(73 %)	(80%)	(00%)	(8%)	(00%)	
Cândido Godói	Frequência	0	12	1	23	5	25
			(48%)	(4%)	(92%)	(20%)	
Alecrim	Frequência	22	17	15	1	3	25
		(88%)	(68%)	(60%)	(4%)	(12%)	
Total		33	41	16	25	7	65

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No município de Santo Cristo, a maioria dos respondentes realizam suas compras ou no próprio município ou na cidade de Santa Rosa. Apenas um respondente se desloca para Cândido Godói. No município de Alecrim percebe-se uma evasão maior para as compras das peças, sendo que 88% dos respondentes se deslocam para Santo Cristo e, ainda, 68% se deslocam para Santa Rosa para efetuar suas compras. Percebe-se, neste município, um espaço no mercado que ainda não foi preenchido. Já no município de Cândido Godói, 92% dos respondentes efetuam suas compras no próprio município e, aproximadamente, 48% deles também se deslocam para Santa Rosa para fazerem as compras. Vale ressaltar que o município de Santa Rosa é o município que recebe 63,1% dos entrevistados para realizar as compras de peças, uma possível justificativa para esse fato é que no município de Santa Rosa está instalada uma empresa multinacional, AGCO do Brasil Ltda., a qual produz e distribui produtos agrícolas de diferentes marcas (CASTILHOS et al., 2008).

O fato de os agricultores não encontrarem (nos municípios pequenos) todos os produtos e serviços que precisam, é facilmente explicado. Cada empresa tem seu conjunto específico de peças, que formam um todo (máquina ou implemento agrícola). Um produto de uma empresa pode ter variações, como por exemplo, uma semeadora pode ser fabricada exclusivamente para soja ou exclusivamente para trigo e cada uma destas requer um conjunto específico de peças. Assim, é preciso que os estabelecimentos comerciais que trabalham com esses tipos de produtos tenham em seu estoque um número razoável de marcas e suas subdivisões.

A fim de melhor compreender o comportamento desses consumidores de produtos e serviços agrícolas, é apresentado na Tabela 7 o motivo que leva os agricultores a comprar em determinado estabelecimento. Esta Tabela também apresenta índices maiores de cem por cento (100%) no total de cada coluna, pois a escolha do estabelecimento é avaliada por mais de um ângulo.

Tabela 7 - Análise do motivo que leva os agricultores a comprar em determinado estabelecimento

Motivo	Município			Total
	Santo Cristo	Cândido Godói	Alecrim	
Preços baixos	2 (13%)	2 (13%)	11 (74%)	15
Localização	1 (11%)	7 (78%)	1 (11%)	9
Qualidade dos produtos	11 (23%)	16 (33%)	21 (44%)	48
Qualidade no atendimento	4 (22%)	4 (22%)	10 (56%)	18
Poucos Concorrentes	3 (43%)	3 (43%)	1 (14%)	7
Outro	2 (33,3%)	2 (33,3%)	2 (33,3%)	6
Total	15 (23,1%)	25 (38,5%)	25 (38,5%)	65 (100,0%)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para realizar a compra, os agricultores pesquisados, independente do município, priorizam a qualidade dos produtos (74%), seguida da qualidade no atendimento (28%) e dos preços baixos (23%). Ao priorizarem a qualidade dos produtos, muitas vezes é preciso “abrir mão” dos preços baixos, este resultado vai ao encontro do que foi apresentado na Tabela 4, a qual mostra que mais de 60% dos respondentes acreditam pagar caro pelos produtos que compram.

Em relação aos preços baixos, o município de Alecrim teve um maior percentual de respostas do que os demais municípios, com 73,3%. Este resultado corrobora a discussão anteriormente realizada, a partir das constatações das Tabelas 4 e 5. A localização foi um motivo relevante apenas para os agricultores do município de Cândido Godói, o que pode estar relacionado ao fato de esses agricultores comprarem grande parte das peças e implementos que necessitam na própria cidade.

O motivo referente à qualidade dos produtos foi destacado por 43,8% dos respondentes do município de Alecrim. A qualidade no atendimento também é prioridade para esses agricultores, sendo destacado por 55,6% deles. Já o motivo de haver poucos concorrentes para escolher um estabelecimento, é levado em consideração por 42,9% dos agricultores dos municípios de Cândido Godói e de Santo Cristo. Já na opção outros, os respondentes indicaram que levam em consideração, no momento da compra, os estabelecimentos que disponibilizam, por exemplo, a assistência técnica após a compra. Em pesquisa realizada com agricultores de Marau (RS), foi identificado que características como “durabilidade, qualidade, vida útil do bem, facilidade de manutenção, baixo custo operacional, facilidade na aquisição de peças, cumprimento das garantias dos produtos novos” são itens levados em consideração na hora de adquirir uma máquina agrícola (KASPARY et al., 2008, p. 1).

Ainda, buscou-se identificar a percepção dos agricultores com relação às empresas que vendem os produtos e prestam os serviços relacionados à atividade agrícola, diferenciando-os conforme o tamanho das suas propriedades. Para poder identificar se havia diferença nas médias nos três tipos de tamanho das propriedades pesquisadas, foi aplicado o teste Anova. “Anova é um teste de hipóteses de médias de duas ou mais populações” (LAPPONI, 2000 p. 365), este é um procedimento útil para comparação. Os entrevistados tiveram que responder de acordo com o grau de concordância, para cada uma das assertivas destacadas na Quadro 2, utilizando uma Escala do tipo Likert com a seguinte classificação: 1 Discordo, 2 Discordo Parcialmente, 3 Indiferente, 4 Concordo Parcialmente e 5 Concordo. Na Tabela 8 são apresentados o resultados para cada uma das assertivas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Questões apresentadas aos agricultores.

Código	Questão
1	A localização da empresa em que compro produtos para minha propriedade facilita o acesso para os clientes.
2	A empresa é pontual na entrega dos produtos
3	As condições de pagamento atendem às expectativas dos clientes.
4	Quando a empresa se compromete em fazer algo em um determinado tempo ela cumpre.
5	O produto adquirido corresponde às condições contratadas.
6	Quando o cliente tem dúvidas ou problemas, a empresa demonstra atenção especial e interesse em resolvê-los.
7	A empresa tem instalações físicas agradáveis.
8	A empresa transmite ao cliente segurança, confiança e conhecimento do produto no atendimento.
9	A divulgação através dos meios de comunicação (rádio e jornal) é de fácil compreensão.
10	A variedade de produtos satisfaz a expectativa dos clientes.
11	A empresa opera em horário conveniente.
12	Os produtos estão expostos de forma organizada, não confundem o cliente.
13	A empresa fornece crédito fácil e diferenciado aos seus clientes.
14	A equipe de funcionários demonstra competência, segurança e precisão na hora de executar as suas atividades.
15	Os vendedores oferecem aos clientes tratamento personalizado, cordial e eficiente.
16	Após a entrega do produto comprado, o cliente recebe o mesmo tratamento personalizado, cordial e eficiente.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na Tabela 8 são apresentados o resultados para cada uma das assertivas apresentadas no Quadro 2.

Tabela 8 - Resultados comparativos entre as propriedades de diferentes tamanhos quanto às empresas que as atendem.

Questão	Tamanho da propriedade	Respondentes	Média	Desvio Padrão	Anova	
					F	Sig
1	Até 30 ha	25	4,16	0,987	5,186	0,008
	De 30 ha a 50 ha	19	4,53	0,772		
	Mais de 50 ha	20	4,90	0,308		
	Total	64	4,50	0,816		
2	Até 30 ha	25	4,40	0,707	0,233	0,793
	De 30 ha a 50 ha	19	4,21	0,976		
	Mais de 50 ha	20	4,30	1,081		
	Total	64	4,31	0,906		
3	Até 30 ha	25	4,24	1,012	0,713	0,494
	De 30 ha a 5 ha	19	4,53	0,697		
	Mais de 50 ha	20	4,45	0,686		
	Total	64	4,39	0,828		
4	Até 30 ha	25	4,04	1,136	0,154	0,857
	De 30 ha a 5 ha	19	4,21	0,976		
	Mais de 50 ha	20	4,05	1,146		
	Total	64	4,09	1,08		
5	Até 30 ha	25	4,40	1	1,003	0,373
	De 30 ha a 5 ha	19	4,74	0,452		
	Mais de 50 ha	20	4,60	0,754		
	Total	64	4,56	0,794		
6	Até 30 ha	25	4,24	0,663	0,676	0,512
	De 30 ha a 5 ha	19	4,37	0,684		
	Mais de 50 ha	20	4,50	0,889		
	Total	64	4,36	0,743		
7	Até 30 ha	25	4,24	1,091	0,109	0,897
	De 30 ha a 5 ha	17	4,35	0,931		
	Mais de 50 ha	20	4,20	1,005		
	Total	62	4,26	1,007		
8	Até 30 ha	25	4,24	0,779	0,368	0,693
	De 30 ha a 5 ha	19	4,32	1,003		
	Mais de 50 ha	20	4,05	1,234		
	Total	64	4,20	0,995		
9	Até 30 ha	25	4,00	1,155	1,682	0,195
	De 30 ha a 5 ha	19	3,53	1,124		
	Mais de 50 ha	20	4,15	1,04		
	Total	64	3,91	1,123		
10	Até 30 ha	25	3,96	0,978	0,376	0,688
	De 30 ha a 5 ha	19	4,21	0,976		
	Mais de 50 ha	20	4,00	1,026		
	Total	64	4,05	0,983		
11	Até 30 ha	24	4,42	0,83	0,066	0,936
	De 30 ha a 5 ha	18	4,50	0,786		
	Mais de 50 ha	20	4,50	1		
	Total	62	4,47	0,863		
12	Até 30 ha	24	4,00	1,063	0,055	0,946
	De 30 ha a 5 ha	19	4,05	0,97		
	Mais de 50 ha	19	4,11	1,049		
	Total	62	4,05	1,015		
13	Até 30 ha	25	4,08	1,187	0,005	0,995
	De 30 ha a 5 ha	18	4,11	1,079		
	Mais de 50 ha	19	4,11	0,809		
	Total	62	4,10	1,036		

Tabela 8 - Resultados comparativos entre as propriedades de diferentes tamanhos quanto às empresas que as atendem

Questão	Tamanho da propriedade	Respondentes	Média	Desvio Padrão	(continuação)	
					Anova	
					F	Sig
14	Até 30 há	25	4,04	1,06	1,105	0,338
	De 30 ha a 5 ha	19	4,53	0,841		
	Mais de 50 ha	20	4,15	1,348		
	Total	64	4,22	1,105		
15	Até 30 ha	25	4,00	0,957	0,896	0,414
	De 30 ha a 5 ha	19	4,21	0,787		
	Mais de 50 ha	20	4,35	0,875		
	Total	64	4,17	0,883		
16	Até 30 ha	25	3,84	1,434	0,150	0,861
	De 30 ha a 5 ha	19	4,05	1,311		
	Mais de 50 ha	20	4,00	1,298		
	Total	64	3,95	1,338		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apenas para a questão 1, referente à localização da empresa, percebe-se diferença significativa (sig. <0,05) para o teste Anova, entre os diferentes tamanhos de propriedade. Este resultado indica que os proprietários de áreas rurais com maior extensão possuem pensamentos divergentes dos que possuem médias e pequenas propriedades. Este resultado pode ser explicado pelo fato de os proprietários de grandes extensões de terra possuir maior facilidade para chegar até as empresas onde realizam suas compras, pois quanto maior a quantidade de produtos comprados, menor é o custo unitário do frete.

Nas demais perguntas apresentadas na Tabela 8, não foram identificadas diferenças significativas entre as percepções dos respondentes de propriedades com diferentes portes, indicando que não há divergência entre os modos de pensamento dos proprietários pesquisados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizou uma discussão acerca da percepção dos agricultores dos municípios de Alecrim, Cândido Godói e Santo Cristo, localizados na região de Santa Rosa – RS, sobre a estrutura comercial no setor de máquinas e implementos agrícolas, que os atende e fornece subsídios para o desenvolvimento de suas atividades. Para tanto, utilizou-se o método survey para a coleta dos dados com 65 agricultores desses municípios. Caracterizando-se as propriedades investigadas, tem-se que, as do município de Alecrim são, majoritariamente, de médio porte, sendo que 40% das propriedades possuem entre 30 ha. a 50 ha. Já em Cândido Godói, das 25 propriedades pesquisadas, 46% possuem mais de 50 há, e, em Santo Cristo, 47% das propriedades possuem até 30 ha. Nestes espaços de terra são cultivados, principalmente, milho, soja e trigo. Os maquinários mais utilizados são o trator, o pulverizador, a plantadora e o distribuidor de fertilizante.

A fim de atender ao objetivo geral deste estudo, foram realizadas diferentes análises, dentre elas: a verificação dos locais (na propriedade rural, oficina mecânica, concessionária) que os agricultores costumam fazer a manutenção dos seus maquinários; a cidade em que os agricultores realizam a revisão e/ou a manutenção de seus equipamentos; as percepções de preço sobre as revisões e manutenções do maquinário, da troca de peças e dos implementos agrícolas; as cidades em que predominantemente compram as peças agrícolas; os motivos que

levam os agricultores a comprar em determinado estabelecimento; e, por fim, foi realizada uma análise estatística, através do teste Anova, para verificar se há diferença entre as percepções dos agricultores donos de propriedades rurais com diferentes portes quanto às empresas que os atendem.

De um modo geral, independentemente do município, 60% dos agricultores preferem realizar a manutenção em sua propriedade e apenas 7% realiza a manutenção em uma concessionária. Os agricultores de Cândido Godói preferem realizar a revisão de seu maquinário nas concessionárias do município, assim como boa parte dos agricultores de Santo Cristo (85,7%); enquanto que 60% dos agricultores de Alecrim realizam a manutenção no próprio município, e os demais se deslocam para outras cidades para ter acesso a este serviço.

Considerando os respondentes dos três municípios, percebeu-se que a cidade de Santa Rosa, por ter uma grande quantidade de empresas instaladas no ramo agrícola, é a que mais suporta a demanda desses agricultores, quando não compram em seus municípios. Todos os municípios pesquisados possuem oferta de produtos (implementos, peças, máquinas e serviços), mas esta oferta é limitada, com apenas algumas marcas, acarretando no deslocamento dos agricultores a outros municípios para suprir as necessidades. Ainda, com relação aos motivos que levam esses agricultores a escolher um estabelecimento comercial, tem-se destaque para a qualidade dos produtos e do atendimento oferecidos, bem como o fato de haver poucos concorrentes para escolher um estabelecimento. Esses resultados são interessantes para empresas da região, atuantes neste ramo, a fim de melhorar sua oferta de produtos e serviços, bem como buscar maior competitividade.

Por fim, realizou-se uma análise comparativa de percepção dos agricultores por porte da propriedade rural. Encontrou-se que, os proprietários de maiores extensões de terra tendem a concordar com o fato de que é adequada a localização da empresa em que compram produtos para suas propriedades, diferentemente dos agricultores de menores propriedades.

Este estudo consistiu em uma exploração inicial acerca da percepção de parte dos agricultores da região de Santa Rosa, havendo a limitação de a amostra não ser representativa, o que não permite que os resultados sejam compreendidos como válidos para a população. Entretanto, entende-se que os achados discutidos neste estudo já possuem condições de fornecer subsídios para os empresários do setor de implementos e máquinas agrícolas da região investigada, contribuindo para que desenvolvam estratégias competitivas para atender seu público-alvo.

A partir desta limitação, sugere-se que este estudo seja ampliado, utilizando-se de uma amostragem do tipo probabilística, a fim de possibilitar uma compreensão mais realista da população em estudo e informações mais acuradas aos empresários da região. Questões inicialmente trabalhadas neste estudo ainda precisam ser melhor discutidas, como o fato de esses agricultores estarem aptos a pagar pela comodidade de ter em seu município um serviço mais completo de atendimentos às suas necessidades, bem como quais os serviços imprescindíveis que necessitam ser oferecidos em seus municípios, para melhor acesso. Também, sugere-se que pesquisas semelhantes a esta sejam realizadas em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, para fins de comparações de resultados e melhor compreensão desta categoria de consumidores. Ainda, seguindo a perspectiva dos trabalhos de Mallmann e Lago (2012) e Schmidt e Godinho (2006), é salutar ampliar esta investigação para melhor compreender quais as consequências causadas com a modernização das técnicas de cultivo nos três municípios investigados neste estudo.

6. REFERÊNCIAS

AAKER, D. A., KUMAR V., DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. Traduzido por Reynaldo Cavalheiro Marcondes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ALCÂNTARA FILHO, J.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**. v.4. n. 7. Jul-Dez 2009. Disponível em: <http://www.ufff.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2015.

ALONÇO, A. S. MACHADO, A. L. T.; FERREIRA, M. F. P. **Máquinas para fenação. Pelotas**: Editora Universitária, 2004. ANPAD. Rio de Janeiro, 2007.

BOTTEGA, E. L. et al. **Aquisição de uma colhedora combinada de grãos**: estudo de viabilidade para a região de farol, PR, no ano agrícola de 2012. 2015. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Bottega/publication/279181634_AQUISIO_DE_UMA_COLHEDORA_COMBINADA_DE_GROS_ESTUDO_DE_VIABILIDADE_PARA_A_REGIO_DE_FAROL_PR_NO_ANO_AGRICOLA_DE_2012/links/558cae6e08ae40781c2057f6.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2015.

BRUM, A. L.; LUFT, A. Aspectos da cadeia produtiva do milho e as relações comerciais nos estados do rio grande do sul e mato grosso (1994/95-2005/06). **Extensão Rural**, v.15, n. 16, 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art5ed16.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

CASTILHOS, C. C. Bons resultados para a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas do RS. **Indicadores Econômicos da FEE**, v. 35, n. 2, p. 55-60, out. 2007. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1559/1928>. Acesso em 22 de julho de 2015.

CASTILHOS, C. C. et al. **A indústria de máquinas e implementos agrícolas (MIA) no RS**: notas sobre a configuração recente. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2185/2579>. Acesso em 07 de julho de 2015.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**, 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

DANTAS, W. **Interpretação das definições de termos de Manutenção estabelecidos pela Norma ABNT NBR 5462**: manutencabilidade e confiabilidade. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/interpretacao-das-definicoes-de-termos-de-manutencao-estabelecidos-pela-norma-abnt-nbr-5462-manutenabilidade-e-confiabilidade/35445/>. Acesso em: 11 de dezembro de 2013.

FELIPE, F. I.; LIMA, R. A. S.; RODRIGUES, S. M. **Evolução da estrutura da indústria de tratores de rodas, no Brasil, no período de 1999 a 2008**. 47º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009. Disponível em:

http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Evolucao_estrutura.pdf. Acesso em: 30 de julho de 2015.

FERO, A. **O setor de máquinas agrícolas no Brasil: evolução nos últimos anos e perspectivas**. 2014. Disponível em: <http://celeres.com.br/o-setor-de-maquinas-agricolas-no-brasil-evolucao-nos-ultimos-anos-e-perspectivas/>. Acesso em 20 de julho de 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação de edição Marina Baird Ferreira, 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, M. F. P. et al. **Máquinas para silagem**. Pelotas: Editora Universitária, 2003.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T. **Crescimento da agricultura**. IPEA Boletim de Conjuntura | 60 | mar 2003. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/01_crescimento_da_agricultura.pdf. Acesso em 08 de julho de 2014.

Google Maps (2015). Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 18 de julho de 2015.

GRAEF, C. E.; BÜTTENBENDER, P. L. O papel das cooperativas na estrutura de governança do sistema agroindustrial do leite na região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul. 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2870/TCC%20-%20Cleber%20Graef%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20%28Usu%C3%A1rio%20Cl%C3%A9ber%20Graef%29%20%28Data%2004-12-2014%2021h28m%29%20TCC%20-%20Cleber%20Graef%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20%281%29.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 13 de janeiro de 2014.

KASPARY, I. M. et al. **Atributos influenciadores na decisão de compra de máquinas agrícolas: um estudo de caso junto aos agricultores da cidade de Marau/RS**. Disponível em: http://gpi.aedb.br/seget/artigos09/305_305_Trator_SEGET_2009.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2015.

KIRCHNER, R. M. et al. Avaliação da qualidade de serviços de uma empresa agrícola. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, jan-abr. 2012.

LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel**. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2000.

MACHADO, A. L. T. et al. **Máquina para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamento culturais**. 2. Ed., Pelotas: Editora Universitária, 2005

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**, 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MALLMANN, M. S.; LAGO, I. C. Os agricultores e a “modernidade”: uma análise da relação entre cultura e tecnologia no meio rural de Cerro Largo/RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.19, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/6538>. Acesso em: 8 jul. 2015.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia planejamento**, 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Instituto Piaget, 2001.

PASQUAL, C. A.; PEDROZO, E. Á. Características do negócio no setor de máquinas agrícolas. **ERA-Eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 3, jan/jun.2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20528/000624274.pdf?sequence=1> Acesso em 07 de julho de 2015.

PEDÓ, C. A.; ESTEVES, G. C. **Melhoria de projeto na cobertura do tanque graneleiro de uma colheitadeira de grãos John Deere**. (2013). Disponível em: http://www.fahor.com.br/publicacoes/TFC/EngMec/2013/Mec_Cleber_Gelson.pdf. Acesso em 24 de setembro de 2014.

PONTUAL, D. H. **Reforma do Código Florestal: Agência Senado**. (2011). Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/entenda-os-principais-termos-utilizados-na-discussao-do-novo-codigo-florestal>. Acesso em 13 de janeiro de 2014.

PUDELL, V. **Análise da gestão da pequena propriedade rural: o caso dos produtores de leite da região do grande santa rosa – RS**. (2006). Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2006-12-12T085117Z-281/Publico/Valmir%20Pudell.pdf. Acesso em 15 de outubro de 2015.

REDIN, E. Dentro e fora da porteira- os elementos condicionantes na estratégia de reprodução dos agricultores familiares fumageiros. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 18, n. 22, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/5649/3342>. Acesso em: 13 out. 2015.

REIS, Â. V. et al. **Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes**, 2. Ed. Pelotas: Editora Universitária, 2005.

SANTOS FILHO, A. G.; SANTOS, J. E. G. G. **Apostila de máquinas agrícolas**. 2001. Disponível em: <http://wwwwp.feb.unesp.br/abilio/maqagri.pdf> Acesso em 12 de dezembro de 2013.

SCHMIDT, M. L. G.; GODINHO, P. H. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. **Revista**

Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572006000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 08 de julho de 2015.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, – 4. Ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2013.

SILVEIRA, G. M. **As máquinas de plantar**: aplicadoras, distribuidoras, semeadoras, plantadoras, cultivadoras. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

Site EMATER Santa Rosa RS. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/regionais/santa-rosa.php#.VBCik_IdVe8. Acesso em 10 de setembro de 2014.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. **A questão agrária e o mercado de trabalho rural**. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT21-Jefferson-Andronio-Ramundo-Statuto.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2014.

STEFANOSKI, D. C. et al. Inovação tecnológica: análise no assentamento Banco da Terra, em nova Xavantina – MT. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/7311/pdf_1. Acesso em 13 de outubro de 2015.

VEGRO, C. L. R.; FERREIRA, C. R. R.P.T. **Mercado de máquinas agrícolas automotrizes: alta dos suprimentos estratégicos**. Análises e Indicadores do Agronegócio. v.3, n.7, julho, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-56-2008.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

VIAN, C. E. F. et al. Origens, evolução e tendências da indústria de máquinas agrícolas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, Brasília Out./Dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400006&lang=pt#tx02. Acesso em 07 de julho de 2015.

VIAN, C. E. F.; ANDRADE JÚNIOR, A. M. **Evolução histórica da indústria de máquinas agrícolas no mundo**: origens e tendências. 48º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Tecnologia, Desenvolvimento e Integração Social. 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1208.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2013.

FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS AMAZÔNICAS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

João Paulo Leão de Carvalho¹
Luís Mauro Santos Silva²

RESUMO

Presencia-se na Amazônia um processo caracterizado por diversos espaços de políticas e projetos que se ocupam com o Desenvolvimento Rural Sustentável. Como resultado, várias famílias agroextrativistas amazônicas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural. Através de um estudo de caso na Comunidade Boa Esperança, Ilha do Marajó, buscou-se refletir sobre a relação de famílias agroextrativistas amazônicas e ações de Desenvolvimento Rural Sustentável. Considera-se que essas famílias estão direcionando suas atividades para consolidação de sistemas de produção com base nas características locais. No entanto, as ações incentivadas pelas instituições de desenvolvimento, baseadas na razão técnica, orientam para a especialização da produção, principalmente, no caso dos açais nativos. Esse fato demonstra que a autonomia dessas famílias está em momento de conflito com sua forma diversificada e mais dependente do meio natural.

Palavras-chave: Autonomia, extensão rural, sustentabilidade.

¹Graduado em Agronomia (UFRA). Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UFPA). Assessor Territorial de Inclusão Produtiva no Marajó (NEDET/UFPA). Email: jpmarajo@gmail.com

²Graduado em Agronomia (UFAM). Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UFPA). Doutorado em Ciências (UFPEL). Docente-pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: lmsilva2012@gmail.com

AGRO-EXTRACTIVES' AMAZONIAN FAMILIES AND ACTIONS OF SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

Witness in the Amazon a process characterized by several areas of policies and projects dealing with the Sustainable Rural Development. As a result, several Amazonian agro-extractives' families are involved in institutional actions that seek to enhance the traditional values, the preservation and conservation of the natural environment. Through a case study in the Community Boa Esperança, island of Marajó, we reflected on the relationship of Amazonian agro-extractives' families and actions for Sustainable Rural Development. We believe that these families are directing their activities to consolidate production systems based on local characteristics. However, the actions encouraged by development agencies, based on technical grounds, guide to the specialization of the production, especially in the case of native Açaí's areas. This fact demonstrates that the autonomy of these families is in a moment of conflict with its diverse and more dependent form of the natural environment.

Keywords: Autonomy, rural extension, sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar pode ser compreendida como uma expressão que generaliza diversas formas sociais que envolvem lógicas familiares de produção, que na Amazônia podem ser representadas pelas populações de base extrativista, sendo essa uma das formas particulares e forjadas nas peculiaridades ambientais locais. Uma característica significativa dessas formas sociais é a capacidade de se adaptar a contextos socioeconômicos diferenciados, que a obriga a realizar profundas transformações no seu modo de produzir e de viver (WANDERLEY, 1996). De maneira ideal, compreende-se que a agricultura familiar está baseada em sistemas de produção diversificados, integrados entre si e cada vez mais aperfeiçoados na tentativa de enfrentar contextos socioeconômicos e ambientais instáveis (SILVA, 2008). Com estas particularidades, a agricultura familiar pode enfrentar diversos contextos hostis e lutar por autonomia e sustentabilidade (PLOEG, 2008).

As lógicas tradicionais da Amazônia, historicamente, se envolvem com contextos globais diferenciados, que terminam por influenciar a economia familiar das mesmas. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, as intervenções na Amazônia criaram um forte mercado que possibilitou a conexão de produtos extraídos na floresta com o exterior, por exemplo, através das “drogas do sertão” e da borracha. Mesmo que as necessidades mundiais por esses produtos amazônicos conduzissem à especialização produtiva, as lógicas tradicionais amazônicas também voltavam suas atividades diretamente para a reprodução social da família através da diversificação da produção (COSTA, 2012).

Uma noção que impossibilita compreender melhor as agriculturas familiares é a concepção racional presente na sociedade, que tem como marca a lógica da escala de produção industrial. Essa razão técnica tem sido encarada como única via para o desenvolvimento da sociedade mundial. Com isso, o conhecimento empírico

das lógicas familiares é pormenorizado diante do conhecimento de regras, leis e fórmulas. Para Gonçalves (2011), isso remete a temporalidade natural, à qual as lógicas familiares estão forjadas, a um segundo plano.

No atual contexto, a região amazônica assiste certos processos de mudança, sem, no entanto, reconhecer as diferentes formas de vida tradicionais que conformam o espaço através de suas territorialidades. Com os sinais de fracasso do modelo desenvolvimentista na Amazônia (desde a década de 1980), começam a surgir outras concepções de desenvolvimento regional, fruto da ação de movimentos sociais e ambientalistas. Esterci e Schweickardt (2010) afirmam que atualmente se demanda um novo processo caracterizado por diversos espaços de políticas e projetos que se ocupam com um desenvolvimento mais adaptado ao local e, portanto, dito mais sustentável. Com isso, várias famílias agroextrativistas amazônicas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural. Essas famílias apontam para um cenário de mudanças socioeconômicas e nas suas relações mais horizontais para com a natureza amazônica.

Nota-se que a autonomia das famílias tradicionais das Ilhas tem apresentado certa controvérsia em relação à sua especificidade. Esta contradição é manifestada na intensificação produtiva em culturas rentáveis de aceitação no mercado, recorrendo à especialização, especialmente do manejo de açaí nativo (*Euterpe oleracea* Mart.), ao invés de uma produção diversificada para o autoconsumo familiar.

Com o objetivo de refletir sobre a relação entre famílias agroextrativistas e ações na busca de um Desenvolvimento Rural Sustentável, apresentamos um estudo de caso no Arquipélago do Marajó.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

As análises foram baseadas em um estudo de caso realizado na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Marajó, Pará, fruto de uma dissertação de mestrado (CARVALHO, 2013). Essa Comunidade se destaca, a nível municipal, no volume de intervenções de Políticas Agrícolas e Agrárias recebidas nos últimos anos por meio de instituições governamentais e ONGs, que voltam suas ações ao provimento do Desenvolvimento Rural Sustentável. Entre essas ações, mencionamos a atual Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o acesso ao PRONAF e capacitações tecnológicas de manejo de açaí nativo.

Com base nos trabalhos de Resque (2012) e Silva (2008), e após uma caracterização do local, foi adaptada ao contexto estudado uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade em agro ecossistemas familiares, o MESMIS³. Com isso, refletiu-se sobre dez (10) indicadores compostos da sustentabilidade multidimensional (ambiental, social e técnico-econômico) (Quadro 1) que auxiliou na observação do panorama das famílias que têm recebido ações de instituições de Desenvolvimento Rural. Baseando-se nas observações em campo, cada indicador recebeu ponderação relativa à sua importância para a pesquisa.

³A metodologia de avaliação da sustentabilidade, MESMIS, é uma ferramenta útil na operacionalização do conceito da sustentabilidade, clareando e reforçando a discussão teórica sobre a temática. Além de recomendar técnicas e elaborações de políticas com abordagens sustentáveis, tem sido capaz de formar quadros profissionais com novo enfoque sobre a multidimensionalidade do desenvolvimento (MASERA et al., 2008). Esses autores afirmam que a MESMIS oferece uma reflexão crítica do processo de análise da ferramenta. Busca-se através dessa metodologia entender de forma integral os limites e as possibilidades para a sustentabilidade em agro ecossistemas familiares.

Quadro 1 – Indicadores da sustentabilidade multidimensional utilizado na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Pará.

(continua)

Dimensão	Indicador	Peso	Escala de Avaliação			Atributo
			Baixo	Regular	Alto	
AMBIENTAL (03/10)	a) Manutenção da diversidade natural	(05/10)	<5	5	>5	Adaptabilidade e Produtividade
	a.1) Manutenção da vegetação natural	(07/10)	<0,5	0,5 – 0,8	>0,8	
	a.2) Manutenção da fauna local	(03/10)	Ruim	Razoável	Boa	
	a) Manutenção da diversidade produtiva	(04/10)	<5	5	>5	
	b.1) Diversidade de espécie/atividade	(06/10)	Açaizal/roça em monocultivo	Açaizal/roça em monocultivo	Açaizal/ roça diversificado	
	b.2) Diversidade de atividade produtiva	(04/10)	2 atividades	3 atividades	>3 atividades	
	c) Limitações imposta ao meio	(01/10)	<5	5	>5	Equidade e Produtividade
	c.1) Uso de insumos químicos	(01/10)	Constante	Esporádico	Não usa	
	c.2) Lixo	(04/10)	S/ coleta	Algum tipo de coleta	Constante coleta	
	c.3) Erosão visível	(01/10)	Severa	Esporádica	Não	
c.4) Qualidade da água	(04/10)	Imprópria	Razoável	Boa		
SOCIAL (03/10)	d) Qualidade de vida	(05/10)	<5	5	>5	Equidade e Estabilidade Dinâmica
	d.1) Acesso a serviços públicos de saúde	(02/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	d.2) Acesso a serviços públicos de educação	(02/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	d.3) Acesso à política de regularização fundiária	(02/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	d.4) Situação da saúde familiar	(03/10)	Adoece frequentemente	Algumas vezes	Adoece raramente	
	d.5) Violência social na comunidade	(01/10)	Ruim	Razoável	Bom	Estabilidade Dinâmica e Autonomia
	e) Nível de organização	(02/10)	<5	5	>5	
	e.1) Participação em Organizações	(06/10)	Nenhuma	Passiva	Ativa	
	e.2) Participação nas decisões coletivas	(03/10)	Nenhuma	Raramente	Sempre	Equidade, Autonomia e Produtividade
	e.3) Acesso a informações	(01/10)	Nenhum	Esporádico	Constante	
	f) Capacidade de trabalho familiar	(03/10)	<5	5	>5	
	f.1) Contratação de mão de obra	(03/10)	Sempre	Esporádico	Não	
	f.2) Trabalho fora do lote	(02/10)	Sempre	Esporádico	Não	
	f.3) Descanso e lazer	(01/10)	Não	Domingos	Sábados e Domingos	
f.4) Capacidade de cobrir demanda interna	(04/10)	Baixa	Média	Boa		

Continua...

Quadro 1 – Indicadores da sustentabilidade multidimensional utilizado na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Pará.

(Continuação)

Dimensão	Indicador	Peso	Escala de Avaliação			Atributo
			Baixo	Regular	Alto	
TÉCNICO-ECONÔMICA (03/10)	g) Performance da economia familiar	(04/10)	<5	5	>5	Autonomia, Equidade e Produtividade
	g.1) Renda familiar per capita	(02/10)	<0,5	0,5 – 0,75	>0,75	
	g.2) Importância das atividades produtivas	(02/10)	<0,3	0,3 – 0,5	>0,5	
	g.3) Importância do autoconsumo	(01/10)	<0,5	0,5 – 0,7	>0,7	
	g.4) Tamanho do patrimônio familiar	(03/10)	<0,5	0,5 – 0,7	>0,7	
	g.5) Outras rendas	(02/10)	>0,5	0,3 – 0,5	<0,3	
	h) Endividamento familiar	(01/10)	<5	5	>5	Autonomia e Estabilidade
	h.1) Dívidas de crédito oficial	(04/10)	>10% da renda familiar	Até 10%	S/ dívidas	
	h.2) Dívidas locais	(03/10)	>10% da renda familiar	Até 10%	S/ dívidas	
	h.3) Crédito consignado	(03/10)	>10% da renda familiar	Até 10%	S/ dívidas	
	i) Eficiência do manejo	(02/10)	<5	5	>5	Produtividade e Autonomia
	i.1) Rendimento físico médio	(05/10)	Baixo	Médio	Alto	
	i.2) Perda de rendimento físico	(02/10)	Alto	Baixo	Nenhum	
	i.3) Domínio do manejo	(03/10)	Ruim	Razoável	Bom	
	j) Estratégia de comercialização	(03/10)	<5	5	>5	Produtividade, Autonomia e Adaptabilidade
	j.1) Sazonalidade	(01/10)	Não comercializa	Esporádico	Sempre	
	j.2) Associativismo	(03/10)	Não utiliza	Esporádico	Bom	
	j.3) Conhecimento de mercado	(02/10)	Pouco	Razoável	Bom	
	j.4) Canais de comercialização	(04/10)	1	2	>2	

Fonte: Carvalho e Silva (2013).

Dessa forma, foram analisados dezenove agro ecossistemas familiares na Comunidade Boa Esperança, alcançando em torno de 45% das famílias residentes no local. As informações foram coletadas junto às famílias agroextrativistas envolvidas neste estudo.

Observando ainda algumas características que podem contribuir para estudos das lógicas familiares de produção, como: (i) as trajetórias de vida e conhecimentos acumulados pelas famílias; (ii) acesso ao meio socioeconômico; (iii) capacidade de investimento; e (iv) capacidade de trabalho familiar, identificou-se na Comunidade Boa Esperança duas lógicas agroextrativistas no atual cenário das famílias (CARVALHO; SILVA, 2015). Assim, uma lógica ainda apresenta fortes elementos extrativistas característicos das regiões das ilhas, priorizando o consumo doméstico. A outra lógica, além de desenvolver o extrativismo, está investindo em sistemas de produção voltados ao atendimento do mercado.

Diante do contexto de políticas de Desenvolvimento Rural, e por meio da identificação de duas lógicas familiares de produção, foi possível refletir sobre o atual estado da sustentabilidade na Comunidade Boa Esperança (Figura 1).

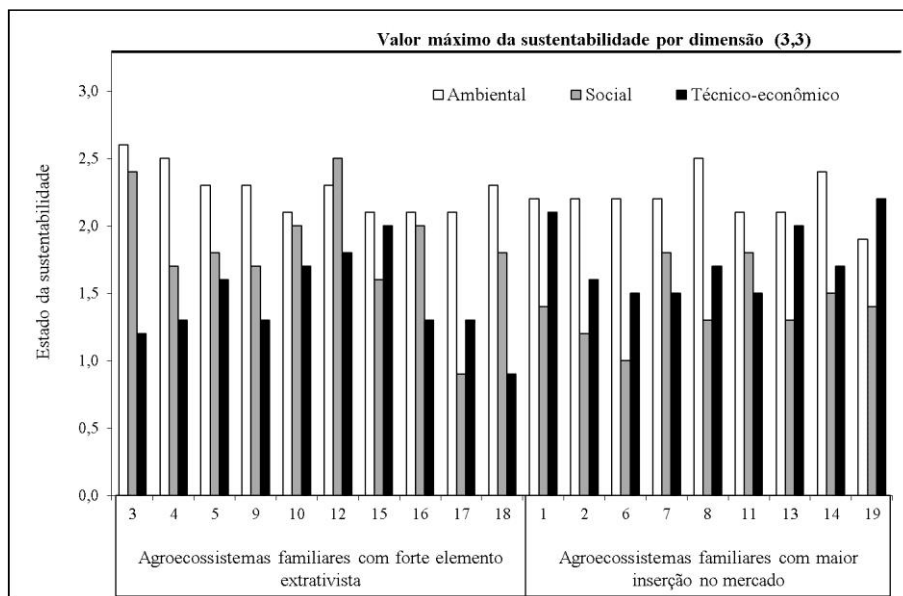


Figura 1 – Estado da sustentabilidade de agro ecossistemas familiares na Comunidade Boa Esperança, Curralinho, Pará.

Fonte: Carvalho e Silva (2015).

As discussões deste trabalho basearam-se nas análises das duas lógicas identificadas, e na utilização da ferramenta MESMIS que possibilitou a observação do atual estado da sustentabilidade na Comunidade Boa Esperança.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A agricultura tradicional das ilhas e o envolvimento com contextos socioeconômicos

O termo “Agricultura Familiar” pode ser compreendido como uma expressão que generaliza diversas formas sociais que envolvem lógicas familiares de produção (WANDERLEY, 1996). A agricultura familiar tradicional, que na Amazônia pode ser representada pelas populações de base extrativista, é uma das formas particulares desse termo. Uma característica significativa dessas formações sociais é a sua relação com a sociedade mais geral. A agricultura familiar tradicional possui capacidade de adaptar-se a contextos socioeconômicos diferenciados, a exemplo dos contextos globalizados, que a obrigam transformar profundamente o modo de produzir e de viver dessas formas sociais. Todavia, tais transformações podem não implicar em ruptura total e definitiva com a sua forma anterior.

Ainda na tentativa de esclarecer o conceito de Agricultura Familiar, a autora acima aponta para uma particularidade: a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e empregadora da mão de obra no estabelecimento agrícola. A partir dessas considerações entende-se que as lógicas familiares de produção se diferenciam entre si pelos objetivos da atividade econômica, experiência histórica social e a forma de inserção na sociedade mais geral.

Mesmo com adversidades, e em meio à dependência, assistimos ainda uma agricultura familiar que luta por autonomia e resiste aos contextos globalizantes (PLOEG, 2008). Para este autor, além dessa luta por autonomia e enfrentamento de contextos de dependência, os agricultores familiares criam e desenvolvem uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, apresentando diversas formas de coprodução⁴ entre homem e natureza viva, realimentando-a e fomentando a autonomia, reduzindo, assim, a dependência. Buscam ainda interagir com mercados e outras inter-relações também por meio de atividades não agrícolas, promovendo a sobrevivência e perspectiva de futuro.

Não é de hoje o envolvimento de lógicas tradicionais das Ilhas da Amazônia com mercados globais que influenciam na economia familiar das mesmas. Sobre este aspecto, Costa (2012) diz que nos séculos XVIII e XIX as intervenções na Amazônia criaram um forte aparato comercial que permitia a troca de produtos coletados na floresta com a Europa – as “drogas do sertão” e, posteriormente, a borracha. Nesse período, se formou uma economia extrativista baseada em camponeses caboclos (originada da miscigenação entre índios e europeus), que praticavam agricultura e extrativismo em conjunto; e comerciantes regionais (regatões, marreteiros e aviadores) responsáveis pela circulação de mercadorias de origem florestal e industrializadas. Mesmo que as demandas do mercado da época exigissem especialização em algumas culturas, as lógicas tradicionais das Ilhas da Amazônia também voltavam suas atividades diretamente para a reprodução familiar através de estratégias diversificadas de produção.

Compreende-se, então, por meio de uma concepção ideal, que a Agricultura Familiar tradicional está historicamente baseada em sistemas de produção diversificados, integrados entre si (SILVA, 2008). Essas integrações são cada vez mais aperfeiçoadas na tentativa de enfrentar os contextos sociais e ambientais instáveis. Mas o cuidado com a reprodução diante de contextos instáveis não é a única inquietude. A preocupação com o horizonte futuro das gerações é uma condição nessas lógicas. Diante disso, Wanderley (1996) e Ploeg (2008) afirmam que o investimento atual da família agricultora é uma tentativa de garantir patrimônio sociomaterial para as próximas gerações.

O envolvimento com a sociedade industrial/producionista tem promovido transformações significativas no modo tradicional de agricultura. O agricultor tradicional está se profissionalizando, e cada vez mais se assiste o fortalecimento na centralidade do mercado e na economia mais geral, adaptando-se ao atual e hegemônico contexto socioeconômico. Dessa forma, e diante da intenção de superar a precariedade estrutural que impede o desenvolvimento da produção e da vida social, os agricultores familiares tradicionais das Ilhas amazônicas têm procurado investir em atividades estáveis e rentáveis (COSTA, 2006; RESQUE, 2012), norteando-se por uma estratégia econômica que ocorre através de uma característica particular das lógicas familiares de produção: atividade mercantil e autoconsumo.

Nesse sentido, a autonomia dos agricultores tradicionais das Ilhas da Amazônia tem apresentada certa controvérsia em relação a sua especificidade: produção diversificada para o autoconsumo familiar. Ao contrário disso, de maneira geral, tem apontando para a intensificação produtiva em culturas rentáveis de aceitação no mercado. O que para Wanderley (1996) seria uma característica

⁴Esse termo faz referência ao processo de interação e transformação mútua entre homem e natureza viva. Os meios sociais e naturais passam por processos de configuração e reconfiguração, gerando maiores níveis de coprodução. Esse processo é fundamental para um distanciamento entre agricultura e artificialização da natureza. A coprodução favorece formas endógenas de desenvolvimento (PLOEG, 2008).

estratégica das lógicas familiares de produção para superar momentos de instabilidades socioeconômicas.

Como possibilidade de superar instabilidades corriqueiras na agricultura, de modo geral, assiste-se o advento da razão técnica para o domínio do meio natural. Entretanto, tal proposição surge dentro de um contexto que a viabilizou, merecendo melhor reflexão sobre esse tema.

3.2. A razão técnica não pode ser vista como um fim em si.

Durante o século XIX, a sociedade europeia desenvolveu significativa relação com a razão técnica, determinando-a como condição para o desenvolvimento das demais sociedades e expandindo-se pelo mundo. Entende-se razão técnica como forma de agir com objetivo de um fim imediato e eficaz. Ela remete-se à intervenção do homem na natureza (GONÇALVES, 2011).

A concepção racional que permanece na sociedade atual é marcada pelo produtivismo industrial, sendo que a razão técnica tem se tornado a única via para o progresso, trazendo consigo inovações tecnológicas e suas sucessões permanentes. Sua lógica é orientada sempre a produzir mais unidades físicas na mesma unidade de tempo. Então, a gerência científica planeja o trabalho através de instruções que coordenam a execução de determinadas atividades de produção, assim como indica os instrumentos utilizados. Dessa maneira, o empírico, tão forte nas lógicas familiares de produção, é pormenorizado diante do conhecimento de regras, leis e fórmulas. Ainda para o autor acima, a lógica produtivista, ou do capital, subordina a temporalidade natural, colocando-a em segundo plano. Por conta da concorrência capitalista, esta lógica industrial não pode ficar dependente do tempo natural, assim a finalidade dessa lógica é o controle sobre as sociedades e a natureza.

Para um significativo e histórico exemplo do uso de técnicas e seus objetivos indica-se a “Revolução Verde” e suas intenções de superação da pobreza e da fome no mundo. Este processo tomou como base o princípio da manipulação da produção vegetal e animal, ou seja, das técnicas de manejo do meio natural. Todavia, segundo Ehlers (1999), a “Revolução Verde” foi causadora de mais concentrações de terras e expropriação de agricultores familiares, processos migratórios para centros urbanos, desemprego, aprofundando problemas socioeconômicos.

Diante da atual crise social e ecológica, a academia geralmente tem assumido o papel de afirmação do modelo de agricultura convencional, validado com a Revolução Verde. Dessa maneira, faz o ajuste desse modelo para solução dos problemas socioeconômicos e ambientais. Assim, reafirma o produtivismo como pensamento dominante, deixando de lado a possibilidade de uma revisão acadêmica, o que, para Moreira e Carmo (2004), já deveria estar sendo colocada em prática.

A técnica, entendida como um meio utilizado para alcançar um fim, não pode ser vista independente do contexto político que a criou, nem como um fim em si. Concorde-se com Gonçalves (2011) ao dizer que ela é incapaz de resolver todos os problemas da humanidade. As soluções são mais de opção política. Não técnica!

3.3. Contextos amazônicos de gestão territorial

A região amazônica, nos meados do século XX, era caracterizada como isolada em relação às demais regiões brasileiras, não só fisicamente como economicamente. Pensou-se então em transformar esse espaço em potencial

“celeiro agrícola” através do controle da natureza - com a ajuda da gerência técnica-científica - para fins do desenvolvimento econômico na região. Isto provocou sérios problemas socioeconômicos e ambientais, pois se tentou desenvolver atividades não compatíveis com as características dos ecossistemas locais.

Ressaltando sobre os processos históricos macroeconômicos na região amazônica, Costa (1992) relembra das missões jesuíticas e o trabalho indígena (século XVI – XVIII); o período colonial e o mercado do cacau (século XVIII – XIX); o período áureo da borracha como ápice da economia na Amazônia (século XIX – XX); até se chegar ao período em que grandes empresas tiveram apoio para desenvolver a agropecuária e o setor madeireiro (a partir de meados do século XX), vistos como única via de dominar o ambiente complexo. Para o autor, o que sempre se preconizou foi a tentativa de sobrepor o ideal agrícola sobre as realidades extrativistas locais. Intentou-se então formar o setor agropecuário moderno na Amazônia para substituir as formas familiares extrativistas e da agricultura camponesa de fronteira. Mesmo com incentivos fiscais e da grande eficiência técnica das empresas, não se tornou possível controlar os elementos naturais do ambiente amazônico. O fracasso foi inevitável.

Esse modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado incentivou o uso intensivo do meio natural (floresta, solo, água) por meio de políticas agropecuárias de grande escala, determinando avanços sobre as áreas de fronteiras. Além de procurar reestruturar a combalida economia mundial (período pós 2º Guerra Mundial), esse estilo de desenvolvimento pretendia ser a “chave modernizadora universal” (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010), preconizando o domínio sobre o meio natural. Dessa forma, as sociedades ditas “atrasadas” passariam pelo processo de “civilização”. Particularmente no Brasil, esse modelo proporcionou na década de 1970 o chamado “Milagre Econômico”. Mediante essas concepções o Estado era incapaz de compreender outro significado sobre uso e posse do espaço físico regional. Porém, atualmente, certas ações parecem apontar algumas mudanças.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Costa (1992) diz surgir na Amazônia a influência do pensamento ecológico, ressaltando uma ideologia extrativista, a qual o autor chama de “ecologismo”. Com a pressão da opinião pública internacional, o Governo Brasileiro, de forma embaraçada, procurou seguir à risca as orientações ambientais exteriores, perseguindo ações de desmatamento⁵ sem considerar os objetivos e quais lógicas produtivas estavam envolvidas. O “ecologismo” na Amazônia ganhou notoriedade, principalmente quando se discutiram os problemas ambientais durante a ECO-92. Dessa forma, o Governo Brasileiro recebeu diversos elogios internacionais por possuir uma política ambiental coerente com o progresso. Porém, penalizou o modo de produzir e viver de populações tradicionais que se utilizam do uso da floresta e do fogo para manutenção familiar.

Na década de 1980, o modelo desenvolvimentista incentivado desde a década de 1950 na Amazônia já indicava sinais de fracasso; desflorestamento, migrações, conflitos. Nesse sentido, as preocupações sobre o futuro socioambiental amazônico passaram a ter atenção mundial. Nos fins da década de 1980 e início dos anos de 1990, começaram a surgir, aparentemente, outras concepções de desenvolvimento regional, fruto da ação de movimentos sociais e ambientalistas.

⁵Em 1989 foi institucionalizado o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com função de policiar e poderes para reprimir as extrações de madeira. Esse órgão ganhou poderes para liberar ou não projetos de créditos, passando a diminuir os volumes para o setor agropecuário, por se tratar de uma atividade que provoca desmatamento.

Assim, juntamente com a criação de Projetos de Assentamentos (PA's) e reconhecimento de terras indígenas, o reconhecimento de terras quilombolas e criação de Unidades de Conservação (UC's) são marcos que tentaram configurar outra relação do Estado Nacional com a concepção de territórios específicos.

Autoras como Esterci e Schweickardt (2010) afirmam que no atual contexto amazônico presencia-se um processo de “ambientalização” da gestão territorial caracterizado por diversos espaços de políticas e projetos que se ocupam com o desenvolvimento sustentável. Com isso, as territorialidades estão promovendo certa regionalização da política pública nacional. Através de uma série de movimentos sociais e ambientalistas, reformularam-se concepções de desenvolvimento que até então se apresentavam como hegemônicas. Assim, segundo as autoras, o panorama da geopolítica na Amazônia passa da “fronteira agrícola”, pautada na exploração devastadora do meio natural, para a “fronteira de preservação da biodiversidade”. Com isso, várias famílias agroextrativistas estão envolvidas em ações institucionais que buscam realçar valores tradicionais, preservação e conservação do meio natural.

O atual contexto na região amazônica aponta, aparentemente, para certos avanços do Estado Nacional. Entretanto, ainda não reconhece os diferentes modos de vida tradicionais que conformam o espaço através de suas territorialidades. Esses modos de vida se remetem ao modo tradicional de agricultura, baseados na economia familiar. As famílias agroextrativistas amazônicas apontam para um cenário de mudanças socioeconômicas e na relação com o meio natural, incentivadas por essas ações institucionais. Entretanto, tais ações se mostram ainda bastante tímidas para apontar de fato mudanças significativas ao desenvolvimento regional. É necessário compreender melhor as lógicas familiares regionais para então propor ações que contribuam com o desenvolvimento endógeno da agricultura familiar amazônica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A recente reconstrução histórica da comunidade boa esperança

A Comunidade Boa Esperança está localizada no rio Pagão, município de Curralinho, Marajó, Pará (Figura 2). A forma de acesso à Comunidade se dá através do rio Canaticu, percorrendo-se a distância de 16 km a partir da sede municipal. O rio Pagão apresenta em torno de 50 m de largura (CARVALHO, 2013). As famílias que residem nessa Comunidade, aproximadamente 42 famílias, apresentam forte organização social, fruto da ativa participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) durante o final da década de 1970 e início da década de 1980. A alcunha de “Pagão” deve-se a esse período, pois o local foi um dos últimos rios do município a receber o batismo católico. Tal atividade de organização social também contribuiu para que essas famílias se destacassem como lideranças locais e sindicais.

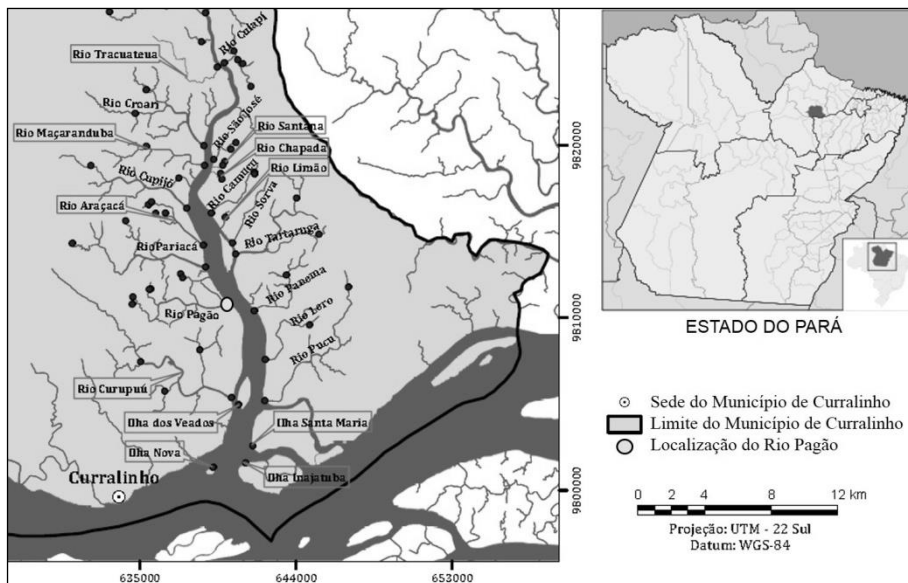


Figura 2 – Mapa de localização do rio Pagão, Currealinho, Pará.

Fonte: Instituto Peabiru (2015).

Tratando-se das décadas de 1970 e 1980, havia forte dinâmica de exploração madeireira baseada na lógica de exaustão do meio florestal na região amazônica, que para Costa (1992) era o modelo que recebia forte incentivo fiscal e que detinha as técnicas ditas modernas para domínio do meio natural. Essa dinâmica envolvia as famílias da região, sendo a atividade madeireira uma alternativa econômica. Esse processo está relacionado com a consolidação de famílias na Comunidade Boa Esperança, lugar onde havia um estabelecimento madeireiro (“Serraria”). Ainda nesse contexto, a extração do palmito de açaí também se apontava como alternativa econômica para as famílias extrativistas que, assim como a exploração madeireira, aprofundava ainda mais o panorama de crise socioambiental na região do Marajó.

A exploração madeireira e do palmito, na época, mostraram-se incompatíveis com a realidade local, pois tinham como lógica a concepção da natureza como recurso abundante e infinito. Logo, nos anos de 1990, essas atividades apresentaram suas limitações ambientais, indicando o seu declínio. Nesse contexto, a Comunidade Boa Esperança foi fortemente assistida por políticas de desenvolvimento de discurso sustentável, inseridas por instituições públicas e não governamentais.

Mediante ao declínio das atividades acima mencionadas, surge como proposta econômica e ambiental viável a exploração do açaí nativo, fruto tradicionalmente consumido pelas famílias locais. A partir de então, verificam-se alterações no uso do meio natural. Passa-se de uma exploração de base predatória para um sistema de produção que possibilita a conservação natural, como dizem Costa (1992) sobre o “ecologismo” na Amazônia e Esterci e Schweickardt (2010) sobre o processo de “ambientalização” das políticas públicas.

A partir da década de 2000, as famílias extrativistas da Comunidade Boa Esperança foram contempladas pela Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA),

iniciando então o processo de regularização fundiária oficial na Comunidade. O II PNRA visa reconhecer os limites tradicionais já estabelecidos pela dinâmica dos moradores locais. De certa forma, observa-se o cumprimento desse discurso institucional. Todavia, mesmo com a presença historicamente estruturada pela relação social local, as famílias da Comunidade Boa Esperança foram reconhecidas em distintos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs). Assim sendo, os residentes na margem esquerda do rio Pagão foram beneficiados pelo PAE Ilha São João I e os residentes na margem direita foram contemplados pelo PAE Ilha Calheira. Isso revela que na prática essa Política priorizou demarcações geográficas das ilhas locais em detrimento da estruturada relação social comunitária. Além disso, sua precariedade favoreceu apenas famílias residentes do PAE Ilha Calheira, que já receberam o fomento, enquanto as outras ainda aguardam por este direito. Dessa forma, retratam-se limitações que o Estado Nacional apresenta para reconhecer os diferentes modos de vida tradicionais, sendo dificultoso para ele a elaboração de políticas adequadas às diferentes territorialidades.

Um processo de dinâmica territorial recente vem se evidenciando na Comunidade. A concepção de delimitação do espaço físico, influenciada pela política de regularização fundiária e assimilada pelas famílias locais, está promovendo um conflito com a lógica tradicional de uso do território, que está baseada na utilização irrestrita de posse coletiva. Nesse sentido, aponta-se também para a atual valorização econômica do açaí como fator que contribui para outro reordenamento territorial e transformações nas relações entre as famílias e a natureza (SILVA, 2013).

Diante deste atual contexto que envolve a Comunidade Boa Esperança, procurou-se observar a dinâmica local de desenvolvimento rural por meio de uma avaliação multidimensional das famílias que estão envolvidas em Políticas e Projetos de preservação e conservação do meio natural.

4.2. Avaliação multidimensional das famílias diante do atual contexto de políticas de desenvolvimento rural

O envolvimento das famílias da Comunidade com políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável é bastante significativa a partir dos anos 2000, como dito anteriormente. Em termos de ações de desenvolvimento agrícola, destacamos o acesso ao FNO-PRODEX, que incentivou a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) com base no manejo de açaí nativo consorciado com cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum). O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) também promoveu cursos de capacitação tecnológica para o manejo de açaí nativo. Ainda como exemplo importante, destacamos as ações da EMATER local, que, além de desenvolver capacitações voltadas para o manejo de açaí e exploração de palmito de forma sustentável, facilitou também o acesso dessas famílias ao Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, essas ações reforçaram a concepção de SAF's com base na produção de açaí. As ações permitiram caracterizar outro momento na política de desenvolvimento rural mais adequado ao local, como apontam Esterci e Schweickardt (2010).

Analisando o comportamento dos indicadores MESMIS, procurou-se entender de modo geral as características multidimensionais (ambiental, social e técnico-econômico) desses agro ecossistemas familiares, que estão inseridos em contexto de políticas e projetos de desenvolvimento rural. Esse exercício também permitiu compreender um pouco mais sobre a dinâmica atual das famílias

agroextrativistas. Dessa maneira, foi possível refletir a cerca de um desenvolvimento endógeno e sustentável.

4.2.1. Leitura sobre a dimensão ambiental nos agro ecossistemas familiares

Considerando o contexto da mesorregião do Marajó, rica em meios hídricos e biológicos no qual esta pesquisa foi realizada, os resultados alcançados através da perspectiva ambiental confirmam que neste espaço geográfico estão mantidas predominantemente as condições naturais do ecossistema presente. De acordo com o indicador **Manutenção da diversidade natural** se observou que os agro ecossistemas familiares estudados mantêm a vegetação natural do ambiente preservado e conservado em acordo com as características da região.

Neste recorte da porção amazônica, que anteriormente sofreu forte pressão pela exploração do meio natural (por exemplo, madeira e palmito), o desflorestamento atualmente não é um dos principais agravamentos para a preservação e conservação da floresta nativa. Isso é recorrente de ressaltar, já que em outras regiões amazônicas se enfrentam problemas ambientais causados por dinâmicas de desenvolvimento direcionado por políticas agrícolas e agrárias oficiais; como se assiste no sul e sudeste paraense (NOGUEIRA, 2012; SILVA, 2008), onde o ambiente está fragilizado pela ausência da vegetação natural ameaçada pelo uso do fogo e a expansão de pastagens nos agro ecossistemas familiares. E na região do Baixo Tocantins, que de maneira geral demonstra contexto ambiental fortemente impactado pelos projetos de desenvolvimento, a exemplo da Hidrelétrica de Tucuruí, e por ações da agricultura local (COSTA, 2006; RESQUE, 2012).

Os agroextrativistas da Comunidade Boa Esperança indicaram que existe relativa limitação sobre o atual estado da fauna local. O aumento populacional, do uso de técnicas locais (queimadas e varridas – técnica de caça) e uso descontrolado de instrumentos de pesca (malhadeiras) foram indicados como fatores que conduzem à diminuição da caça e pesca, atividades tradicionais na região e que contribuem para alimentação dessas famílias.

Nas regiões das Ilhas na Amazônia assiste-se um contexto de tensionamento por maiores demandas de produtos nativos, principalmente do açaí nativo. Isso está provocando homogeneização da paisagem e práticas de monocultivo, pois as famílias têm investido maior força de trabalho no manejo do açaí (MAGALHÃES; MARINHO, 2010). O indicador **Manutenção da diversidade produtiva** se orientou no sentido oposto a esta lógica, demonstrando que as intervenções realizadas pelas famílias se baseiam necessariamente nas relações ecológicas existentes em cada agro ecossistema. No entanto, as lógicas familiares apresentam certa especialização no manejo do açaí nativo. Com isso, faz-se importante observar o cenário futuro dessa atividade, que poderá incorrer na diminuição da diversidade da produção familiar agroextrativista.

A lógica agroextrativista de maior inserção no mercado vem alterando de forma sistemática o manejo do açaí (por exemplo, o Agro ecossistema Familiar 14), diferentemente da lógica que mantém forte elemento extrativista, que tem resguardado práticas que retomam ao manejo tradicional⁶ (Agro ecossistema Familiar 04) (Figura 3).

⁶O manejo tradicional é considerado como a atividade de menor intervenção técnica. O manejo tradicional de açaí retoma à simples coleta de açaí, prática característica do extrativismo da região.

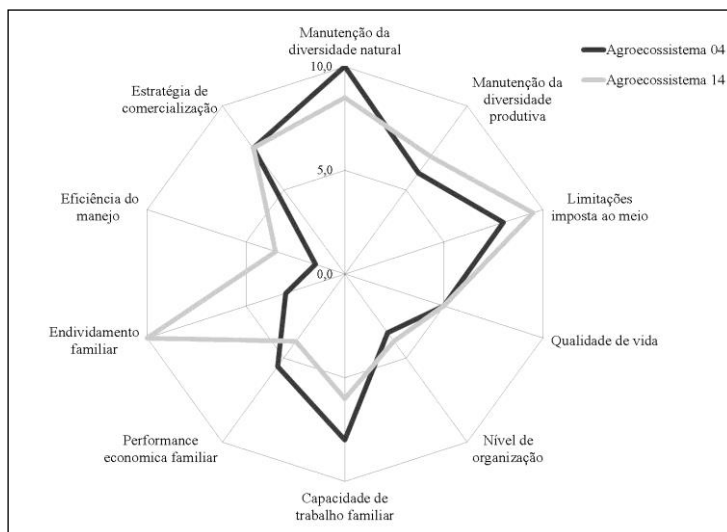


Figura 3 – Desempenho dos Agro ecossistemas familiares 04 e 14.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A diversidade de espécies vegetais peculiares do espaço é mantida e compreendida pelas famílias agroextrativistas como primordial para que a produção se mantenha ao longo do tempo. Esses agroextrativistas perceberam através de experiências próprias que ações de aberturas intensas na floresta com perspectiva de expandir os açaiçais (práticas de monocultivos) trariam complicações ambientais e econômicas, pois as relações ecológicas da floresta amazônica são totalmente interdependentes da diversidade de espécies vegetais e animais que coexistem nesse sistema.

O cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a confecção de farinha é realizado dentro de cultivos intensivos em pequenas áreas por meio da prática de derruba-queima. Com o esgotamento do solo, a procura por outras áreas é uma das alternativas. Quando não, esta atividade agrícola é paralisada. A atividade de cultivo e preparo da farinha de mandioca é tido pelas famílias como “trabalho pesado”, fator que tem levado a interrupção da atividade em alguns agro ecossistemas familiares, principalmente nos casos de escassez de mão de obra familiar. Outro fator que influencia a paralisação do cultivo de mandioca, é o acesso aos programas de compensação social que permitem às famílias adquirir farinha no mercado local.

A extração de açaí, cultivo anual de roça de mandioca, pequenas criações de animais “xerimbabos” e o extrativismo da pesca, frutas, lenha, etc. são componentes da diversidade de atividades produtivas desenvolvidas pelos agroextrativistas da Comunidade Boa Esperança em ambas as lógicas familiares.

Analisando o desempenho do indicador **Limitações impostas ao meio** observa-se que as intervenções provocadas pelos agroextrativistas não determinaram fortes impactos ao ambiente, porém indicam possíveis tendências. O *uso de insumos químicos* não provoca sérios danos ambientais pelo fato do uso ser em pequenas proporções, principalmente quando comparadas a outras regiões do país. Mas, o certo é que insumos químicos industriais estão presentes nos sistemas

produtivos local. Não em forma de potencializar a produção vegetal, e sim como ração para alimentação das pequenas criações e utilizados na piscicultura, em maior proporção. A dinâmica de piscicultura é recente no município e está presente na lógica agroextrativista de maior inserção no mercado.

4.2.2. O estado social das famílias na Comunidade Boa Esperança

A microrregião geográfica do Marajó é conhecida pelo seu atrativo turístico e, por contradição, pelo seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Comunidade Boa Esperança não ficou de fora da rota desfavorável. As condições de *acesso a serviços públicos de saúde* são deficientes. O sistema de atendimento de saúde utilizado pelas famílias da Comunidade Boa Esperança está localizado na cidade de Curralinho, fato que não é bem visto pelos comunitários, apesar da relativa proximidade com a sede do município. O sistema de saúde na cidade é deficitário, sendo que nos casos mais graves os doentes são direcionados para os hospitais da cidade de Belém ou Breves. No entanto, a análise da *situação da saúde familiar* não se mostrou um fator preocupante. As famílias adoecem algumas vezes durante o ano, mas, segundo as mesmas, são doenças não preocupantes como resfriados e gripes.

Sobre o *acesso à educação* e sua qualidade, a observação de determinados agro ecossistemas familiares demonstrou que a qualidade na educação melhorou, já que, anteriormente, nem escola existia, quanto mais ter transporte para buscar e deixar os alunos em casa - fato comum atualmente. Outras famílias consideraram que, mesmo com escolas disponíveis para seus filhos estudarem, a qualidade do ensino é deficitária, uma vez que os professores são mal qualificados e pouco remunerados.

Fator que desponta negativamente é a *violência social*, que tem começado a fazer parte das preocupações dos moradores da Comunidade. As festas já não são momentos de tranquilidade e lazer. O envolvimento de jovens com álcool e drogas ilícitas tem provocado sérios problemas, principalmente entre grupos que se rivalizam.

A regularização fundiária dessa categoria social é reconhecida como uma conquista de luta histórica por esses atores, sendo um potencial para a **Qualidade de vida** dos agroextrativistas. Ela possibilita uso legal sobre as áreas ocupadas há anos. Por outro lado, trouxe consigo alguns empecilhos para que as famílias tenham acesso a outras políticas públicas, como por exemplo, o PRONAF. Durante o período da pesquisa em campo, a execução da assistência técnica e extensão rural desse público estavam em domínio do INCRA, saindo da responsabilidade da EMATER, que é mais presente na Comunidade. Com isso, houve aumento da burocracia na emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento que certifica a família ao programa, dificultando assim o acesso⁷.

A *participação em organizações* é ponto forte das famílias na comunidade. Ativa ou passivamente esses agroextrativistas fazem parte de organizações formais (sindicato de trabalhadores rurais, colônia de pescadores, associação da Comunidade, igrejas) e informais (práticas esportivas, casas de farinha, bares). Isso não necessariamente significa que por se associarem em organizações todos

⁷ Ainda no final de 2012 uma portaria concedeu novamente permissão para que a EMATER voltasse a atuar nas áreas de PAE. Porém, novamente a EMATER ficou impossibilitada de atuar nesses PAEs, pois, em 2013, houve chamada pública de ATER para o público extrativista do Marajó, sendo contratada uma empresa privada para execução dos serviços.

participam das *decisões coletivas*. Essas acabam ficando a cargo das lideranças locais.

Aspecto que se mostrou relevante foi a informação através dos meios de comunicação digital (televisão e celulares), que contribuem para que o **Nível de organização** se apresentasse com relativa importância. De certa forma, isso tem potencializado o maior acesso às informações. O envolvimento no Sindicato e Associação local conferiu alto desempenho das lógicas de maior inserção no mercado nesse indicador.

Na **Capacidade de trabalho familiar**, de maneira geral, os agro ecossistemas familiares obtiveram desempenho alto. Em certos agro ecossistemas a *contratação de mão de obra* foi identificada para limpeza do açaizal e apanha do fruto de açaí, assim como para serviços de preparo de roça, o que tem demandado a contratação de mão de obra por algumas famílias (Agro ecossistema Familiar 17). As famílias que estão iniciando projeto de piscicultura demandam maior contratação de trabalho para construção dos tanques (Agro ecossistema Familiar 02). Santos, Sieber e Falcon (2014) ressaltam que a gestão da atividade de piscicultura é complexa demais para as famílias, e que em alguns casos não coaduna com a autonomia das mesmas. Há, portanto, limitações na *capacidade de cobrir a demanda interna* de trabalho nos agro ecossistemas que desenvolvem conjuntamente o manejo sistemático de açaí e a piscicultura (Figura 4).

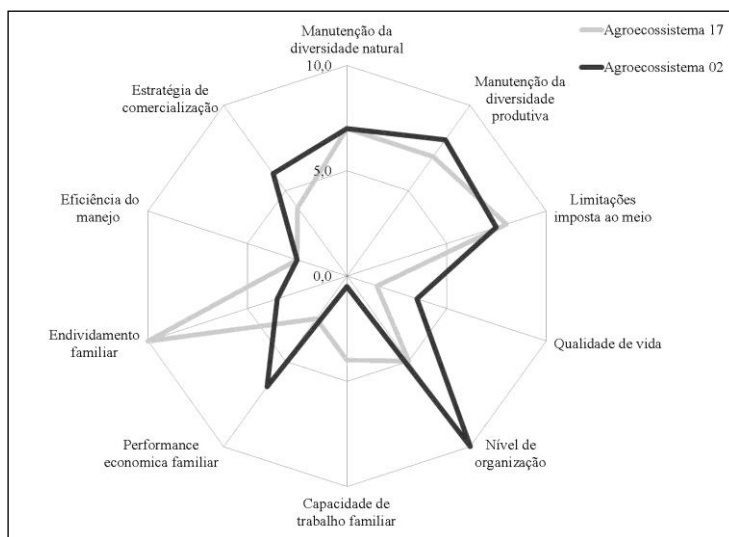


Figura 4 – Aspectos sociais em Agro ecossistemas familiares.

Fonte: Carvalho (2013).

O *trabalho fora do lote* é basicamente no funcionalismo público (agente de saúde, professor, condutor de transporte escolar). Trabalhos de construções de casa e embarcações também foram identificados, sendo considerados como forma de trabalho externo ao agro ecossistema familiar. Ressalta-se que a troca de trabalho é uma atividade peculiar entre os agroextrativistas, principalmente na lógica com forte elemento extrativista. Os agroextrativistas relataram que têm como dias de descanso os sábados e domingos. Todavia, o trabalho é diário, sendo que os dias de descanso não são bem definidos.

4.2.3. A dimensão técnico-econômica nos agro ecossistemas familiares

O **Desempenho da economia familiar** foi marcado pela significativa importância das rendas não agrícolas (Agro ecossistema 09). As rendas oriundas do serviço público e benefícios sociais, como aposentadorias e políticas de compensação social (Bolsa Família e Bolsa Verde), adquiriram relevante ponderação sobre a renda familiar. Foi observado que a produção para o autoconsumo está perdendo sua importância, uma vez que a maior parte dos alimentos é adquirida fora do estabelecimento agrícola familiar. O feijão, arroz e charque são comprados no comércio da cidade de Curralinho ou nos estabelecimentos comerciais da própria comunidade e redondezas. O açaí, o pescado, a caça e a farinha (ora produzidos ora adquiridos através de compra), juntamente com os itens acima, são os alimentos consumidos diariamente pelas famílias.

No estudo, predominaram famílias que possuem algum tipo de dívida contraída. As dívidas locais, crédito consignado e crédito oficial agrícola apresentaram uma participação importante na formação da renda familiar. Esse **Endividamento familiar** refletiu o momento de investimento pelo qual passam principalmente os agro ecossistemas familiares com maior inserção no mercado (Agro ecossistema 07). A compra de alimentos, limpeza do açaizal, construção de tanques de piscicultura e construções de casas novas são exemplos de atividades onde estão sendo aplicados os recursos financeiros adquiridos por meio do endividamento da família (Figura 5).

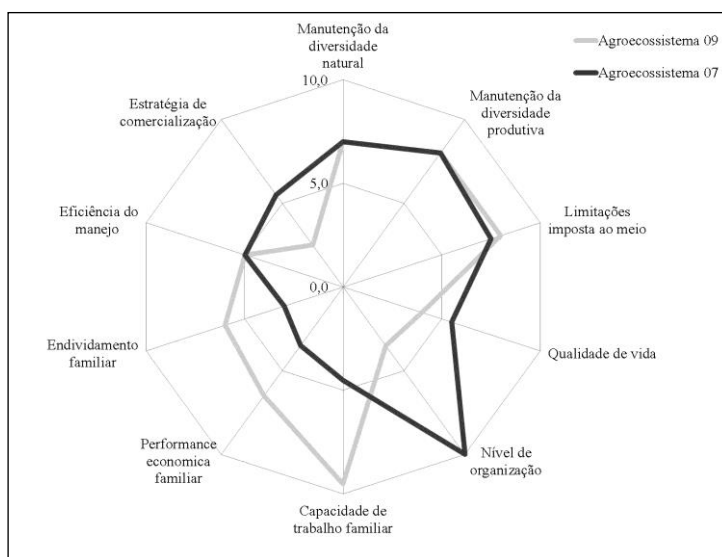


Figura 5 – Desempenho técnico-econômico.

Fonte: Carvalho (2013).

Observando o desempenho da **Eficiência do manejo** nos Agro ecossistemas Familiares, notou-se que as intervenções realizadas para obter

produção de frutos de açaí (manejo sistemático) mostraram que as ações de limpeza do açaizal promovem aumento de *rendimento físico médio*⁸. Onde houve intensas intervenções de limpeza do açaizal, desconsiderando as relações ecológicas do sistema local, se detectou *perda de rendimento físico* desse produto. A intensa insolação causou perdas de rendimento na produção de açaí devido à seca dos frutos maduros. Fato identificado pelos agroextrativistas que procuraram reverter a tempo esse processo, mantendo o sistema, diversificando com as diferentes espécies naturais do local. A proporção da perda observada sobre o rendimento físico médio revelou, de maneira geral, o domínio que os moradores da Boa Esperança possuem sobre as práticas de manejo que desenvolvem.

A *sazonalidade* da produção de açaí (safra: junho a dezembro; e entressafra: janeiro a maio) foi fator encontrado como determinante no preço do produto. Isso exigiu que diferentes **Estratégias de comercialização** fossem adotadas. A possibilidade de utilizar o período de entressafra do açaí para comercialização do produto seria estratégia importante para alcançar melhores preços, tendo em vista que a oferta do produto é menor. O que se verificou durante a abordagem foi que essa prática é esporádica, realizada pelas famílias que intensificam o trabalho de manejo do açaizal e, assim, aumentam o período de produção para meses iniciais da entressafra.

De maneira geral, a Comunidade demonstrou aspecto favorável de *associativismo*, utilizando essa estrutura para comercializar a produção de açaí e negociar melhores preços com os atravessadores de outros municípios. Essa estratégia é maior nas lógicas com maior inserção no mercado. Também, diversos *canais de comercialização* foram identificados. Além da venda através da associação da Comunidade, os produtos são vendidos para atravessadores locais e de outras comunidades aos redores, vendida no porto da casa e, raras vezes, na cidade de Curralinho. Segundo as famílias não é seguro vender por esse canal por não se ter certeza de quando a oferta será grande ou pequena no porto da cidade, condição que determina se o preço do produto será bom ou ruim para as famílias. Isso demonstrou certo conhecimento de mercado por parte dos agroextrativistas.

A avaliação da sustentabilidade multidimensional nos Agro ecossistemas Familiares na Comunidade Boa Esperança ajuda-nos a refletir sobre o envolvimento de famílias e instituições que promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável na região do Marajó. Nota-se que existe o esforço por parte dessas instituições em inserir os agroextrativistas ao mercado formal como forma de superar o estado de pobreza que permeia as famílias agroextrativistas. Além disso, essas instituições, Governamentais e ONGs, fortalecem a ideia de consolidação de sistemas de produção de base técnica, entendendo que a prática do extrativismo encontra-se em crise, e não possibilita a superação da difícil situação socioeconômica.

Fato que também merece um pouco mais de reflexão é a proposta que essas instituições têm em intensificar a produção em apenas um produto. Afirma-se que a especialização no manejo do açaí poderá trazer complicações para as formas familiares agroextrativistas, pois desconsidera as formas diversificadas que as famílias amazônicas comportam.

4.3. O avanço da especialização nos açaizais nativos e a autonomia extrativista

Parte-se da seguinte ideia: as lógicas familiares na Amazônia estão alicerçadas em sistemas de produção diversificados, integrados entre si e cada vez

⁸Importante frisar que o ganho desse rendimento está relacionado também com o ambiente e tamanho dos agro ecossistemas familiares e suas lógicas produtivas.

mais aperfeiçoados para o enfrentamento a contextos socioeconômicos e ambientais instáveis (SILVA, 2008). Além disso, seguindo o estudo teórico de Wanderley (1996), uma característica fundamental nas lógicas familiares é a capacidade de se adaptar a contextos socioeconômicos diferenciados, podendo, de acordo com cada contexto, acontecer transformações no modo de produzir e de viver dessas famílias. Esses são referenciais interessantes para analisar o envolvimento entre famílias amazônicas e ações de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As ações de instituições de Desenvolvimento Rural Sustentável, baseadas em concepções modernas de gestão sustentável do meio natural - racional-produtivista (EHLERS, 1999; GONÇALVES, 2011), têm favorecida uma concepção sobre uso do espaço que toma como fator relevante a finalidade de explorar racionalmente o fruto do açaí, produto florestal não madeireiro que tem promovido o desenvolvimento econômico das famílias agroextrativista na Amazônia.

O envolvimento de lógicas familiares e intervenções de desenvolvimento exigem conformidade entre as partes, para que as transformações geradas sejam construídas com base em capacidades endógenas. Para tal, Silva (2014) diz ser necessária uma simetria entre o conhecimento científico e o experiencial das famílias para melhorias na qualidade de vida no meio rural. Para tanto seriam necessários diálogo e cooperação para se encontrar rumos favoráveis na construção de conhecimentos. Todavia, as dificuldades são tamanhas para atingir essa equidade, pois a tradição cultural, a linguagem e a comunicação são diferentes umas das outras.

Diante do envolvimento dessas famílias nas ações de Desenvolvimento Rural, configura-se um arranjo territorial com base na valorização econômica do fruto de açaí. Isso tenciona para que esse vegetal se apresente de maneira homogênea na paisagem de agro ecossistemas familiares. Dessa forma, observa-se então um processo controverso dentro das estruturas familiares dessa região da Amazônia. Controverso por considerar que a dinâmica das famílias agroextrativistas do Marajó está sobre a diversidade – extrativismo de camarão, peixe, caças, açaí, bacaba, farinha, por exemplo – porém, atualmente existe tendência à especialização por conta de um produto que se destaca economicamente. Nesse sentido, indica-se que a autonomia das famílias tem apresentado alterações em relação a sua forma anterior – ou seja, anteriormente mais inserida no extrativismo e atualmente consolidando-se em sistemas produtivos baseados no manejo de açaí nativo. Isso, porém, seria uma estratégia momentânea encontrada pelas lógicas familiares de produção para superar instabilidades socioeconômicas, como argumenta Wanderley (1996).

O mercado consumidor regional, todavia, aumenta cada vez mais sua demanda na medida em que há crescimento populacional nos centros urbanos amazônicos. Assim, a tendência pela especialização no sistema produtivo baseado no manejo do açaí nativo deve-se em parte a esta forte aceitação mercantil que esse fruto vem recebendo nas últimas décadas. Além de sua origem florestal não madeireira, revestido de marketing de produto natural e praticado por famílias tradicionais da Amazônia, possui melhor aceitação no mercado nacional e internacional em relação aos anos anteriores.

O avanço da especialização produtiva na cultura do açaí, portanto, é um aspecto que demonstra que a autonomia dessas famílias está em momento de conflito perante sua forma diversificada e mais dependente do meio natural. Ao mesmo tempo em que a especialização no fruto de açaí permite garantir o consumo e venda - formando renda para superação de contextos socioeconômicos

desfavoráveis, as famílias poderão estar em crise com sua forma peculiar, a diversificada no extrativismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar tradicional amazônica é significativa para se refletir sobre o desenvolvimento futuro da região, principalmente pela lógica inerente nesses comportamentos sociais que envolvem conhecimentos ancestrais de uso do meio natural.

Atualmente as lógicas familiares regionais tradicionais têm convivido com ações de instituições que buscam promover o desenvolvimento mais harmonioso com a natureza, contrariando a exploração devastadora de outrora. Com isso, alguns avanços são observados também no discurso governamental, particularmente ao que compete no reconhecimento de direitos sociais. Todavia, mesmo com esses avanços, o que se apresenta como alternativa ainda está baseado no pensamento científico racional de exploração econômica do meio natural.

Um ponto interessante de se ressaltar é a maneira como as famílias se apropriam das informações técnicas e científicas para modelar seus sistemas produtivos. Há um forte processo de coprodução (PLOEG, 2008) que faz com que a agricultura local não se artificialize, pelo contrário. Estão se confeccionando estratégias de desenvolvimento endógenas típicas dessa região da Amazônia através da configuração entre elementos técnicos e autóctones, que permitem uma sustentabilidade local desejável pelas famílias.

A relação das famílias agroextrativistas amazônicas com instituições e políticas que promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável revela a superação sobre a lógica devastadora do meio natural, ao mesmo tempo em que prioriza o investimento na exploração econômica dos produtos florestais não madeireiros. Dessa maneira, nota-se a intensificação em atividades rentáveis que direciona os agroextrativistas à especialização na produção, neste caso analisado, de açaí, fruto que apresenta crescente mercado consumidor. Portanto, a razão técnica produtiva predomina na prática das ações institucionais que promovem o desenvolvimento regional. Além disso, a especialização produtiva é aspecto que demonstra que a autonomia dessas famílias passa por momento de conflito com sua forma diversificada e mais dependente do meio natural.

Um aprofundamento sobre estes aspectos considerados seria relevante em pesquisas futuras.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. P. **Adaptações de agroecossistemas familiares às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental no município de Curalinho, Marajó, Pará.** 2013. 110f. Dissertação (mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém, 2013.

CARVALHO, J. P.; SILVA, L. M. Lógicas agroextrativistas em contextos de mudanças socioeconômicas no arquipélago do Marajó (Pará), Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2015.

CARVALHO, J. P.; SILVA, L. M. Adaptação da ferramenta MESMIS a um contexto agroextrativista amazônico. **Cadernos de Agroecologia**. V. 8, n. 2, p. 6, 2013.

COSTA, F. A. **Formação rural extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 – 1970). Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, 2012. p. 154.

COSTA, F. A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Ed. da UFPA, 1992. p. 81.

COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém. UFPA/NAEA, 2006. p. 381.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma, 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. p. 19-86.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. In: **Boletim de Ciências Humanas**. Populações, territorialidades e Estado na Amazônia, v. 5, n. 1, p. 59–78, 2010.

GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente** / Carlos Walter Porto Gonçalves, 15. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. (Temas atuais). p. 148.

INSTITUTO PEABIRÚ. Mapa de localização dos rios, braços, furos e ilhas do rio Canaticú, município de Curalinho, Pará. Sistema de Informações Georreferenciadas Marajó Viva Pesca. Disponível em: <http://peabiru.org.br/sigmarajovivapesca/>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

MAGALHÃES, V. N.; MARINHO, J. A. M. Campesinato Ribeirinho e o Extrativismo do Açaí em São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 14, 2010, Porto Alegre - RS. **Anais...** Porto Alegre – RS. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Julho/2010.

MASERA, O. et al. El proyecto de evaluación de sustentabilidad MESMIS. In: ASTIER, Marta; MASERA, Omar; GALVÁN-MIYOSHI, Yankuic. **Evaluación de sustentabilidad**. Um enfoque dinâmico y multidimensional. SEAE./ SIGA/ ECOSR/ CIEco/ UNAM/ GIRA/ Mundiprensa/ Fundación Instituto de Agricultura Ecológica y Sustentable, España, 2008. P. 13-23.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.

NOGUEIRA, A. C. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia, Pará**. 2012. 132f.: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 372.

RESQUE, A. G. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cametá - PA**. 2012. 126f.: Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

SANTOS, I. A.; SIEBER, S. S.; FALCON, D. R. Piscicultura de base familiar como estratégia para o desenvolvimento rural: experiências no estado de Pernambuco. **Extensão Rural**, v. 21, n. 1, p. 9–26, 2014.

SILVA, A. W. Identificando e superando dificuldades na relação cognitiva entre técnico e produtor rural: uma abordagem baseada na “Biologia do Conhecer”. **Extensão Rural**, v. 20, n. 1, p. 37–55, 2014.

SILVA, E. G. **Territorialidades específicas e mudanças fundiárias**: o processo de territorialização dos Monteiros do rio Preto, município de Afuá, Pará. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2013.

SILVA, L. M. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará**. 2008. 203p. Tese (Doutorado) – Universidade de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Pelotas – RS, 2008.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT. 17. Processos Sociais Agrários. **Anais...** Caxambu, MG. Outubro, 1996. P. 21.

PERCEPÇÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO MODELO FEDERADO DE COOPERATIVAS

Diego Neves de Sousa¹
Nora Beatriz Presno Amodeo²
Alex dos Santos Macedo³
Cleiton Silva Ferreira Milagres⁴

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as percepções dos técnicos e dos agentes políticos (dirigentes) das cooperativas pesquisadas acerca da articulação agroindustrial entre Cooperativa Central – Cooperativas Singulares – produtores rurais no Modelo Federado de cooperativas. O estudo foi qualitativo de caráter exploratório-descritivo, utilizando-se de fontes primárias, com o apoio da técnica de entrevistas, além de fontes secundárias. Conclui-se que a Central precisa trabalhar junto aos seus produtores e suas cooperativas associadas, sobre o papel que cada um tem no processo como todo, uma vez que esses atores são simultaneamente donos e fornecedores do empreendimento coletivo. Por isso, a importância de participar ativamente dos negócios da Cooperativa Singular e na própria Central, que trará consequentemente benefícios para todo o sistema. Caso não consigam articular uma eficiente cadeia de valor, o próprio modelo de articulação poderá ser questionado.

Palavras-chave: Modelo Federado de cooperativas, Articulação agroindustrial, Gestão de cooperativas, Comunicação organizacional.

¹Graduado em Gestão de Cooperativas (UFV). Mestrado em Extensão Rural (UFV). Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. E-mail: diego.sousa@embrapa.br

²Graduação em Agronomia (UDELAR). Uruguay. Mestrado em Agricultural and Rural Development (ISS, Holanda). Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRural). Professora Adjunta da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: npresno@ufv.br

³Graduado em Gestão de Cooperativas (UFV). Mestrado em Administração (UFLA). Analista de Desenvolvimento Cooperativo - Sistema OCEPAR. E-mail: alexmacedo.ufv@gmail.com

⁴Graduado em Gestão de Cooperativas (UFV). Mestrado em Extensão Rural (UFV). Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: cleiton.milagres@hotmail.com

PERCEPTIONS ABOUT THE AGRIBUSINESS ARTICULATION IN THE MODEL FEDERATED OF COOPERATIVES

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the perceptions of technical and political leaders of cooperatives surveyed about the joint agribusiness between Central Cooperative - Cooperatives Singles - farmers (Model Federated cooperatives). The study was qualitative, exploratory and descriptive, using primary sources, with the support of technical interviews and secondary sources. In conclusion that Central must work with their producers and their member cooperatives on the role each has in the process, knowing that they are also both owners and suppliers of the collective enterprise. Therefore, the importance of actively participating in the affairs of the Cooperative Singular and of own Central, that consequently will bring benefits to the system. If they can not articulate an efficient value chain, the own model of articulation may be questioned.

Keywords: Model Federated cooperatives, Joint agribusiness, Management of cooperatives, Organizational communication.

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas trazem em si uma grande especificidade na forma de organização, já que atuam simultaneamente como empresas e associações, as quais devem ser igualmente priorizadas para se conseguir uma gestão de êxito (AMODEO, 2006).

Embora existam diversos estudos que analisam a gestão empresarial das organizações cooperativas, uma abordagem ainda pouco estudada refere-se à investigação dos elementos que contribuem simultaneamente para o fortalecimento da gestão social e empresarial.

Uma gestão que enfatiza a perspectiva empresarial é importante para atingir os objetivos econômicos dos seus sócios, mas, também, é de vital importância sua complementação com uma gestão social igualmente enfatizada, a fim de promover uma participação efetiva e eficaz dos associados, implementar a gestão democrática da organização, aprimorar os fluxos de comunicação, divulgar e vivenciar seus princípios, promovendo, dessa maneira, a realização de uma adequada gestão cooperativa.

Entende-se a gestão social cooperativa como um campo de conhecimentos, métodos e práticas que tem como objetivo o desenvolvimento do relacionamento dos cooperados com a cooperativa; desenvolvimento dos sentimentos de pertencimento, identidade, fidelidade e confiança entre os associados e a cooperativa (AMODEO, 2006). Neste contexto, Sousa et al. (2010) mostram que a gestão social é o principal gargalo encontrado na gestão de cooperativas.

Segundo Draheim (1955), um dos fatores que evidenciam a orientação social das cooperativas está relacionado ao conjunto de relações existentes entre agentes que compõem determinado segmento da sociedade que, por sua vez, tendem a configurar um enraizamento social. Sendo assim, a rede de cooperação existente entre os diferentes indivíduos envolvidos na cooperativa, se constitui antes mesmo da criação do empreendimento econômico e pressupõe que, para seu

fortalecimento, haja um eficiente processo de comunicação, que permita maior entendimento e envolvimento entre cooperados e cooperativa, capaz de proporcionar mecanismos de controle e tomada de decisão para atuar no mercado.

Com o apoio de uma eficaz comunicação cooperativa-cooperado se permite articular adequadamente a cadeia de valor promovendo-se melhores resultados econômicos. Neste prisma, gestão social e gestão empresarial seriam duas faces da mesma moeda, ou seja, são complementares e imprescindíveis para uma gestão cooperativa de êxito, como assevera Amodeo (2006). Para que isso se concretize, a cooperativa necessita estar bem gerida de tal modo que os dois tipos de gestão sejam igualmente promovidos, para cumprir com os objetivos das organizações cooperativas.

A comunicação é uma ferramenta estratégica para viabilizar melhorias na gestão cooperativa, o que apresenta desafios específicos quanto às técnicas utilizadas, sobretudo para evitar o surgimento de barreiras que impeçam o desenvolvimento de fluxos de informação entre os públicos envolvidos no empreendimento cooperativo. Assim, por ser considerado um dos maiores problemas encontrados na gestão cooperativa, passa a ser, portanto, tarefa da educação cooperativista encontrar instrumentos de comunicação mais eficientes e adequados à realidade do cooperativismo, como forma de promover melhores resultados.

Segundo Frantz (1983), a realização de um trabalho de comunicação atrelado ao de educação cooperativista é um significativo instrumento a serviço das cooperativas para a eliminação de conflitos, na medida em que oferece aos associados mais possibilidades de articular seus interesses. Além disso, a educação cooperativista tem exatamente o papel de atuar simultaneamente na gestão social e empresarial das cooperativas, com o objetivo de promover melhorias tanto no que se refere ao aumento da participação dos cooperados, quanto na profissionalização da gestão, a fim de fortalecer a sua específica estrutura organizacional. Essa característica do processo comunicativo, por meio da educação cooperativista, pode ser utilizada na capacitação dos sócios, promovendo a participação dialógica e educativa e a busca de equilíbrio entre os interesses dos públicos envolvidos na organização.

No caso das cooperativas agrárias, conforme ilustra os autores Amodeo (2006) e Sousa et al. (2014), a informação direcionada aos produtores rurais associados tende, muitas vezes, a ser controlada pelos dirigentes, uma vez que os cooperados não se reconhecem como donos do empreendimento coletivo e os dirigentes, por serem os representantes legais da organização, têm maiores possibilidades de controlar as informações e alinhá-las aos seus próprios interesses. Esta situação aumenta o risco de comportamentos oportunistas, pois os associados se não tiverem informações da cooperativa, se não a sentem próxima de seus interesses, não reconhecem seu poder de controle, conseqüentemente, não se comprometerão com ela. A fidelização, portanto, depende em parte de como se mantém esta relação nos processos de comunicação.

Nesta perspectiva, para Benecke (1990), o conflito de interesses entre o gestor e os associados é explicitado pela forma como é conduzida a gestão da cooperativa. Se os associados não dão instruções corretas ao gestor sobre como gerir o empreendimento, poderá acarretar problemas como, por exemplo: os associados, considerados como donos e usuários da cooperativa, podem atuar segundo o que consideram favorável para eles; quanto aos gestores, pela estrutura democrática da cooperativa, não será permitido perseguir seus próprios interesses, caso sejam diferentes aos dos associados.

Verifica-se, ainda, segundo informações de Schneider (2003) e de Sousa et al. (2014), que a deficiente realimentação de informações e de comunicação tem dificultado também no fluxo de informações das Cooperativas Singulares com a Cooperativa Central. Esses autores orientam que realizar atividades de educação cooperativista numa perspectiva de ajuda mútua tende-se a obter um bom e eficiente relacionamento entre esses atores sociais.

Além das inúmeras mudanças no mercado, cada vez mais marcado pela competição, as cooperativas estão sendo pressionadas a se unirem a outras, (obedecendo ao princípio da intercooperação) a fim de manterem e/ou expandirem sua participação nos negócios, formando em conjunto uma organização de segundo grau, denominada Central. Este modelo é conhecido como Federado. Dessa forma, a busca por maior eficiência e eficácia é que tem provocado à predominância de estruturas verticalizadas de produção.

Neste sentido, Gimenes (2004) salienta que o cenário da atual economia mundial se apresenta para as cooperativas sob a forma de uma permanente contradição, qual seja, a de manter uma empresa competitiva, capaz de enfrentar multinacionais de grande porte que conquistam seus mercados e, concomitantemente, atender às necessidades dos seus associados, mas nem sempre conseguindo fazer as duas coisas eficientemente.

Formam-se, assim, estruturas verticalizadas, que permitem eficiência de escala e de escopo, onde as decisões nas organizações superiores (Cooperativa Central) estão sustentadas por instâncias de decisão também das bases (Cooperativas Singulares filiadas à central e seus associados). Geralmente, os critérios de decisão das Centrais requerem complexos conhecimentos sobre o funcionamento do sistema agroindustrial, enquanto o conhecimento das cooperativas e produtores está focado nas questões atinentes à produção primária. Assim, existem dois raciocínios distintos que devem ser harmonizados, o global e o local. Ou melhor, o da produção industrial e da produção primária, para o qual a comunicação passa a ter papel fundamental.

Desse modo, a Cooperativa Central precisa gerir economicamente seus negócios também sob a lógica do sistema agroindustrial, vinculando estrategicamente as Cooperativas Singulares, bem como viabilizando de forma adequada à gestão social, com consulta, participação e decisão junto ao quadro de associadas. O fim último seria o bem-estar e a qualidade de vida do produtor cooperado.

Geralmente, a Central gerencia uma agroindústria sofisticada, que concorre no mercado com as principais multinacionais do segmento, o que demanda não só capital, mas também, planejar estratégias globais, decisões bem informadas e, principalmente, de produtores que forneçam matéria prima de qualidade e nas condições que a Central necessita para atender seus clientes, mercado este cada vez mais exigente e em transformação. Porém, os produtores se relacionam com as Cooperativas Singulares e não diretamente com a Central, o que exige delas um papel essencial nessa articulação, com especial atenção ao processo de comunicação, ou seja, no modo de transmissão das mensagens.

Em conformidade com o modelo de gestão característico das cooperativas, o importante é que se busque realizar a decodificação da mensagem direcionada entre administração da cooperativa e quadro social organizado – e também no sentido inverso –, em instâncias democráticas de discussão, no intuito de auxiliar na tomada de decisões estratégicas, que atendam, de fato, às reais necessidades dos associados, bem como às intenções competitivas da cooperativa. Isto pode ser possível com práticas de comunicação que assegurem um eficaz caminho de ida e volta da informação, atendendo aos interesses da organização e dos públicos,

denominadas de comunicação simétrica ou de mão dupla, conforme assinala Byers (1997).

Face aos avanços de novas ferramentas comunicacionais no ambiente organizacional, impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, além das exigências do modelo de governança cooperativo, uma forma adequada de relacionar e gerir o modelo federado de cooperativas precisa ser pensada, entendendo como se estruturam os fluxos de informação na gestão desse modelo. Nesse sentido, a comunicação passa a cumprir um papel essencial na articulação dos diferentes níveis da organização (produtores - Cooperativas Singulares - Central), para que nessa estrutura federada, atue de forma articulada e não concorra por recursos ou se enfrente diretamente, tirando a potencialidade competitiva da integração vertical cooperativa.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a percepção dos técnicos e dos agentes políticos (dirigentes) das cooperativas pesquisadas acerca do processo de comunicação na articulação agroindustrial entre Cooperativa Central – Cooperativas Singulares – produtores rurais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente foi realizado um estudo de caso de um modelo federado de cooperativas de leite, utilizando-se de fontes primárias, com o apoio da técnica de entrevistas, além de fontes secundárias. O estudo foi qualitativo de caráter exploratório-descritivo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2007), o estudo de caso é construído por meio de um levantamento mais profundo de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos, além disso, reúne o maior número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa com o objetivo de apreender uma determinada situação e descrever a complexidade de um fato.

As fontes primárias foram obtidas por meio de dois grupos de informantes dos agentes políticos (Dirigentes do Conselho Administrativo ou do Conselho Fiscal) e os comunicadores da Cooperativa Central e das Cooperativas Singulares.

O tipo de amostragem das Cooperativas Singulares filiadas à Cooperativa Central foi de caráter intencional. Fizeram-se dez entrevistas semi-estruturadas durante a pesquisa de campo, em dezembro de 2010, com colaboradores da área de comunicação da Central (2) e das cooperativas singulares (2) e com presidentes ou representantes das mesmas na Central (6), em que oito eram homens e duas mulheres. Estas duas informantes eram funcionárias da área de comunicação. Sobressaindo, nesta pesquisa, a predominância masculina no que se refere aos informantes, já que todos os agentes políticos (dirigentes) de cooperativas eram homens.

Todos os informantes possuíam nível superior completo, seis eram presidentes de Cooperativas Singulares, a metade dos quais atuavam no Conselho Administrativo ou no Conselho Fiscal da Cooperativa Central. Os outros quatro informantes eram comunicadores, a metade trabalhava na Central e a outra metade nas Cooperativas Singulares, as quais contavam com um departamento de *marketing* ou assessoria de relacionamento com o produtor. Ou seja, das seis cooperativas analisadas, apenas duas possuíam uma área de comunicação instituída e/ou formalizada. Isso explica por que não se realizaram entrevistas com comunicadores nas outras quatro cooperativas.

Para garantir que a identidade dos entrevistados não fosse revelada foi feita a opção de identificar os presidentes de cooperativas com letras e os comunicadores com letras das respectivas cooperativas, acrescido de números.

Assim, no decorrer do estudo, se faz referências às seis Cooperativas Singulares (A, B, C, D, E, F), da Cooperativa Central (G) e dos comunicadores (A-1, E-2, G-1 e G-2).

Quadro 1 – Perfil dos informantes.

Identificação do informante	Cargo do informante	A cooperativa trabalha com outros produtos, além do leite	Observações da cooperativa
A	Presidente de Cooperativa Singular e Conselheiro Fiscal da Central	Sim	Realiza OQS ⁵
A-1	Assessor de comunicação	Sim	
B	Presidente de Cooperativa Singular e Conselheiro Administrativo da Central	Não	Gestão Virtual ⁶
C	Presidente de Cooperativa Singular	Sim	Realiza OQS
D	Presidente de Cooperativa Singular e Conselheiro Administrativo da Central	Não	Realiza OQS
E	Presidente de Cooperativa Singular	Sim	
E-1	Gerente de <i>Marketing</i>	Sim	
F	Presidente de Cooperativa Singular	Sim	
G-1	Coordenador da assessoria de relacionamento com o produtor da Central	Não	
G-2	Jornalista da assessoria de relacionamento com o produtor da Central	Não	

Fonte: Dados da pesquisa.

O tempo das entrevistas variou entre vinte minutos a aproximadamente uma hora de duração, de acordo com o interesse e o volume de informações que cada um dos informantes apresentou ao responder as treze questões semi-estruturadas do roteiro, as quais estavam organizadas em dois blocos. O primeiro bloco de perguntas buscava caracterizar e analisar a realidade da comunicação organizacional no Sistema encabeçado pela Central e seu relacionamento com as Singulares. E o segundo bloco objetivou entender como se dá o processo de comunicação na perspectiva da articulação agroindustrial na integração vertical de cooperativas. Para tanto, a entrevista explorou temas afins como os benefícios da associação em rede, facilidades e dificuldades do modelo federado de cooperativas, educação e comunicação cooperativista e extensão rural.

⁵Na OQS – Organização do Quadro Social, os associados se reúnem de forma periódica e sistemática, e que têm como objetivo ser uma “ponte de ligação” entre o quadro social e o quadro dirigente da organização cooperativa para nivelamento de informações e levantamento de demandas.

⁶A gestão virtual não utiliza de estrutura física para o funcionamento da cooperativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das mudanças ocorridas na última década, na coleta do leite, a Cooperativa Singular não mais responde pelo mercado de leite no modelo federado de cooperativas. Neste momento é de responsabilidade da Cooperativa Central tanto coletar o leite nas propriedades quanto fixar o seu preço.

Sobre o preço do leite, é importante que não haja grande disparidade dos valores praticados pela cooperativa no mercado em relação aos seus concorrentes. O produtor rural demanda sempre esta informação, pois quer fazer comparação com as demais empresas de laticínios do mercado local, para verificar se está se beneficiando com a entrega do seu leite à Central. Segundo o informante E, quando o produtor percebe que o preço do leite está abaixo do estipulado pelo mercado, não manifesta descontentamento diretamente com a Cooperativa Singular, mas salienta que a cooperativa se encontra numa situação pior, após a filiação à Central. Tal desapontamento do presidente diz respeito à perda de poder da cooperativa, ao deixar de ser intermediária no processo, ficando à margem das decisões críticas.

A opinião dos informantes sobre o papel da Cooperativa Singular na articulação produtor-singulares-central é que as Cooperativas Singulares, devido a sua proximidade com seus associados, lhes fornecem informações, assistência técnica, lhes facilitam o acesso a insumos a preços diferenciados e lhes assessoram na resolução de seus problemas.

Nós somos o mensageiro [Cooperativa Singular], a instituição que orienta, que norteia o produtor a partir do momento que a gente recebe as informações dos produtos, sobre as tendências. Estamos lá no meio do caminho entre o produtor e a Central para levar essas informações. No caminho inverso, a gente tá trazendo as reivindicações dos produtores até a Central que enriquece a relação no sistema (Relato do informante C).

A cooperativa local precisa existir para o produtor, pois está mais próxima dele, mas não precisa ter tantas cooperativas de pequeno porte soltas numa mesma região (Relato do informante A).

É preciso que as cooperativas se agrupem estrategicamente, de forma que o produtor esteja mais próximo, ficando amparado por uma organização forte, em especial, no momento em que houver algum problema na gestão. Em outras palavras, se a Central está distante e não tiver uma organização mais próxima à qual o produtor possa recorrer para solucionar algum problema que porventura ocorra, provavelmente, ficará insatisfeito com o sistema cooperativo. No entanto, não se justificaria a existência de tantas Cooperativas Singulares, pois acarretariam maiores custos para si e para o próprio sistema. Deve-se mencionar aqui que as melhorias na infra-estrutura e meios de transporte, assim como nas comunicações, encurtaram distâncias e superaram o isolamento de muitos lugares.

A título de exemplo, uma das cooperativas pesquisadas adota o modelo de gestão virtual, que lhe permite ter custos enxutos que, por sua vez, não são uma carga para o produtor e contribuem para potencializar a verticalização produtiva. Um ponto negativo deste formato organizacional é que os associados, talvez tenham menores possibilidades de participar nas instâncias da cooperativa, por maiores

dificuldades de se identificar com a mesma e desenvolver seu senso de pertencimento, até pela falta de sede e pessoas com as quais interagir.

Deste modo, coloca-se em discussão se o modelo federado seria o mais adequado. Foi unânime a opinião dos entrevistados da predominância na Central da gestão empresarial sobre a gestão social, o que contraria a dupla natureza cooperativa. Essa dificuldade também é sentida pelo comunicador A-1 ao explicar que “a grande dificuldade na gestão cooperativa é conseguir realizar ao mesmo tempo uma boa gestão empresarial com uma excelente gestão social”. Para mais esclarecimentos Sousa et al. (2010) explicam que uma gestão que enfatiza a perspectiva empresarial é importante para atingir os objetivos econômicos dos seus sócios, mas também é de vital importância sua complementaridade com a gestão social, a fim de promover uma participação efetiva e eficaz dos associados, implementar os valores organizacionais, divulgar e vivenciar seus princípios, realizando, assim, a adequada gestão cooperativa.

Em se tratando do relacionamento da Central com os produtores, na percepção dos informantes A e B pode ser observada uma considerável evolução, principalmente com a nova gestão da Central que implantou o setor de comunicação direcionado de forma consistente ao produtor, possibilitando o envolvimento e maior fluxo de informações entre dirigentes e cooperados. “Isso é que deve ser feito para que o produtor se sinta dono do sistema, mas não é uma tarefa fácil”, diz o informante A.

Os informantes, quando questionados em relação às estratégias adotadas para que o produtor entenda as exigências do mercado, como forma de fornecer leite de padrão adequado, explicaram que o principal ponto de discussão é a respeito da qualidade do leite conduzida nas capacitações realizadas por meio dos técnicos durante o serviço de assistência técnica nas propriedades rurais. Entretanto, os presidentes ponderam que realizam este trabalho apenas com os produtores que querem entrar neste nicho de diferenciação do produto, deixando de lado os que não têm interesse nessa orientação. Na concepção do informante G-1, o consumidor educa a cadeia produtiva porque “dá os sinais”, a Central interpreta-os e junto as Singulares trabalha o perfil produtivo do cooperado. O trabalho é embasado nos dados obtidos por meio de levantamento de diferentes mecanismos, como pesquisa de satisfação do consumidor, junto a supermercados e da atenção dispensada às tendências do mercado, na qual os técnicos realizam visitas internacionais às fábricas agroindustriais para conhecer novos processos e produtos.

Além disso, reconhecem que tanto a Central quanto a Singular têm muito que investir na área de comunicação para transferência de tecnologia, vista a dificuldade de acesso e aceitação de novos conhecimentos técnicos pelos produtores rurais. Segundo os relatos, os produtores não acreditam que o seu investimento em melhores tecnologias possa ser compensado no futuro.

No caso das cooperativas A, D e F, que implementam programas de Organização do Quadro Social, pode-se constatar a evolução graças a implantação desta ferramenta de comunicação. A percepção é de que a informação é transmitida mais rapidamente, através das reuniões nas comunidades, contando com a participação de algum técnico extensionista da cooperativa. Isso permite que o técnico esteja mais próximo e sinta as necessidades das comunidades, assim como permite a troca de saberes entre o técnico e os produtores rurais nesse processo de intervenção para o desenvolvimento.

Dos presidentes das Cooperativas Singulares entrevistados, metade (três) criticou de algum modo, o atual modelo federado de cooperativas, seja pelo seu sentimento de exclusão do processo de captação de leite, pela perda de vínculo com

o produtor e pelo maior custo de manutenção do modelo. A primeira crítica está ligada à exclusão da Cooperativa Singular na captação de leite. Conforme salienta o informante C, a Central tirou autonomia e participação na coleta de leite.

Ficamos só com a parte ruim do negócio. Nesta hora eu me rebelo porque se o caminhão não vai buscar o leite do produtor, ele [Cooperado] liga para gente, como presidente, e não para o técnico da captação da Central (Informante C).

Outra opinião a este respeito manifesta também a preocupação quanto à recente estrutura de captação do leite. O entrevistado revela que esta mudança aponta para resultados negativos para a Cooperativa Singular, devido à perda do vínculo com o produtor, sendo agora uma relação quase que meramente comercial. Também não vê diferenças impactantes no ganho do produtor antes e depois da mudança, somente a Cooperativa Singular perdeu por não ser mais intermediária do processo. Apesar das críticas de parte dos presidentes, estes manifestam que o atual modelo está adequado, porém precisa efetuar alguns ajustes no sentido de introduzir maior harmonia e equilíbrio nas relações entre produtores, Cooperativas Singulares e a Central.

Já a última crítica refere-se às maiores despesas do que resultados gerados, a partir de sua filiação e entrega de leite à Central. É relatado por um dos entrevistados o caso do gasto de energia. O valor que a cooperativa F recebe pelo leite, entre R\$14.000,00 e R\$15.000,00, não seria suficiente para pagar a conta de energia elétrica da estrutura utilizada pela cooperativa no mês. Acrescenta ainda que eles têm duas funcionárias dedicadas a atender e resolver assuntos ligados a Central. Ele questiona o valor recebido pela Singular por realizar essas tarefas. Afirma que o retorno é muito pequeno para a cooperativa, ainda mais considerando que 40% a 50% do seu tempo é destinado para resolver os problemas oriundos da Central.

É o produtor ligando e reclamando que a fazenda está sem luz, que o carreteiro não foi buscar o leite, que o tanque dele estragou e que temos que mandar um caminhão para buscar a produção dele (Relato do informante F).

Neste sentido, o mesmo presidente admite que as Cooperativas Singulares teriam que ser melhor remuneradas pelo trabalho que desempenham. Relata que existem cooperativas que não recebem nem R\$2.000,00 ao mês por todo o trabalho de articulação com a Central.

Isto tem que ser mudado, tem que se estudar uma forma das cooperativas serem remuneradas por isto, tanto é que se você fizer uma análise hoje dos balanços das cooperativas, talvez 50% das cooperativas estão com problemas e que mais cedo ou mais tarde vão fechar (Relato do informante F).

Esses apontamentos, de fato, podem acabar distanciando a Cooperativa Central dos cooperados. Assim, geram-se algumas consequências, como o não sentimento de pertencimento e o reconhecimento da Central por parte dos cooperados como sendo sua. Ou seja, os que não se sentem donos da Central podendo ocasionar infidelidade, como consequência, enviar sua produção a outra agroindústria que não seja do sistema federado. Segundo relato do informante A-1 “é um perigo quando as Centrais ficam muito grandes e estão muito distantes do

produtor”. A Central deve ter orientação para o mercado, visando satisfazer seus consumidores, mas sem perder de vista o ativo mais importante da cooperativa – os seus associados – através de esforços de comunicação e fidelização (CHADDAD, 2007).

Alguns presidentes chegam ao consenso de que a cooperativa só poderá sobreviver quando tiver como suporte o laticínio, a fábrica de ração e o posto de gasolina, ou seja, é necessário ter rendas extras. O informante D acredita que o leite não representa muito para a cooperativa, pois disponibilizam assistência técnica para que os produtores aumentem a qualidade e produtividade do seu leite, mas que diretamente isto não os favorece economicamente, somente à Central e aos produtores rurais, dado o investimento realizado e a falta de retorno, por parte da Singular. Ele ameniza seu relato ao se posicionar a favor das vantagens da Central coletar o leite. Afirma que, no caso de sua cooperativa, que continua industrializando parte do leite, se fosse iniciar agora a captação, iria escolher os produtores que apresentassem determinados requisitos, isto é, seriam selecionadas as propriedades de acordo com o volume e qualidade da produção e da localização geográfica. Deste modo, caso isso ocorresse, a cooperativa estaria indo contra os princípios e valores cooperativos que as qualificam e as diferenciam das demais organizações, pois estaria diferenciando os associados e, até, excluindo os de pequeno porte.

Em síntese, o modelo federado de cooperativas é considerado pelos entrevistados o mais adequado para o momento, mas seriam precisos ajustes. Nesta direção, o primeiro ponto diagnosticado foi o distanciamento entre Central e produtores. A solução proposta foi criar uma assessoria na Central para tratar exclusivamente a comunicação com o produtor. O segundo ponto foi entender o que o consumidor de lácteos deseja, para então articular esses interesses com os envolvidos no processo. A solução proposta foi capacitar os produtores para que desenvolvesse a matéria prima (leite) segundo o que consideram o mais adequado para o mercado.

Portanto, a Central teria a difícil tarefa de articular os interesses do complexo agroindustrial do leite, juntamente com os interesses das Cooperativas Singulares e dos produtores quanto à produção *in natura* do leite. Isto é, as decisões da Central devem levar em consideração antes de tudo as decisões da base e as suas efetivas demandas. Devido a este fator, a Central precisa trabalhar junto aos seus produtores e suas cooperativas associadas, sobre o papel que cada um tem no processo todo, uma vez que eles também são donos e fornecedores, ao mesmo tempo, por isso a importância de participar ativamente dos negócios da Cooperativa Singular, e na própria Central, o que trará conseqüentemente benefícios para todo o sistema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo federado de cooperativas requer uma forma adequada de estruturar os fluxos de informações, frente à dificuldade em articular os interesses da produção primária de grande número de produtores, da organização produtiva por parte das Cooperativas Singulares, juntamente com os interesses agroindustriais da Central. Encontram-se nesta articulação diferentes processos de comunicação simultâneos e relacionados que precisam harmonizar interesses, demandas e exigências desses três níveis de instância, numa adequada escolha de canais e de mensagens. Assim, têm mensagens bem diferentes a serem transmitidas aos específicos públicos envolvidos, até mesmo no controle de uma determinada informação.

No geral, houve certas críticas quanto ao atual modelo federado de cooperativas, seja pelo sentimento de exclusão do processo de captação de leite, pela perda de vínculo com o produtor ou pelo custo de manutenção do modelo. Porém, consideram-no o mais adequado para o momento, precisando apenas de alguns ajustes para minimizar os problemas supracitados. Reconhecem os esforços das cooperativas Singulares que oferecem garantias e apresentam-se como vantajosas à coleta de leite pela Central e sua posterior industrialização. Devido a esses fatores, a Central precisa trabalhar junto aos seus produtores e suas cooperativas associadas, sobre o papel que cada um tem no processo como todo, uma vez que eles também são, simultaneamente, donos e fornecedores. Por isso, a importância de participar ativamente dos negócios da Cooperativa Singular e na própria Central, que trará consequentemente benefícios para todo o sistema. Caso não consigam articular uma eficiente cadeia de valor, o próprio modelo de articulação poderá ser questionado.

5. REFERÊNCIAS

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P; ALIMONDA, H. (Orgs) **Ruralidades: capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV, 2006, p. 151-176.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico dos países do terceiro mundo**. Porto Alegre: Coojornal, 1990.

BYERS, P. Y. The process and perspectives of organizational communication. In: BYERS, P. Y. (Org). **Organizational communication: theory and behavior**. Boston: Allyn and Bacon, 1997, p. 3-38.

CHADDAD, F. R. Cooperativas no Agronegócio do Leite: mudanças organizacionais e estratégias em resposta à globalização. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 9, n. 1, p. 69-78, 2007.

DRAHEIM, G. **Die Genossenschaft als Unternehmungstyp**. Goettingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1955.

FRANTZ, W. **Comunicação e educação em cooperativas: retrospectiva histórica e importância atual**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 13, n. 39, 1983.

GIMENES, R. M. T. **Agribusiness cooperativo: viabilidade econômica da abertura direta do capital pela emissão de debêntures**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – Santa Catarina, 2004.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUSA, D. N. et al. Influências da educação cooperativista na gestão de cooperativas agrárias do estado de minas gerais. In: 48 Encontro da Sociedade

Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande-MS. **Anais**. Campo Grande: UCDB, 2010.

SOUSA, D. N; AMODEO, N. B. P; MACEDO, A. S; MILAGRES, C. S. F. A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 495-514, 2014.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativista: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativista e suas práticas**. Brasília: Unisinos, p. 13-58, 2003.

UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES A PARTIR DA PLURIATIVIDADE

Isadora Wayhs Cadore Virgolin¹
Clayton Hillig²
José Marcos Froehlich³

RESUMO

Neste artigo trata-se da pluriatividade a partir de um estudo realizado com onze agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a atividade de reciclagem na Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do estudo foi analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos, tomando em consideração a vinculação destes à Cooperativa. A pesquisa se caracterizou como qualitativa do tipo descritiva. Os dados empíricos foram coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstraram que o ambiente social a que se integram os agricultores vem sofrendo transformações significativas oferecendo alternativas de trabalho, às quais os agricultores se engajam, redimensionando as condições de reprodução social. Verificou-se que a conciliação do trabalho agrícola com outra atividade tem engendrado novos sentidos do trabalho para o agricultor. Estes sentidos extrapolam o aspecto econômico, relacionando-se ao âmbito das relações familiares, da sociabilidade, dos papéis sociais, da autonomia dos trabalhadores, da função social das atividades de trabalho entre outros. Também se evidência pelo pesquisador um sentido negativo da atividade laboral para os sujeitos em função da sobrecarga de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho, Pluriatividade, Sentidos, Agricultura Familiar.

A STUDY ON THE WORK DIRECTIONS FOR FARMERS FAMILY FROM PLURIACTIVITY

ABSTRACT

This treatment article of pluriactivity from a study with eleven farmers that combine agricultural activity with the recycling activity in the Cooperative of Recyclers of Organic and Inorganic Chemicals, located in the rural municipality of Santa Cecília in South Northeastern State of Rio Grande do Sul. The overall objective of the study was to analyze the meaning of work for pluriactive family farmers, taking into account the

¹Graduada em Serviço Social. Mestra em Extensão Rural (UFSM). Doutoranda em Extensão Rural (PPGExR/UFSM). Docente na Universidade de Cruz Alta. Email: isadoravirgolin@yahoo.com.br

²Graduado em Medicina Veterinária. Mestre em Extensão Rural (UFSM). Doutor em Sociologia (UFRGS). Docente na Universidade Federal de Santa Maria. Email: hillig@smail.ufsm.br

³Graduado em Agronomia. Mestre em Sociologia (UFRGS). Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ). Pós-doutor em Antropologia Social (Universidade de Sevilha). Docente Universidade Federal de Santa Maria. Email: jmarcos.froehlich@gmail.com

binding of these to the Cooperative. The research is characterized as qualitative descriptive type. The empirical data were collected by conducting semi-structured interviews. The results showed that the social environment that integrate farmers has undergone significant transformations offering alternative work, to which farmers engage, resizing the conditions of social reproduction. It was found that the reconciliation of work with other agricultural activity has engendered new ways of working for the farmer. These meanings go beyond the economic aspect, relating to the scope of family relationships, sociability, social roles, autonomy of workers, the social function of work activities among others. Also evidenced by the researcher a negative sense of labor activity for subjects depending on the workload.

Key words: Work, Pluriactivity, Meanings, Family Agriculture

1. INTRODUÇÃO

O meio rural tem passado, ao longo da história, por significativas mudanças, sobretudo a partir da implantação do modelo de desenvolvimento e de agricultura gestados no interior das sociedades capitalistas industriais principalmente depois do pós-guerra que trouxe uma racionalidade técnico-econômica sem precedentes. Os processos de industrialização, modernização e urbanização inerentes a este modelo e ao modo de produção capitalista passaram a exercer interferência hegemônica sobre as organizações socioeconômicas, sendo então comumente considerados como inevitáveis. Porém, ao privilegiar o crescimento econômico, a aplicação de tal modelo foi responsável, entre outros efeitos, pelo êxodo rural e conseqüente inchaço dos centros urbanos, além de promover em escala crescente a marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população.

Em função dessa realidade, no Brasil, durante a década de 1980, grande parte das reflexões sobre processos em vigência no mundo rural apontava para um quadro crescente de desagregação e esvaziamento, que culminaria com o sua provável decadência (FERREIRA, 2002).

Dado o conjunto de efeitos negativos atribuídos ao modelo produtivista, este foi objeto de fortes questionamentos, especialmente em decorrência da modernização da agricultura. Esta favoreceu a reordenação de formas tradicionais de uso de mão de obra, gerando excedentes da força de trabalho, em outras atividades.

Diante disso, outras potencialidades foram reconhecidas no mundo rural, entre elas espaço de residência, de turismo e de lazer. Uma heterogeneidade de serviços, atividades, ocupação e novas funções, que não se restringem mais aos aspectos de produtividade agrícola, passaram a compor e alterar este espaço.

A diversidade de funções, correspondentes a atividades instaladas no meio rural tem sido denominada de “multifuncionalidade do rural”, expressão que pretende assinalar a mudança a partir da qual o espaço rural deixa de ser entendido apenas como produtor de bens agrícolas, ampliando o campo de suas funções sociais e englobando um conjunto diverso de elementos econômicos, culturais e ambientais. A multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade, que se caracteriza por situações nas quais os indivíduos de famílias domiciliadas no rural passam a combinar o exercício de duas ou mais atividades econômicas, sendo uma delas a agricultura (CARNEIRO, 2008).

A realização de atividades não-agrícolas no meio rural vem historicamente sendo abordada a partir de discussões que utilizam termos como “agricultor em tempo parcial”, “atividades não-agrícolas no meio rural”, “empregos múltiplos”, “fontes de renda diversificadas” e “pluriatividade”. No entanto, a abordagem que toma como referência

este último termo ganha consistência no Brasil, a partir da década de 1990, com Schneider (1994 e 1995), Silva (1999 e 1997) e Kageyama (1998).

Nessas décadas dois estudos destes autores destacaram-se. Um deles, realizado através do projeto Rururbano, buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. Este estudo demonstrou, na época, que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (SILVA, 1999). O outro estudo foi realizado na região Sul do país por Schneider (2009), e demonstrou como as estratégias de emprego e renda estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou, além disso, o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região.

Os trabalhos mencionados têm em comum o fato de apontarem os fatores determinantes da emergência da pluriatividade. Embora apresentem algumas especificidades, registram como primeira causa desta última a própria modernização técnico-produtiva que tornou as práticas no meio rural cada vez mais individualizadas resultando, invariavelmente, em redução da utilização da mão de obra total das famílias nas atividades agrícolas. O segundo fator responsável pela emergência da pluriatividade seria a queda das rendas agrícolas em decorrência principalmente do aumento dos custos de produção, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas. O terceiro fator seriam as mudanças nos mercados de trabalho, ou seja, o fenômeno estaria associado à dinâmica da demanda de trabalhadores em atividades não-agrícolas. Diversos estudos indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais. Por último, a pluriatividade estaria associada também ao reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural, bem como de a sua capacidade de persistir à crescente mercantilização produtiva e inserção em mercados nos quais a conciliação da atividade agrícola com outra atividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações na agricultura (SCHNEIDER, 2009; SILVA, 1999; KAGEYAMA, 2008).

Observa-se assim, que os fatores que motivam a pluriatividade podem ser de caráter estrutural, ligados aos processos macros societários e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, como podem estar relacionadas a respostas conjunturais dos agricultores, em consonância ao contexto em que estiverem situados ou em decorrência de suas condições intrafamiliares. Estes fatores fazem com que a pluriatividade se apresente como um fenômeno heterogêneo e diversificado.

Para Schneider (2009), a pluriatividade deve ser entendida como estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais a sua integração à dinâmica social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas principalmente, decorrente do recurso às atividades não agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho.

Esta pesquisa se insere no âmbito dessa discussão, investigando a realidade de agricultores familiares que conciliam a atividade agrícola com a atividade de reciclagem na Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos, situada na zona rural do município de Santa Cecília do Sul na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Esta cooperativa foi criada no ano de 2003 por iniciativa de um grupo de agricultores em busca de uma alternativa de renda para as famílias e meio de coibir o êxodo rural.

As motivações para realizar o estudo neste contexto decorrem das presunções de que as experiências de pluriatividade no meio rural, ao propiciarem vivências de conciliação entre trabalho agrícola com outra atividade laboral, refletem não só sobre princípios de organização relacionados à questão do emprego, da renda, da

sazonalidade ou do êxodo rural, mas também engendrando repercussões na vida dos sujeitos e das famílias dos agricultores.

No caso deste trabalho as motivações são acrescidas ainda do contexto e características específicas em que a atividade pluriativa é realizada, ou seja, com materiais recicláveis, cujo trabalho ainda é relativamente novo e carrega uma série de preconceções negativas como parte do referencial de estética da sociedade em geral. Além disso, se desconhece outras iniciativas de trabalho no setor de reciclagem que sejam realizadas no meio rural e tenham sido propostas por iniciativa de agricultores familiares. Visualiza-se nesta experiência uma manifestação das transformações do rural, o que vem sendo denominado novas ruralidades, na medida em que, neste espaço, se passa a trabalhar com uma atividade predominantemente realizada no meio urbano. Há ainda uma integração entre atividades exercidas no meio rural e urbano, sendo este último o espaço de recepção de resíduos descartados na cidade e que aí são transformados em alternativa de renda para as famílias do rural.

A pesquisa teve, assim, como objetivo geral analisar o sentido do trabalho para os agricultores familiares pluriativos a partir da vinculação destes à Cooperativa de Recicladores Orgânicos e Inorgânicos de Santa Cecília do Sul.

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa do tipo qualitativa de caráter descritivo. Os sujeitos foram onze agricultores familiares que se caracterizam como pluriativos por conciliar o trabalho agrícola desenvolvido no interior da propriedade rural com a atividade de reciclador na Coopercicla. A investigação esteve centrada na descrição, compreensão e interpretação dos dados coletados a partir da realidade dos sujeitos, trabalhando com variáveis relacionadas aos aspectos subjetivos e às práticas sociais, voltados principalmente ao sentido e significado resultantes do trabalho pluriativo.

2. O FENÔMENO DA PLURIATIVIDADE

A pluriatividade pode ser considerada uma adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrosociais pelas quais a família toma decisões quanto às estratégias de produção. Ela se caracteriza pela junção de duas ou mais atividades agrícolas e não agrícolas ligadas às estratégias produtivas que os membros das famílias domiciliadas nos espaços rurais adotam. Porém, vale destacar que a pluriatividade possui diversos significados, entre eles de se tratar de um grande processo de reconstituição produtiva no espaço agrário. (PIRES, 2007).

Especialmente nos países desenvolvidos já se conta há tempos com o que tem sido denominado de agricultor em tempo parcial ou *part-time farmere* que no Brasil vem sendo denominado de pluriativo. Este termo ganha importância na academia a partir da segunda metade dos anos 1980. Não raras vezes os dois termos são utilizados como semelhantes. No entanto, as diferenças existem. A pluriatividade sugere um modo de gestão do trabalho doméstico no qual o trabalho agrícola encontra-se sempre contido, podendo até não ser, uma atividade exclusiva ou mesmo mais significativa. Além disso, outras atividades podem ser assumidas com a finalidade de apoiar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. Já o termo *part-time farming* pode ser usado de maneira mais concisa para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é operada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho (FULLER; BRUM, 1988 apud SCHNEIDER, 2009).

Ressalta-se que, até o final da década de 1970, a agricultura em tempo parcial era considerada como um fator que travava o desenvolvimento capitalista da agricultura, assim como este havia sido previsto por alguns autores marxistas – como Kautsky – que denominavam o processo de paradigma de "laproletarización agrária". Era vista ainda

como um fenômeno associado a explorações decadentes, por características como descapitalização e má-qualidade dos solos que impediam o desenvolvimento de uma agricultura competitiva (ANJOS; CALDAS, 2004).

Segundo Schneider (2009) nos anos 80, no Brasil, o tema passou a ser discutido não como trabalho pluriativo, mas sob a designação de dupla atividade dos agricultores, sendo que o tema encontrava respaldo nos estudos e pesquisas relacionadas aos denominados "colonos operários" referidos fundamentalmente aos trabalhadores de Santa Catarina que residiam no meio rural e passaram a trabalhar nas indústrias têxteis. Estes eram indivíduos que não eram nem operários e nem camponeses, mas se identificavam como colonos.

Na década de 1990, já sob a denominação de pluriatividade, as pesquisas intensificaram-se com o Projeto Rurbano que buscou pesquisar as tendências do emprego agrícola a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE. O projeto contou com três fases distintas. Na segunda fase do estudo o foco mudou das pessoas ocupadas para as famílias rurais, visando principalmente à análise da pluriatividade. Naquela época, os dados demonstraram que a pluriatividade estava presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias do Brasil (SILVA, 1999). Na mesma década, um estudo bastante importante sobre o tema foi realizado na região Sul do país por Schneider (2009). O autor buscou demonstrar como as estratégias de emprego e rendas estão transformando as estruturas ocupacionais no meio rural e apresentou o papel significativo da pluriatividade na reprodução social das famílias rurais na região. Destacaram-se, na época, também as pesquisas realizadas por Carneiro (1998).

Apesar da pluriatividade de forma geral ser apontada no meio acadêmico como um fenômeno novo e recente que traz uma nova configuração para o rural, não é descartada também a argumentação de que a combinação de várias atividades no interior de uma família de agricultores é uma característica muito antiga e que anteriormente se materializava pelo chamado setor de subsistência. Deste modo, a única novidade seria o reconhecimento político e social deste setor. Carneiro (2004) se posiciona sobre este aspecto considerando que a pluriatividade pode ser vista tanto como um fenômeno antigo como recente.

Encontram-se ainda argumentos de que a pluriatividade seria uma característica passageira ou transitória, que tenderia a desaparecer na proporção em que avançasse o processo de subordinação da agricultura e do mundo rural à dinâmica urbana e industrial da sociedade contemporânea (ANJOS, 2003). Mesmo tendo presente tais divergências, é possível afirmar que a noção de pluriatividade tem sido apontada como uma maneira de entender o fenômeno da multiplicidade de formas de constituição de renda e trabalho das unidades agrícolas (ANJOS, 2003).

Segundo Schneider (2009, p. 14) a pluriatividade:

É uma característica peculiar dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos ciclos mercantis via processos de produção ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas.

O mesmo autor acima citado, ao buscar uma conceituação para a pluriatividade, recorre a Fuller (1990) mediante a alegação de que este autor apresenta uma das mais rigorosas definições acerca do termo. Segundo o autor, a pluriatividade

Permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração, receitas, rendimentos, rendas em espécie e transferências (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2009).

A partir deste conceito percebe-se que a pluriatividade é um elemento diversificado e heterogêneo que se constitui numa espécie de estratégia por meio qual as famílias e os indivíduos se organizam para inserção na divisão social do trabalho. A pluriatividade se manifesta em iniciativas diversas as quais recorrem às famílias de agricultores em momentos diferentes do seu ciclo. Há ainda quem afirme como desdobramento do fenômeno o fato de criarem-se condições através das quais se fortalece a dissociação entre família, unidade de produção e exercício profissional (ANJOS; CALDAS, 2004).

A pluriatividade oferece variantes bastante significativas de tempo e espaço, mesmo que se possa afirmar que sua característica essencial seja a interação entre agricultura, o mercado de trabalho e a unidade familiar. Desse modo, o seu conceito remete à utilização de três níveis de análise a respeito do fenômeno. Um que enxerga a pluriatividade como uma expressão de certos tipos de economias locais ou regionais; outro faz referência à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre pluriatividade e agricultura; e por último, o nível de análise que faz a interpretação da pluriatividade a partir das transformações socioeconômicas estruturais do meio rural (BRUN; FULLER, 1991 apud SCHNEIDER, 2009).

3. A COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS E DE SANTA CECÍLIA DO SUL

A Coopericla está situada no distrito de Vista Alegre, no município de Santa Cecília do Sul. O distrito está localizado na zona rural, a sete quilômetros da cidade.

A cooperativa embora tenha sido constituída em 2003, a forma de trabalho coletivo que a caracteriza remonta a anos anteriores. Em 1991, um grupo de oito famílias de pequenos agricultores constituiu uma associação na forma de Condomínio Rural, objetivando evitar o êxodo rural e dar sustentabilidade, principalmente financeira, a essas famílias. O grupo buscava uma possibilidade para utilizar a força de trabalho disponível, procurando evitar que membros das famílias migrassem para outros locais. Segundo relato dos dirigentes da atual cooperativa, o grupo buscou inicialmente diversas alternativas, dentre as quais a produção e comercialização de produtos coloniais, tais como bolachas, salames, geleias entre outras. Porém, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas relacionadas a produção, comercialização e conseqüente geração de renda efetiva e sistemática as pessoas passaram a buscar outras possibilidades de negócio para a associação quando então, em 1997 surgiu junto ao poder público municipal e outras instituições da região a ideia de reciclar resíduos

orgânicos e inorgânicos. Para tanto, buscaram informações e os procedimentos necessários para ingressar no segmento da reciclagem.

Em 1998 o grupo encaminhou um projeto para Fundação Mauricio Sirotski, tendo sido atendido com um galpão para reciclagem. Entre 2001 e 2002, um consórcio de prefeituras viabilizou a constituição de uma central de triagem com equipamentos para operacionalização. Inicialmente com 12 pessoas trabalhando o grupo foi crescendo e a cooperativa se consolidou naturalmente, favorecida pelo espírito empreendedor e de cooperação das pessoas. Segue o relato de um dos entrevistados sobre o processo que resultou na criação da Coopercicla:

Em 1991 foi criada a associação dos agricultores onde tínhamos uma área que era arrendada para a associação, onde fazíamos o trabalho coletivo de soja, milho, feijão, trigo. Infelizmente, na época, tivemos um período de seca, as terras não eram corrigidas. Adquirimos um trator coletivo que estragou e nos deu um custo muito alto, tivemos que reformá-lo, e mais a seca que deu, inviabilizou o trabalho coletivo. Sendo assim, naquela época todos os associados disponibilizaram um patrimônio para quitar a dívida, todos nós nos desfizemos de alguma coisa, porque as dívidas precisavam ser pagas coletivamente. A partir de 2007, precisávamos de uma alternativa para permanecer no meio rural e não ir para a cidade. Então surgiu a ideia de trabalhar com o lixo e, com a nossa necessidade e a demanda que tinha o município de Tapejara, “abraçamos” a causa e fomos felizes. Foram apresentadas à Fepam três áreas para serem feitas a análise e é esta a área atual hoje que foi aprovada por eles e adquirida pela prefeitura em 2006. Em 2007, quando assumimos tinha-se que fazer alguns trabalhos de recuperação e implantação das lagoas, dos piezômetros; e arcamos com os custos e havia uma outra empresa interessada e quando soubemos, já estava quase se perdendo, e daí interveio a câmara de vereadores de Santa Cecília que deu uma força muito forte pra nós (ENTREVISTADO, F).

Atualmente a cooperativa conta com 113 associados, sendo que 68 estão em plena atividade, entre os quais 36 são homens e 32 são mulheres, todos provenientes das cidades de Tapejara e Santa Cecília do Sul (PROJETO COOPERCICLA, 2010).

A cooperativa tem como objetivos: congregar integrantes da atividade de reciclagem de resíduos orgânicos e inorgânicos, coletores, selecionadores de materiais recicláveis, buscando sua defesa econômica e social; criar condições para o exercício das atividades a que se propõem e aprimorar a prestação de serviços dos associados; coletar, separar, processar, armazenar e comercializar materiais recicláveis (PROJETO COOPERCICLA, 2010).

Atualmente a Coopercicla processa os resíduos de oito municípios da região, fazendo também o recolhimento e a coleta seletiva em três deles (Tapejara, Charrua e Ibiaçá), inclusive na área rural e numa reserva indígena, mediante contratos com as prefeituras. Com a reciclagem e a compostagem, a cooperativa reaproveita 88% de todo o resíduo que chega à triagem, 350 toneladas mensais. O rejeito – o que não pode ser aproveitado – é encaminhado para um aterro sanitário próprio, ao lado da sede.

O Estatuto Social é que rege a Coopercicla e também um regimento interno próprio. Dentre as exigências para fazer parte da cooperativa está a necessidade de demonstrar conhecimento sobre os princípios e doutrina do cooperativismo. Caso o

interessado não apresente tal conhecimento, deverá frequentar um curso de capacitação básica relacionado ao tema (REGIMENTO INTERNO, 2010).

A cooperativa conta com alguns fundos, destinados a gratificações e benefícios para os associados. O Fundo de Amparo ao Cooperado é constituído por 3% do valor da produção mensal, deduzido do associado, acrescido do mesmo valor correspondente a ser depositado pela cooperativa em nome do mesmo. Este fundo só pode ser utilizado pelo associado quando este se desligar da cooperativa, à semelhança do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos trabalhadores contratados via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O outro fundo, denominado de Fundo Anual de Descanso, é composto por 3% do valor da produção mensal deduzido do associado, acrescido de mesmo valor correspondente a ser depositado pela Coopericla em nome de cooperado. O associado tem direito a resgatar o valor após a cada período de doze meses de contribuição, além de gozar de quinze dias de descanso por ano (REGIMENTO INTERNO, 2010).

4.0 SENTIDO DO TRABALHO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

O trabalho ao longo da história assumiu e pode assumir diferentes sentidos⁴ e significados. É possível identificar que ao longo dessa história o mesmo apresenta duas perspectivas distintas: uma de caráter negativo e a outra positiva. Em alguns períodos representa punição, fardo, castigo divino e incômodo. Em outros, lugar de criação, realização, crescimento pessoal, possibilidade de o homem construir a si mesmo e demarcar sua existência e importância no mundo. Sobre o trabalho na contemporaneidade, especialmente a partir do contexto de acumulação flexível pode-se assinalar tanto a convergência como a divergência sobre o seu significado. Antunes (2001, p.27) destaca que quando se reflete o mundo do trabalho, logo emerge o seu lado destrutivo, ou seja, o ser social que trabalha vivencia seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização e a violência ainda maior do desemprego. Tendo presente estas alterações, nesta seção analisa-se o sentido do trabalho de forma geral para os agricultores familiares pluriativos, sendo que os aspectos associados ao trabalho pluriativo serão explorados nos próximos itens deste texto.

Através dos relatos é possível perceber, primeiramente, que o trabalho para os agricultores desde muito cedo é visto como intrínseco à vida de todo o ser humano. Isso se percebe quando os entrevistados fazem questão de afirmar por várias vezes durante as entrevistas que sempre trabalharam, mesmo quando crianças. Sobre isto nos chamou atenção o seguinte questionamento de um dos entrevistados em relação à legitimidade da proibição do trabalho infantil:

A gente ia pra roça, eu me lembro que o pai colocava a gente pra colher uva, ainda mais que nós tínhamos um tamanho bom pra ficar debaixo do parreiral. Agora, hoje, tu não pode mais fazer isso e eles também não querem. Nós não tínhamos escolha (ENTREVISTADO, C).

⁴ Estudos como de Tolfo e Piccinini (2007) diferenciam sentidos e significados. Porém, algumas semelhanças são apontadas, entre elas o fato de que ambos são produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas. Os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto, enquanto que os sentidos são uma produção pessoal a partir da internalização individual dos significados coletivos nas experiências do cotidiano. Sendo assim, os sentidos e significados são transformados constantemente por meio de uma relação dialética com a realidade.

Relacionado ao acima exposto, é possível verificar que o sentido do trabalho aparece associado à penosidade ou dificuldade. Este aspecto é percebido quando, durante as entrevistas, ao abordar o tema do trabalho, os sujeitos resgatam as antigas formas de trabalho e as experiências vivenciadas por seus pais e avós em comparação com o trabalho na atualidade, assim como foi demonstrado anteriormente.

Sobre as dificuldades outrora enfrentadas pelas famílias, foi mencionado principalmente o desgaste físico ocasionado pela falta de disponibilidade de equipamentos e tecnologia, seguido das más condições das vias de acesso ao meio rural e a falta de incentivos públicos (como o PRONAF), entre outras questões.

Chamo atenção que dois entrevistados sinalizaram dificuldades decorrentes das relações familiares que eram estabelecidas no passado e que influenciavam negativamente no trabalho. Observa-se, através dos relatos, que as famílias eram muito numerosas e que os filhos depois de casados continuavam dividindo a mesma moradia, assim as relações familiares permeavam todas as instâncias da vida dos sujeitos, gerando tensões no grupo familiar.

As até aqui mencionadas nos fazem associar o sentido do trabalho para os agricultores a uma questão geracional e familiar, ou seja, este está fortemente associado às experiências de trabalho vivenciadas pelos próprios entrevistados no passado e pelas antigas gerações da família.

Verifica-se também que o sentido do trabalho para os sujeitos da pesquisa está fortemente ligado ao aspecto da natureza, tanto na atividade agrícola como na reciclagem. O agricultor tem no solo, nas condições meteorológicas, nas suas plantações as principais bases para a sua manutenção econômica e social. Deste modo, o trabalho assume um sentido de prazer e também de sacrifício: de prazer porque muitos entrevistados mencionam a satisfação em manusear a terra, ver as plantas crescerem, ganharem vida e cuidar dos seus animais; o trabalho é associado ao sacrifício quando ocorrem imprevisos climáticos que impedem que o trabalhador se aproprie do fruto do seu trabalho.

Na atividade não-agrícola, ou seja, na Cooperclca, o sentido do trabalho também é associado em partes à natureza na medida em que reconhecem a contribuição do trabalho do reciclador para o meio ambiente. Zwiket al. (2010) fornecem subsídios para refletir sobre o sentido do trabalho. Neste aspecto quando afirma que o mesmo, enquanto capacidade de transformar a natureza para atender as necessidades humanas, é intenso de sentido para o agricultor familiar, pois ele realiza e entende a transformação da natureza de forma concreta e íntima.

Outro aspecto bastante significativo que é possível extrair dos sujeitos é que o sentido do trabalho é praticamente sinônimo de atendimento à subsistência. Verifica-se assim que esta é uma particularidade que está relacionada à questão da produção para o autoconsumo, no qual o diferencial para o agricultor familiar está no fato de que este não tem como objetivo principal a mercantilização do trabalho. Aqui encontramos a compreensão de Marx acerca do trabalho quando este afirma que o mesmo pode ser compreendido genericamente como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas (MARX, 2003).

No caso do trabalho pluriativo observa-se um sentido negativo quando este é associado à sobrecarga de trabalho, conforme será explicitado nos itens seguintes.

Por último, verifica-se que o trabalho, além de ser sinônimo de atendimento à subsistência também é fonte de prazer e satisfação, quando através do mesmo é possível atender às necessidades da família quanto à aquisição de bens que acolham as demandas, principalmente dos filhos, e quando configura-se como uma oportunidade de autonomia financeira para as mulheres do meio rural.

A partir dos dados constata-se que, de um modo geral, os sentidos do trabalho estão associados a questões geracionais, a fatores ligados à natureza, ao atendimento

à subsistência e à satisfação do grupo familiar a partir da possibilidade de aquisição de alguns bens materiais.

4.1 Os motivos do trabalho pluriativo

Com relação ao que motivou a ocupação em outra atividade além da agricultura, os entrevistados foram unânimes ao responder que o motivo principal foi a necessidade de agregar mais renda para a família. As causas apresentadas pelos trabalhadores pluriativos que levam a esta necessidade são argumentadas primeiramente em aspectos comumente característicos da atividade agrícola entre os quais se destacam: a instabilidade financeira, a imprevisibilidade climática, o tamanho da propriedade e a falta de condições de manutenção e investimentos na propriedade. A segunda causa está relacionada à renda, em correspondência à necessidade de atendimento de demandas do grupo familiar. Por último, as motivações podem ser agrupadas em fatores ligados a motivações pessoais.

Com relação à instabilidade financeira, os entrevistados referiram que na agricultura não existem condições para obtenção de um ganho fixo e sistemático, ao contrário de outros tipos de trabalho, a exemplo do que é realizado na cooperativa. Esta questão é expressa quando fazem colocações relacionadas à garantia do salário no final do mês que, conseqüentemente, traz a possibilidade de atender determinadas demandas regularmente, como é exposto por um entrevistado ao mencionar a possibilidade de realizar a compra de supermercado mensal, conforme segue em duas falas: "Só na agricultura não dá pra viver. Na agricultura se produz pra dois ou três meses, com o salário daqui já fizemos o rancho do mês" (ENTREVISTADO F2). "Porque a gente sabe que no emprego todo mês o salário é garantido e na agricultura se ir mal perde tudo e tem um prejuízo grande" (ENTREVISTADO J).

Relacionado à instabilidade financeira e como uma das causas que sobre ela incide, citam a instabilidade climática à qual a agricultura está submetida. Vários agricultores mencionaram ter vivenciado situações de perda das lavouras por excesso ou insuficiência de chuva. Observa-se um "desgaste" significativo dos trabalhadores ligado a este aspecto. Conforme mencionamos no item anterior deste texto, este é um fator que faz com que o trabalho para o agricultor assuma um sentido negativo. Este dado demonstra a necessidade de políticas públicas que ofereçam segurança relacionada aos riscos aos quais a atividade agrícola está submetida, principalmente para o pequeno agricultor que tem na atividade, na maioria dos casos, a sua fonte de subsistência. Mesmo tendo havido avanços em termos de políticas para o pequeno produtor, considera-se que o acesso aos instrumentos de política agrícola tem sido baseados em uma "competição" desigual entre os diversos setores rurais, que ainda coloca no mesmo patamar os agricultores patronais e os familiares, independente da sua condição econômica e de trabalho.

Com relação à motivação estar relacionada ao tamanho da propriedade, vários agricultores referiram que a extensão de terra é insuficiente para obter uma renda satisfatória, e que trabalhando somente na agricultura não enxergavam perspectivas de adquirir mais terras e ampliar a produção. A fala de uma das trabalhadoras retrata bem esta situação, quando a mesma argumenta que tem conhecimento da importância da produção de várias culturas e da criação de animais, no entanto, argumenta que o tamanho da propriedade impõe limites para que isto ocorra. Outro agricultor menciona que a família aumentou e que houve a necessidade de expandir a atividade agrícola, porém a extensão de terras que a família possuía não permitiu que isso ocorresse. Assim tiveram que buscar outra alternativa de subsistência.

A formação agrária no Brasil impôs um modelo concentrador de terra que persiste até os dias atuais, modelo este confirmado no relato do entrevistado, quando este

afirma que o tamanho na propriedade fez com que a família buscasse alternativa de trabalho.

Além disso, verifica-se que o fato de a cooperativa estar localizada no meio rural, próxima das propriedades e possibilitando conciliar duas formas de trabalho, também foi motivo para os agricultores decidirem por trabalhar em outra atividade fora da agricultura:

O filho casou, trouxe a mulher e o enteado. A família aumentou e os ganhos com a agricultura não deram mais. Daí abriu a cooperativa aqui perto e eles disseram que a gente podia faltar para trabalhar em casa e eu disse pra mulher que iria tentar um tempo, até porque não precisava mais de nós todos, hoje com a facilidade, o trabalho que a gente fazia em dez se faz quase sozinho (ENTREVISTADO F1).

Além dos pontos analisados, é possível identificar o reflexo direto da modernização da agricultura quando o agricultor menciona que a mão de obra familiar no momento em que buscou o trabalho fora da agricultura era suficiente para dar conta do trabalho na propriedade. Aqui encontramos uma das principais razões que tem estimulado a pluriatividade, ou seja, a modernização da agricultura, responsável em grande parte pela redução significativa da utilização da mão de obra disponível nas famílias (SCHNEIDER, 2009).

Sobre as condições de investimento na propriedade, os agricultores referem à questão da depreciação da propriedade (galpão e estrebaria), dos equipamentos de trabalho, às poucas condições de manutenção e aquisição de outros equipamentos que facilitariam o trabalho e qualificariam a produção. Citam a dependência dos outros para o plantio da lavoura, como um fator de desestímulo, pois é bastante comum na localidade as famílias – por não possuírem tratores, colheitadeiras e caminhões – emprestarem, estabelecerem trocas ou locarem maquinário dos vizinhos e parentes, além de utilizarem o trator cedido pelo município. Neste caso, nos deparamos com uma situação muito próxima do que vem sendo denominada de agricultura do tipo terceirizada na qual aqueles agricultores que possuem maquinário com capacidade superior às exigências da unidade produtiva, prestam serviços atendendo à demanda de outros agricultores (ANJOS; CALDAS, 2004). Esta prestação de serviço demonstra também a criação de alternativa de trabalho por parte daquele que possui o maquinário, que assim como o agricultor pluriativo também extrapola a sua atividade de trabalho para fora da própria propriedade, tornando-se igualmente pluriativo (SCHNEIDER, 2007).

Com relação às motivações ligadas à renda, mas no campo do atendimento das necessidades e demandas domésticas do grupo familiar, foi possível identificar dois pontos: as despesas básicas da casa com alimentação e medicamentos e o futuro dos filhos. O primeiro ponto é destacado quando uma entrevistada se refere: "Só com o que dava lá a gente não vivia. Quando o Marcos era pequeno ele era muito doente e só dinheiro do leite não dava" (ENTREVISTADO A).

Além disso, é possível identificar que a família consome muito do que é produzido na propriedade, porém estes produtos não atendiam plenamente às demandas da família porque estas apresentam também outras necessidades. Isso foi possível perceber através do seguinte comentário de uma agricultora: "a gente cria o frango, planta mandioca, o feijão, tem o ovo das galinhas daqui, mas também precisa do rinso, do gás [...]" (ENTREVISTADA E).

Dentre os dois pontos observa-se que a questão principal foi a necessidade de contribuir com as despesas básicas que segundo os entrevistados não estavam mais

sendo supridas através da agricultura. Quando esta necessidade é mencionada pelas mulheres, observa-se que estas se sentiam de certa forma, compromissadas em contribuir com o marido neste aspecto.

A preocupação com a garantia do futuro dos filhos também foi visualizada no momento em que decidiram pelo trabalho fora da agricultura, ou seja, a complementação da renda seria uma possibilidade de garantir a qualificação dos filhos à medida que estes poderiam se dedicar prioritariamente aos estudos ao invés do trabalho, ao contrário do que ocorreu com a maioria dos trabalhadores pluriativos entrevistados.

Finalmente, verificou-se que as motivações foram de cunho pessoal, ou seja, são provenientes do desejo e da opção por exercer outro tipo de trabalho diferente do que já haviam experimentado, seja ele na agricultura ou não.

As colocações expressam certa insatisfação ou a falta de adaptação dos trabalhadores com as atividades de trabalho fora da agricultura que já haviam experienciado anteriormente. Conforme já expressado, acredita-se que o fato da Coopericla estar localizada no meio rural, ser constituída por agricultores, conserva mesmo que indiretamente alguns traços e relações que de alguma forma se aproximam do trabalho rural ou mesmo do espaço rural, mesmo que a atividade desenvolvida, a reciclagem de materiais, seja bastante diferente da atividade agrícola. Ou seja, estes fatores podem ter pesado quando se decidiram por trabalhar na cooperativa. Acrescenta-se a isso a possibilidade que o trabalho oferecia de conciliação das duas atividades.

Observa-se enfim, que o trabalho pluriativo é decorrente de condicionantes advindos de questões econômico-sociais mais amplas que permeiam a sociedade. No entanto, o movimento e as decisões individuais e das famílias no seu interior são fatores que também influenciam na motivação para o desenvolvimento de outro trabalho fora da agricultura.

4.2 As repercussões do trabalho pluriativo na vida dos agricultores familiares

A pluriatividade pode assumir características bastante diversificadas que podem estar ligadas tanto às estratégias sociais adotadas pelas famílias como também pelas características do contexto socioeconômico em que estas famílias estiverem inseridas (SCHNEIDER, 2009). Essa heterogeneidade também pode se apresentar no que se refere às repercussões desta forma de trabalho na vida das pessoas que a vivenciam. A maioria dos estudos já realizados tem demonstrado resultados bastante positivos. No entanto, resultados negativos não deixam de aparecer também e estes são abordados sob a crítica de que as ocupações rurais não-agrícolas expressam uma modalidade de "empregos de refúgio" e que bastaria que os agricultores vivenciassem um quadro mais favorável na agricultura para renunciar o exercício destas atividades.

No caso dos sujeitos desta pesquisa as repercussões do trabalho pluriativo podem ser divididas em aspectos positivos e em outros que se revelam, de certa forma, negativos porque expressam algumas dificuldades decorrentes da conciliação das duas atividades. Com relação aos positivos pode-se dizer que as principais repercussões concentram-se em três aspectos: no campo econômico/monetário, em questões relacionadas a sociabilidade e nas condições de trabalho. Ressalta-se que o aspecto econômico se sobressai significativamente diante dos demais e que dele derivam vários outros pontos, descritos a seguir:

O planejamento financeiro foi um dos principais pontos mencionados pelos agricultores pluriativos, ou seja, a partir do trabalho na Coopericla a família passou a

ter condições de planejar os seus gastos e investimentos porque o associado recebe um salário⁵ mensalmente, o que não estavam acostumados a vivenciar na agricultura. Destacamos a colocação de um dos entrevistados que expressa esta alegação: “A gente sabe que no fim do mês vai cair na conta aquela quantia e na agricultura espera uma vez por ano pra receber e não sabe quanto vai ser e não sabe a despesa que vai ter” (ENTREVISTADO A).

O aspecto do planejamento é visualizado também quando os agricultores relatam que a família passou a efetuar compras de forma parcelada, o que deu condições de comprar mais e "honrar com as dívidas", ou seja, pagar as contas no tempo de vencimento correto. O mesmo agricultor que faz esta colocação contou que na época em trabalhava só com a agricultura teve por algumas vezes que adiar o pagamento das contas para o ano posterior. Outro agricultor mencionou ainda possuir dívidas que não puderam ser quitadas devido à imprevisibilidade climática ter afetado a sua lavoura, este informou que uma porcentagem da renda obtida na Coopericla tem sido destinada para pagar a dívida.

Foi possível confirmar o que Schneider (2009) já havia constatado: que o trabalho fora da agricultura pode contribuir para melhoria das condições de trabalho na agricultura na medida em que alguns agricultores passam a ter condições de investir na própria propriedade, como é o caso de três dos agricultores entrevistados. Destacamos a fala de um deles que faz o seguinte relato: “Com o salário que eu ganho aqui eu ajudo em casa e daí sobra um pouco da produção. Antes sobrava muito pouco. Agora temos mais dinheiro e estamos pensando em construir uma casa ou um galpãozinho” (ENTREVISTADO I).

Verificou-se que melhoria da casa, o acesso a bens materiais para a mesma e a possibilidade de comprar roupas também foram pontos frequentemente destacados, principalmente pelas trabalhadoras:

É... Ajudou bastante. A gente começou a comprar as coisas pra dentro de casa, que a gente tinha pouco, melhorou pra se vestir. Antes dava pra comprar uma muda de roupa por ano e agora, a hora que quiser, compra uma muda de roupa. Também comprei uma geladeira (ENTREVISTADA C).

A possibilidade de aumentar o patrimônio foi outro ponto mencionado. Dentre os entrevistados dois agricultores referem ter conseguido adquirir mais terras, ter construído uma casa nova para a família na propriedade e outro ter ajudado o filho a construir uma casa, conforme se observa em uma das falas transcrita:

Melhorou. Compra de propriedade, conseguimos comprar mais uma propriedade que é onde eu moro em Santa Cecília, sobra mais dinheiro (ENTREVISTADO B).

As repercussões no aspecto da sociabilidade⁶ são localizadas em dois pontos: na convivência e interação comunitária, sendo que neste último a repercussão da pluriatividade tem sido apontada como negativa.

Sobre a convivência, os associados referem que o trabalho na cooperativa trouxe a possibilidade de novas amizades e de convívio cotidiano com outras pessoas que não

⁵Ressalta-se que o salário dos associados é pago de acordo com a produção da cooperativa, porém os agricultores relataram que conseguem manter uma média mensal.

⁶A sociabilidade é aqui compreendida como padrões e formas de relacionamento social concreto que ocorrem em contextos ou em círculos de interação e de convívio social determinado Simmel (1979 *apud* Binda, 2002).

se restringem ao grupo familiar. Como a maioria dos entrevistados teve o primeiro trabalho fora da agricultura na cooperativa, esta foi a primeira experiência de convivência com outras pessoas fora do grupo familiar a partir do trabalho. Além da convivência no trabalho, a mesma também é mencionada, no âmbito familiar quando um dos entrevistados cita positivamente como reflexo dos benefícios trazidos a partir do aumento da renda, obtida através do trabalho pluriativo: "Agora podemos ter as coisas que precisamos dentro de casa, estamos conseguindo manter os filhos estudando, melhorou até convivência em casa" (ENTREVISTADA E).

O ponto negativo verificado que vem repercutindo na sociabilidade dos trabalhadores pluriativos relaciona-se à falta de tempo para outras atividades, consideradas de lazer e que os agricultores estavam habituados a realizar, como por exemplo, visitar os vizinhos e parentes e para participar de algumas atividades comunitárias. Dentre as atividades comunitárias citam os jogos de bocha que ocorrem aos finais de semana e o envolvimento na organização de algumas festividades religiosas na localidade. A fala a seguir retrata tanto a questão mencionada como também a dificuldade quanto à sobrecarga de trabalho. Demonstra também que as famílias criam estratégias e se organizam internamente em função do envolvimento de seus membros com o trabalho fora e dentro da propriedade, isso é percebido quando a entrevistada menciona a dinâmica de trabalho que ela e a sogra adotam para desenvolver o trabalho doméstico na propriedade.

Sim. A gente não tem mais tempo pra nada, é aqui e é em casa, tudo é a gente que tem que fazer. A sogra faz o serviço dela e eu tenho que fazer o meu e dar uma ajuda na lavoura. A principal dificuldade é falta de tempo, a gente não tem tempo pra nada, nem para ir à igreja, eu ia sempre, nós participávamos da comissão das festas da nossa Santa Cecília, mas agora tá difícil (ENTREVISTADA C).

Quanto às condições de trabalho como principal dificuldade decorrente da conciliação do trabalho agrícola com o trabalho fora da agricultura, os agricultores são quase unânimes ao citar o cansaço ocasionado pela carga excessiva de trabalho. Conforme já citado, 72,73% contribuem frequentemente com o trabalho agrícola desenvolvido na propriedade. Além de outras atividades agrícolas, a maioria das famílias possui vacas de leite e o trabalhador pluriativo contribui com a realização desta atividade cotidianamente pela manhã antes de ir para a cooperativa e ao retornar.

A maioria dos agricultores informou que, além do trabalho frequentemente realizado durante a semana, utilizam os finais de semana e as folgas a que têm direito de gozar na cooperativa para trabalhar na propriedade. Durante a entrevista pôde-se observar que as famílias valorizam ter o domingo, especialmente como um dia livre para o descanso e atividades de lazer. Isso foi possível perceber porque muitas famílias fizeram colocações do tipo "até no domingo a gente trabalha ao menos até o meio-dia (ENTREVISTADO C)", "nem no domingo dá pra descansar" (ENTREVISTADO D). Sabe-se que o domingo comumente é um dia destinado ao descanso e que no meio rural não deveria ser diferente, porém menciona-se esta questão porque a mesma foi mencionada de forma significativa, É como se este dia fosse um dia "sagrado" e que o trabalho realizado neste dia é uma espécie de "penalidade".

A cooperativa possui um "fundo de descanso" que prevê ao associado tirar quinze dias durante o ano para descansar. No entanto, os agricultores normalmente desfrutam deste benefício quando precisam intensificar o trabalho na propriedade, normalmente nos períodos de safra, o que faz com que não consigam utilizar este período para efetivamente descansar.

Ocasionalmente, durante o ano, o associado também pode tirar folgas para trabalhar na atividade agrícola, mas se estas forem adicionais aos quinze dias a que têm direito, o dia de trabalho não realizado é descontado. Alguns contratam mão de obra temporariamente para ajudar nas atividades da propriedade nos períodos que demandam maior envolvimento. Acreditam que mesmo tendo que contratar mão de obra para ajudar no trabalho agrícola, o trabalho na Coopercicla ainda é compensatório. Isso é percebido através da fala de um dos entrevistados:

Eu não acho! Até inclusive que no fim de semana a gente contrata diarista para ajudar e mesmo assim compensa eu trabalhar lá e contratar alguém para trabalhar na propriedade. Porque a gente é novo, quem sabe quando ficar mais velho não aguente trabalhar com as duas coisas (ENTREVISTADO H).

Segundo os agricultores, a dedicação ao trabalho nos finais de semana é uma alternativa para conseguirem permanecer nas duas atividades, caso contrário, acreditam que teriam que optar por apenas uma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a pluriatividade se configura como manifestação dos processos de transformação das formas de ocupação da força de trabalho no meio rural que trazem consigo uma série de inquietações e alterações sociais que não se limitam ao mercado de trabalho, mas se estendem aos aspectos culturais, identitários e subjetivos dos sujeitos e conseqüentemente as configurações do espaço rural de um modo geral.

Considera-se que a experiência da Coopercicla e do trabalho realizado pelos agricultores é um exemplo que sustenta as inúmeras transformações que o rural vem sofrendo afirmando assim que estamos diante de um novo rural ou de uma nova ruralidade. O primeiro ponto que nos faz considerar o caso da Coopercicla como uma expressão das alterações do rural está relacionado à forma e aos motivos de criação da cooperativa. A mesma foi criada por iniciativa dos próprios agricultores que, diante das dificuldades enfrentadas, buscaram alternativa de trabalho fora da agricultura. Acrescenta-se a isso, que não foi uma iniciativa isolada ou individual, ou seja, partiu de um coletivo de agricultores mediante o argumento principal de coibir o êxodo rural.

O segundo ponto se relaciona à própria especificidade da atividade, ou seja, o grupo de agricultores se apropriou de um setor considerado ainda novo no mercado, cujas experiências no país ainda estão sendo construídas e as atividades carregam um estigma negativo e são marginalizadas pelo conjunto da sociedade.

O terceiro ponto está ligado à integração rural-urbano estabelecida a partir da atividade, ou seja, o rural passa a receber os resíduos produzidos no urbano e transforma estes em oportunidade de trabalho e geração de renda no meio rural. Destaca-se ainda o fato da apropriação pelos trabalhadores rurais de uma atividade que sempre foi desenvolvida por trabalhadores urbanos.

Observa-se assim que aspectos culturais tradicionais construídos historicamente de que o rural deveria comportar apenas atividades agrícolas, de produção de alimentos ou matérias-primas e que os trabalhadores deste meio, no caso os agricultores familiares, não teriam condição, capacidade ou habilidade para desenvolver outra atividade fora da agricultura se rompe dando lugar a visualização de outras potencialidades para este meio que se tornou multifuncional.

Todo este processo tem-se apresentado como possibilidade para as famílias permanecerem em seus locais de origem, como no caso dos agricultores vinculados a

Coopericla, ou seja, a permanência das famílias no espaço rural e a continuidade do desenvolvimento de atividades agrícolas como decorrentes da pluriatividade confirmam que a mesma tem importância significativa na reprodução da agricultura familiar e que os agricultores podem estabelecer estratégias diversas para assegurar a sua reprodução que não passam, fundamentalmente, pela modernização técnico-produtiva de seus sistemas agrícolas e estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2009).

Também no caso analisado a pluriatividade representou, para os entrevistados, contribuições à melhoria de suas condições de vida, tanto no que se refere aos aspectos econômicos quanto àqueles relacionados às alterações dos papéis sociais ligados especialmente a questão de gênero, as relações familiares e de sociabilidade. Sendo que esta última se apresenta positivamente através da ampliação da rede de relações e convivência com outros trabalhadores no cotidiano das atividades na Coopericla e negativamente na medida em que a sobrecarga de trabalho passou a restringir as possibilidades de participação nas atividades comunitárias.

Ainda sobre os aspectos negativos foi possível constatar que a pluriatividade, embora seja reconhecida como uma alternativa diante das dificuldades dos agricultores foi referida pelos entrevistados como situação geradora de uma sobrecarga de trabalho indesejada. Este dado pode estar indicando que a pluriatividade oculta, sob o seu manto de “modernidade”, uma nova modalidade de exploração do trabalhador rural.

A pesquisa demonstrou que, não obstante ser a pluriatividade uma alternativa capaz de produzir melhorias na condição de vida do trabalhador rural, esta se faz também sob a lógica da significação e do sentido do trabalho como fardo, dado a sobrecarga de o que envolve devido a intensidade e extensão da jornada de trabalho. Desse modo, a luta por melhores condições de vida e trabalho no campo brasileiro continua mantendo a sua urgência.

A pesquisa constatou ainda que, sob a nova etapa do capitalismo, com a emergência da economia solidária, da pluriatividade entre outras formas de atividades laborais, o trabalhador vive um intenso processo de crise, perda ou redefinição da sua identidade sócio profissional, fator que também pode influenciar e trazer novos sentidos para o rural e para o trabalho exercido pelos sujeitos neste meio, especialmente o agrícola.

No caso estudado constatou-se que não existe ruptura da identificação profissional dos trabalhadores com a agricultura e sim a produção de uma nova identidade profissional que passa a agregar outra – no caso a de trabalhador da reciclagem.

Esses processos identitários nos fazem considerar que é preciso uma ampliação do que seja o agricultor, desvinculando categoria dos aspectos econômicos e das atividades produtivas agrícolas, pois, como se pôde perceber através dos resultados da pesquisa, o fato dos trabalhadores passarem a desenvolver outra atividade fora da agricultura gera certa dificuldade quanto a definição da identidade sócio profissional destes trabalhadores. No entanto, esta não é suficiente para afirmar que os agricultores não se identificam profissionalmente com a atividade agrícola; ao contrário, mesmo que de forma indireta, é possível constatar de modo significativo a identificação sócio profissional com a agricultura.

Foi possível verificar que a identificação dos trabalhadores com a atividade agrícola, mais do que a importância econômica que a produção apresenta para o sustento da família, está associada ao modo de ser e de se relacionar com o mundo, com o rural e com a natureza, ou seja, parece apoiar-se no sentido de manutenção de um determinado modo de vida, independente do trabalho na agricultura ser ou não a atividade principal.

O exercício da pluriatividade pelos agricultores familiares passou a gerar outros sentidos que advêm de certo modo dos aspectos econômico-financeiros, mas extrapolam estes fatores.

Resumidamente é possível citar que os sentidos do trabalho atribuído pelos entrevistados na dimensão social estão relacionados a uma necessidade comum e intrínseca a todos os indivíduos, como promotor e também indutor de dificuldades relacionadas a sociabilidade, sobrecarga, como possibilidade de contribuição para o bem-estar social através da preservação ambiental e da produção de alimentos na agricultura. Nas dimensões pessoal e familiar os sentidos do trabalho se relacionam, fundamentalmente, com a maior autonomia dos trabalhadores, com a satisfação das necessidades básicas e sobrevivência das famílias, com as alterações nas relações familiares, com o aumento da renda familiar, com a possibilidade de planejamento financeiro, com a necessidade de diversificação das experiências laborativas e com a reelaboração ou indefinição da identidade sócio profissional.

6. REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp, 1992.

ALENTEJANO, P. R. **As relações cidade-campo no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPPEL, 2003.

ANJOS, F.; CALDAS, N.V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas, In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (eds) **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**, v. 7, p. 71-105, Brasília: Embrapa, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, R. R. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Revista da Gestão USP, jan/mar. 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em:<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em 18 de dezembro de 2011.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1988.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11, 1998. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acesso em 17 de agosto de 2011.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, p.165-185, 2006,

CARNEIRO, P. A.S. Desafios e oportunidades no contexto das novas ruralidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.3, n. 6, p. 45-65, ago. 2008.

COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. **Projeto Coopericla**. Santa Cecília do Sul, 2010.

COOPERATIVA DE RECICLADORES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS DE SANTA CECÍLIA DO SUL. Regimento Interno. Santa Cecília do Sul, 2010.

DAJUI, E. M. **A construção da cidadania através da identidade socioprofissional das mulheres rurais que participam em programas de microfinanciamento**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DE PAULA, S. **Quando o campo se torna uma experiência urbana**. Estudos Sociedade Agricultura, n. 17, out. 2001.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudo Sociedade e Agricultura**, n. 18, 2002.

FROELICH, J. M. **Rural e natureza**: as construções sociais do rural contemporâneo. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 2 de janeiro de 2012.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e ruralidade**: aspectos metodológicos. Economia Aplicada, São Paulo, v.2, n.3, p.515-551, jul./set.,1998.

MARX, K. **O capital**, v. I e II, tomo I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOREIRA, R. J. **Ruralidades e globalizações**: ensaiando uma interpretação, Cadernos CPDA – Ruralidades. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2005.

PIRES, A. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Annablume, 2007.

PIRES, A. Um sentido dentre outros possíveis: O rural como representação. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. (ed. téc.). **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, n. 1, 1995.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**, 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. **As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, n.1, p, 107, 1999.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura no rio Grande do Sul. Dissertação Mestrado (Sociologia). - UNICAMP, Campinas, 1994.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. México: Ed. Flacso, 2007.

SILVA, J. G.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. In: **São Paulo em Perspectiva.**, v. 11, n. 2, p. 136, 1997.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J. G. (Ed.) **O novo rural brasileiro**: as novas atividades rurais., v.6. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental, In: GUILHERME, V. O. (org.) **O fenômeno urbano**. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

SOUZA, M. Pluriatividade e Nova Ruralidade: Reelaboração de identidades sociais em duas comunidades Paranaenses. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (ed. téc.). **O novo rural brasileiro**: novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. **Sentidos e significados do trabalho**: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 26 de janeiro de 2012.

ZWIK, E. **Sentidos do trabalho e do meio ambiente no campo**: uma abordagem interpretativa. Seminários em Administração. Minas Gerais. set. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo In: **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 15, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9pt, espaçamento simples, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contendam os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *keywords* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *keywords*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*keywords* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a reapresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que

as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são relembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *lacosechafué de 5,1%*; *theharvestwas 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A região de Ibitinga

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / keywords, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

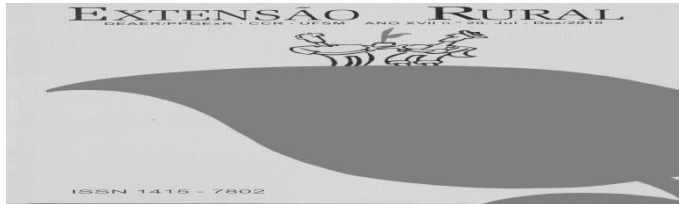


Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.